

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**“QUANDO VOCÊ CONVIVE MUITO COM A MORTE, VOCÊ SE
ACOSTUMA COM ELA”:
os *karai kuera* e suas violências contra os Avá-Guarani da bacia do
rio Piquiri (PR)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia Social. Orientadora: Profa. Dra. Edviges Marta Ioris.

Alexsander Brandão Carvalho Sousa

Florianópolis, Santa Catarina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Alexsander Brandão Carvalho
"QUANDO VOCÊ CONVIVE MUITO COM A MORTE, VOCÊ SE
ACOSTUMA COM ELA" : os karsai kuera e suas
violências contra os Avá-Guarani da hacia do rio
Fiquiri (PR) / Alexsander Brandão Carvalho Sousa ;
orientador, Edviges Marta Ioris, 2019.
167 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Avá-Guarani. 3.
Retomada de Terra. 4. Violência. 5. Paraná. I.
Ioris, Edviges Marta . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

“Quando você convive muito com a morte você se acostuma com ela”:
Os Karai kuera e suas violências contra os
Avá-Guarani na bacia do rio Piquiri (PR)

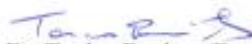
Alexsander Brandão Carvalho de Sousa

Orientador(a): Prof.^a Dr.^o Edviges Marta Ioris

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):



Prof.^a Dr.^a Edviges Marta Ioris (Presidente – Orientador(a) - PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Tônico Benites (Examinador externo – Funai/CTL Tacuru – MS)



Prof.^a Dr.^a María Eugenia Domínguez (Examinadora interna – PPGAS/UFSC)



Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (Coordenador PPGAS/UFSC)

Florianópolis, 11 de março de 2019.

Dedico esta dissertação aos Avá-Guarani do oeste do Paraná, que compartilharam comigo suas histórias de vida.

E também todos os indígenas que perderam suas vidas devido à violência desmedida dos brancos, à criança Vitor Kaingang, ao intelectual Laklãnō-Xokleng Marcondes Namblá, ao Avá-Guarani Bernardino Ortega.

AGRADECIMENTOS

Sou muito grato aos Avá-Guarani de todo o oeste do Paraná que durante esses anos enquanto estudante e pesquisador muito colaboraram na minha formação enquanto antropólogo. Dedico agradecimentos especiais aos Avá-Guarani da aldeia Tekoha Yhovy, sobretudo à Vicenta e Ison, que me acolheram em casa durante minha pesquisa de campo do mestrado. À Paulina, Gêssica, Gabriel, Gilberto, Vilma, Zumira, dona Crescência, seu Damásio, Teodoro, João, Roger, entre outras e outros moradores desta aldeia, expresso profunda gratidão por terem me ajudado e oferecido, tanto as informações para a pesquisa, como o companheirismo e amizade.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Dra. Edviges Ioris, que acreditou nas minhas propostas de pesquisa e muito me apoiou em levá-las adiante durante o mestrado. Sou grato pela maneira atenciosa com a qual ela me orientou durante este período de pós-graduação, e pelo apoio nos momentos difíceis, tanto durante o trabalho em campo, quanto na escrita da dissertação.

Sou grato às colegas e aos colegas da turma de mestrado 2016.1, pessoas maravilhosas com quem tive a grande oportunidade muito ter aprendido. E também aos pesquisadores e pesquisadoras do NEPI, núcleo de estudos onde fui feliz em frequentar devido às ricas experiências de trocas de saberes.

Agradeço à Tereza Mazuzaki por ter me deixado acompanhá-la durante sua pesquisa de campo com as lideranças nas aldeias em Guaíra e Terra Roxa, graças a ela pude conhecer grande parte das aldeias desta região.

E também aos amigos e amigas que conheci lá em Foz do Iguaçu, quando estudava na UNILA, e que também vieram para a cidade de Florianópolis continuar a formação acadêmica na UFSC. À Isadora, Horácio, Valéria, Camila, Daniel, Valentina, Renan e Guzman, a vocês eu sou grato pela amizade e a incansável troca de saberes.

Ao Thiago Arruda Ribeiro dos Santos por abrir meus caminhos para mestrado ainda no ano de 2014, quando nos conhecemos e ele me apresentou melhor o PPGAS da UFSC. Agradeço também por ter me hospedado em sua casa quando cheguei em Florianópolis em 2016 para iniciar o mestrado.

Agradeço a Rubem Thomaz de Almeida (*in memoriam*) que muito me ensinou sobre o povo Guarani. Com ele obtive saberes que talvez não tivesse aprendido na academia.

Aos servidores da CTL da FUNAI em Guaíra, o chefe da CTL, e ao Diogo Oliveira, por compartilhar comigo um pouco das suas experiências de trabalho, e os relatos sobre os momentos críticos aos quais vivenciaram enquanto serviam ao órgão indigenista do Estado em um local onde existe um complexo conflito fundiário.

Ao Henrique, grande amigo que muito admiro e que, gentilmente, realizou as correções ortográficas desta dissertação.

Ao Tônico Benites, Maria Eugênia Dominguez, Clarissa Rocha de Melo e Carmen Suzana Tornquist e por terem aceitado compor a banca de avaliação da dissertação, e também por suas valiosas contribuições para este trabalho.

E agradecimentos mais que especiais à minha amada companheira Amanda, pelo amor, carinho e companheirismo. Assim como para minha querida mãe, Edna, meu pai, Nilton, e à minha linda irmã, Letícia.

Por fim, à CAPES, que me proporcionou a bolsa sem a qual eu não teria a possibilidade de realizar o mestrado.

*Arauco tiene una pena
Que no la puedo callar,
Son injusticias de siglos
Que todos ven aplicar,
Nadie le ha puesto remedio
Pudiéndolo remediar.
Levántate, Huenchullán.
Un día llega de lejos
Huescufe conquistador,
Buscando montañas de oro,
Que el indio nunca buscó,
Al indio le basta el oro
Que le relumbra del sol.
Levántate, Curimón.
Entonces corre la sangre,
No sabe el indio qué hacer,
Le van a quitar su tierra,
La tiene que defender,
El indio se cae muerto,
Y el afuerino de pie.
Levántate, Manquilef
Adónde se fue Lautaro
Perdido en el cielo azul,
Y el alma de Galvarino
Se la llevó el viento sur,
Por eso pasan llorando
Los cueros de su Kultrún.
Levántate, pues, Callfull.
Del año mil cuatrocientos
Que el indio afligido está,
A la sombra de su ruca
Lo pueden ver lloriquear,
Totora de cinco siglos
Nunca se habrá de secar.
Levántate, Callupán.
Arauco tiene una pena
Más negra que su chamal,
Ya no son los españoles
Los que les hacen llorar,
Hoy son los propios chilenos
Los que les quitan su pan.
Levántate, Pailahuán.
Ya rugen las votaciones,
Se escuchan por no dejar,
Pero el quejido del indio
¿por qué no se escuchará?
Aunque resuene en la tumba
La voz de Caupolicán,
Levántate, Huenchullán*

Arauco Tiene Una Pena
Violeta Parra

Resumo

Na virada para os anos 2000, grupos familiares pertencentes ao povo indígena Avá-Guarani localizados nos municípios de Guaíra (PR) e Terra Roxa (PR) iniciaram um importante movimento de reivindicação pela identificação e demarcação de suas terras ancestrais. Estas terras são banhadas pela bacia do rio Piquiri e outros pequenos rios que deságuam no rio Paraná. No entanto, conforme os indígenas foram *entrando novamente* nos espaços onde antigamente haviam aldeias, mas que foram espoliadas com os avanços das frentes de colonização para o oeste do Paraná, inicia-se também determinadas ações empreendidas pelos produtores rurais contrários às reivindicações indígenas pela demarcação da terra. Este movimento contrário à demarcação de terra indígena ganha grande força quando os produtores rurais criam, em 2013, uma Associação chamada Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP). Com isso, se intensifica uma campanha contra os indígenas, que já estava em curso deste 2010, que tratou de propagar a imagem do “índio invasor”, gerando um estado de terror na população regional, e que fez provocar uma forte onda de racismo e violência direcionados os Avá-Guarani, pois disseminava-se a ideia de que Guaíra iria ser “tomada” pelos “índios invasores”. O objetivo deste trabalho foi abordar as diversas formas e violências vivenciadas pelos indígenas em seus cotidianos, bem como mostrar por quem, e como, se produz e divulga a imagem do “índio invasor”. Busco mostrar nesta dissertação que em diversas situações históricas os Avá-Guarani vivenciaram distintas formas de violências, para tanto distingui cinco situações históricas, abordadas no segundo capítulo: redução jesuítica (século XVII); Guerra contra o Paraguai e CIA Mate Laranjeira (final do XIX e inícios do XX); Construção da itaipu binacional (em contextos da ditadura militar, 1970-1980) e situação histórica atual configurada pelo agronegócio e regularização fundiária das terras Avá-Guarani.

Palavras chave: Avá-Guarani, demarcação de terra, conflito fundiário, violência.

Abstract

At the turn of the year 2000, the indigenous people of Guará, located in the municipalities of Guaíra (PR) and Terra Roxa (PR) began an important movement to demand the identification and demarcation of their ancestral lands. These lands are bathed by the Piquiri river basin and other small rivers that flow into the Paraná River. However, as the Indians were re-entering the spaces where formerly villages existed, but were plundered with the advance of colonization fronts to the west of Paraná, certain actions undertaken by the rural producers against indigenous claims were also initiated by the demarcation of the Earth. This movement contrary to the demarcation of indigenous land gains great force when rural producers create, in 2013, an Association called National Organization of Guarantee to Property Rights (ONGDIP). As a result, a campaign against the Indians, which was already under way in 2010, was intensifying, which sought to propagate an image of the "invading Indian", creating a state of terror in the regional population and provoked a strong wave of racism and violence directed the Avá-Guarani, because the idea was spread that Guaíra would be "taken" by the "invading Indians". The objective of this work was to address the various forms and violence experienced by the Indians in their daily lives, as well as to show by whom, and how, the image of the "invading Indian" is produced and disseminated. I will show in this dissertation that in several historical situations the Guarani Avá lived different forms of violence, so I distinguish five historical situations, approached in the second chapter: Jesuitical reduction (17th century); War against Paraguay and CIA Mate Laranjeira (late nineteenth and early twentieth); Construction of binational Itaipu (in contexts of the military dictatorship, 1970-1980) and current historical situation shaped by agribusiness and land regularization of the Avá-Guarani lands.

Keywords: Avá-Guarani; land demarcation; land conflict; violence

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa da região oeste do Paraná com destaque em vermelho nos municípios de Guaíra e Terra Roxa.....14
- Figura 2 - Mapa da localização atuais da bacia do rio Piquiri (Guaira-PR e Terra Roxa-PR).....15
- Figura 3 - Pizarro cortando a cabeça de Atahualpa Inca depois que este se recusou a servir ao Rei e ao Deus dos espanhóis.....28
- Figura 4 – Funcionários da Itaipu Binacional queimando casas dos Guarani -1.....71
- Figura 5 - Funcionários da Itaipu Binacional queimando casas dos Guarani – 2.....72
- Figura 6 – Croqui da aldeia Tekoha Yhovy88
- Figura 7 – Genealogia realizada com Paulina Martines89
- Figura 8- Casa do João107
- Figura 9 – Rio Água do Bugre108
- Figura 10 – Adesivo contra a demarcação de terra indígena -1122
- Figura 11 – Adesivo contra demarcação de terra indígena - 2.....122
- Figura 12 – Cartaz sobre “invasão indígena”.....123
- Figura 13 - Manifestação contra a demarcação de terra indígena ocorrida no final do ano de 2017 no município de Guaíra123
- Figura 14 – Capa do livro de Barretto e Chaves130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CTL – Coordenação Técnica Local

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MPF – Ministério Público Federal

ONGDIP – Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

RI – Reserva Indígena

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de
Trabalhadores Nacionais

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TI – Terra Indígena

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino Americana

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Sumário

INTRODUÇÃO	15
I. CAPÍTULO 1: A VIOLÊNCIA CONTRA OS AVÁ-GUARANI NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDO.....	21
1. Chegando ao campo e o encontro com uma “violência silenciosa”.....	21
2. Os relatos sobre violência narrados pelos Avá-Guarani e as motivações para a dissertação.....	24
3 . A violência contra os indígenas não é novidade, ela perpassa pela história.....	29
3.1. Os estudos etnográficos sobre as violências vivenciadas pelos Guarani.....	34
4. Sobre o campo da antropologia da violência.....	36
5. A noção de situação histórica.....	42
II. CAPÍTULO 2: AS DISTINTAS SITUAÇÕES HISTÓRICAS	55
1. As Reduções Jesuíticas.....	57
2. A Guerra Contra o Paraguai e a Cia Matte Laranjeira.....	62
3. A “Marcha para o Oeste”.....	69
4. A construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional durante o contexto de ditadura militar.....	74
5. A situação histórica atual. O Neoliberalismo, a hegemonia do agronegócio e as reivindicações pela demarcação e regularização da Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá (PR).....	83
CAPÍTULO 3: AS VIOLÊNCIAS NO ATUAL CONTEXTO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS.	91
1. A Aldeia Tekoha Yhovy.....	98
1.1. A <i>ñemoñare</i> Martines.....	100
1.2. A Liderança e a vice-liderança.....	102

1.3. A trajetória de vida de Damásio Martines e a constituição do núcleo familiar.....	104
1.4. Tentativas de remoções dos grupos familiares Avá-Guarani da aldeia Tekoha Yhovy.....	109
1.4.1. Queima dos barracos e as tentativas de aliciamento das lideranças.....	109
2. As Distintas formas de violência: preconceito racial, assassinato, ameaças com porte de arma, sequestro e abuso sexual.....	116
2.1. Convivendo com a morte: as ameaças diretas e indiretas aos Avá-Guarani.....	116
2.2. “ <i>Até que tem que fingir que é ‘paraguaio’ pra trabalha pra ele</i> ”: As dificuldades de encontrar e permanecer no emprego.....	123
2.3. Sequestro e assassinato.....	126
2.3.1. “<i>Judiaram bastante de mim</i>”: O sequestro seguido de abuso sexual da secretária estagiaria da CTL.....	127
2.3.2 . O assassinato de Bernardino.....	128
2.4. As ameaças contra os servidores da FUNAI.....	130
3. As tentativas de apagamento da presença indígena e a produção do “índio invasor”.....	135
3.1. A frente agropecuária contra os Avá-Guarani.....	135
3.2. A produção do “índio invasor”.....	138
3.4. As publicações sobre “as invasões indígenas”.....	147
3.5. Odiados, temidos e desprezados.....	150
3.6. Porém, resistir sorrindo.....	1151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
Referencias bibliográficas	154

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo mostrar as distintas formas de violências desferidas contra o povo indígena Avá-Guarani, localizado na bacia do rio Piquiri¹ (municípios de Guaíra-PR e Terra Roxa-PR). Os Avá-Guarani somam, nesta região, uma população de 1.360 pessoas, distribuídas em treze aldeias. Como detalharei melhor no primeiro capítulo, em minha pesquisa de campo permaneci por um período de dois meses na aldeia Tekoha Yhovy, onde, até então, viviam 58 núcleos familiares, que somavam o total de 230 pessoas.



Figura-1 – Mapa da região oeste do Paraná com destaque em vermelho nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Fonte: PARCKER, 2013, Destaque meu.

¹ Aqui explico melhor que os Avá-Guarani estão localizados exatamente mais na cabeceira da bacia do rio Piquiri. Utilizo a bacia do rio Piquiri como uma referência mais para me referir à localização dos indígenas, e também pelo fato dos próprios utilizarem os rios como referências territoriais e não nomes de cidades, como os não-indígenas.

Com efeito, o texto divide-se em três capítulos. No primeiro, exponho as motivações que me levaram a realizar este estudo, assim como elaboro um panorama sobre as publicações, sobretudo de relatórios, feitas a respeito da violência cometida contra os povos indígenas. Também exponho meu ponto de vista teórico para o estudo de tal violência. Partindo de Taussig (1993) e Rojas (2000), procuro compreender a violência contra os indígenas partir da história, uma vez que tal fenômeno manifesta-se de formas distintas ao longo do tempo. Nesse sentido, utilizo a noção de “situação histórica” de Pacheco de Oliveira (1988), que permite ver como, durante o tempo de contato, ocorreu a interação das frentes coloniais junto aos Avá-Guarani e destacar em cada uma delas quais foram as formas de violências deferidas contra os povos indígenas.

O segundo capítulo é destinado a mostrar como, em cada situação histórica, ocorreram determinadas formas de violências deferidas contra os Avá-Guarani. Defini cinco situações históricas, sendo a primeira delas iniciada no século XVII com a formação das Reduções Jesuíticas próximas à foz do rio Piquiri. Aqui os indígenas foram reduzidos à vida cristã, submetidos a um rigoroso processo de etnocídio pelos jesuítas que lhes proibiam de exercer suas práticas e costumes. Outra forma de violência ocorreu com o fim desta situação histórica, quando os bandeirantes paulistas invadiram as reduções para capturar os indígenas para serem levados como escravos para São Paulo; como veremos, muitos indígenas morreram com esta ação dos bandeirantes, o que causou um verdadeiro genocídio aos Guarani que viviam nas reduções.

A segunda situação é caracterizada pela atuação da Cia.Matte Larangeira e a extração, o preparo e o escoamento da erva-mate, processo este realizado amplamente por meio da mão-de-obra indígena, que perdurou de inícios do século XX até 1940. Aqui a violência aparece nas precárias situações sob as quais os indígenas eram obrigados a trabalhar, muitas vezes submetidos ao sistema do “barracão”, onde retiravam mercadorias e acumulavam dívidas que se tornavam impossíveis de serem pagas. A terceira situação histórica inicia-se com a “marcha para o oeste”, em 1940, quando, durante o governo de Getúlio Vargas. Iniciou-se uma política que visava ocupar o interior do país, sobretudo as áreas de fronteiras. É nesta situação histórica, que perdura até 1960, que os Avá-Guarani começaram a, sucessivamente, serem expulsos de suas terras.

Estas expulsões intensificam-se na situação histórica seguinte, iniciada em 1970, com a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, que, para a sua construção, necessitou de uma ampla proporção de terras para a

formação de seu reservatório que, por sua vez, foi construído em cima do *tekoha ymã guare* dos Avá-Guarani. E, para tanto, necessitou a retirada dos indígenas da área que seria inundada com a formação do reservatório. Porém, como trato de mostrar nesta dissertação, muitas vezes, a violência era um recurso utilizado para este feito. Como exemplo, menciono que as tentativas de expulsar os indígenas se davam tanto por meio das histórias sobre o grande alagamento, que eram espalhadas por funcionários da hidrelétrica e do INCRA, como também pela queima das casas dos Avá-Guarani e transferências de grupos familiares para Reservas Indígenas demarcadas para os Kaingang mais ao centro do estado do Paraná.

A última situação histórica que defino é a atual, no momento que a agropecuária, marcada pelas características do neoliberalismo, tem sua produção controlada pelas demandas do mercado financeiro mundial. Uma das características deste modelo de produção agrícola é a mecanização do campo e a produção em larga escala, o que necessita de ampla quantidade de terra. Devido ao avanço da frente agropecuária, que vem se expandindo desde as décadas de 1960 e 1970, havendo demanda cada vez maior por terras, restaram para os Avá-Guarani ínfimas parcelas de seu território. Na virada para os anos 2000, os Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri, que estavam vivendo em dois pequenos lotes em meio urbano do município de Guaíra - visto que muitos grupos familiares tinham se espalhado para reservas indígenas no Mato Grosso do Sul devido ao longo processo de espoliação de suas terras - dão início a um processo de territorialização com o movimento de *entrar novamente* em determinadas pontos de seu *tekoha ymã guare*. E passam a exigir, perante o Estado, a demarcação e regularização de uma base territorial fixa para a garantia do futuro das próximas gerações.

Conforme os Avá-Guarani foram estabelecendo as *entradas* nas terras banhadas pela bacia do rio Piquiri, nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, e constituindo novamente suas aldeias, também emerge um movimento contrário às reivindicações dos indígenas pela demarcação de terra fortemente impulsionado pelos produtores rurais. Uma intensa propaganda, que trata de formular a imagem dos indígenas enquanto “invasores” de terras foi amplamente disseminada pela região oeste do Paraná, através de vários meios de comunicação. Criou-se uma situação de terror no município de Guaíra através da propagação da falsa notícia de que os indígenas iriam “tomar” o município por completo.

Com a propagação da imagem do “índio invasor” seguiu uma série de ameaças de morte às lideranças indígenas e também aos técnicos da FUNAI. Inúmeras foram tentativas de atropelamentos aos

indígenas, houve casos de sequestro, disparos com arma de fogo direcionados aos Avá-Guarani, assassinato e racismo. Estes são alguns exemplos das formas de violências ocorridas ao longo dos anos de 2012 a 2015, período de maior tensão entre os produtores rurais e os indígenas.

Foi a partir dos relatos de Ison Soares, liderança da aldeia Tekoha Yhovy, e um de meus principais interlocutores nesta pesquisa, que surgiu o título desta dissertação. Ele me contou como foi inúmeras vezes ameaçado e, devido às tantas ameaças de morte já vivenciadas em seu cotidiano, disse-me em um momento: “*quando você convive muito com a morte, você se acostuma com ela*”. É no terceiro capítulo que abordo estas questões, tratando de mostrar também, com base em Rojas (2000), que a violência é utilizada como recurso sempre quando algum dos pilares da civilização é, de certa forma, colocado em questão. No caso estudado, a violência vem sendo utilizada como meio para sobressair à propriedade privada em detrimento da posse coletiva da terra.

No tocante ao subtítulo, gostaria de ressaltar que “*karai*” é o termo utilizado pelos Avá-Guarani e também pelos Guarani-Kaiowá (no Mato Grosso do Sul), para designar aos não indígenas. Este mesmo termo é usado pelos Guarani-Mbyá como nome próprio, estes utilizam a palavra “*jurua*” para se referir aos não indígenas. E o sufixo “*keure*” é acrescentado para a indicação do plural.

Os Avá-Guarani são conhecidos na literatura também como Guarani-Ñandéva (SHADEN, 1972, THOMAS DE ALMEIDA & MURA, 2006). Shaden (1972 p.10) coloca que os Guarani no Brasil Meridional podem ser definidos em três “sub-grupos”, os Ñandéva, os Mbyá e os Kayoá (grafado mais usualmente como Kaiowá). Não pretendo me alongar na discussão teórica sobre os etnônimos Guarani, o próprio Shaden (1972) assinala que: “quanto às designações correntes para as inúmeras hordas encontradas na bibliografia, a confusão é tal que toda tentativa de estabelecer ordem é condenada, desde logo, a resultados insatisfatórios” (p.10).

I. CAPÍTULO 1: A VIOLÊNCIA CONTRA OS AVÁ-GUARANI NO EXTREMO OESTE DO PARANÁ E A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE ESTUDO

1. Chegando ao campo e o encontro com uma “violência silenciosa”

Na tarde de domingo do dia 12 de março de 2017 saí de Florianópolis em destino à aldeia Tekoha Yhovy, lar de grupos familiares Avá-Guarani, localizada no município de Guaíra, na região extremo oeste do estado do Paraná, divisa com o Paraguai e o estado de Mato Grosso do Sul. Depois de cerca de dezesseis horas dentro do ônibus, com o corpo levemente dolorido, já podia ver as fazendas, extensos campos de cultivo de grãos, ora de soja, ora de milho, a vastidão da paisagem verde sem fim que me levava a pensar no mar a se perder de vista no horizonte. Porém, com o clima quente e seco passava a imaginar mais um deserto verde e não mais no mar, onde ar é úmido e fresco. Desembarquei na rodoviária de Guaíra na manhã do dia 13 de março, extremamente ansioso para chegar à aldeia e rever as pessoas que não as encontrava já havia um bom tempo.

A rodoviária localiza-se bem no centro do município de Guaíra, na avenida principal, que tem o nome de uma empresa que, como veremos adiante, é muito conhecida nas histórias narradas pelos Guarani, a *Cia. Matte Larangeira*. Logo que cheguei em Guaíra, liguei para o taxista Atair, que me havia sido indicado por Paulina, vice-liderança da Tekoha Yhovy. Ela me sugeriu este taxista porque era de confiança dos indígenas, pois nem todos os taxistas fazem corridas até as aldeias Avá-Guarani.

Quando o taxi parou em frente à casa da Paulina quase não reconheci o local que antes conhecia bem. Primeiramente, não vi a casa de reza (*opã guasu*), que ficava bem ao lado da escolinha. Mirei tudo rapidamente e em seguida direcionei o olhar para o quintal da casa e vi Paulina caminhando em minha direção para me receber. Ganhei um forte abraço e as boas vindas da Paulina. Olhei para dentro do quintal da casa e vi a Vicenta e o Gabriel, ambos irmã e irmão de Paulina, e fui cumprimentá-los.

Vicenta estava com seu filho Genilson no colo, que ainda tinha dez meses de idade, também me recebeu com um forte abraço e me disse que estava com saudades. Em seguida fui apresentado ao Gabriel, que eu não conhecia, pois quando havia realizado meu último trabalho

de campo ainda na graduação, no ano de 2014, ele morava em outra aldeia.

Na sequência fui cumprimentar o casal Damásio e a Crescência, os pais de Paulina, Gabriel e Vicenta, que moram um pouco mais abaixo da casa da Paulina. Tenho um imenso carinho por este casal, sensação que não consigo explicar através de palavras, e estava ansioso para vê-los. Dona Crescência estava sorridente, não fez nenhum comentário ao se encontrar comigo; já o Seu Damásio, como sempre carismático, disse-me que eu estava mais gordo e em seguida caiu aos risos. Depois de trocar algumas palavras com os dois, voltei para o quintal da casa da Paulina para guardar minha mochila e as compras que havia feito.

Tinha pensado que, como das outras vezes que eu estive na aldeia, iria ficar hospedado na casa da Paulina e de seu marido, o Wilfrido, cujo apelido é Jaelo. Quando voltei da casa de seus pais Paulina disse-me que eu iria ficar alojado na casa da Vicenta, visto que sua casa atual é menor do que a que morava antes, e avisou-me que dois rapazes (*mitã rusu*) já estavam chegando para ajudar-me a levar a mochila e os alimentos para a casa da Vicenta.

Durante a espera dos rapazes, fiquei conversando com o Gabriel, Paulina e a Vicenta. Perguntei quantas pessoas estavam vivendo na aldeia e depois conversamos sobre o tamanho da Tekoha Yhovy, que Paulina demonstrou através de um desenho que fez no chão rabiscando os limites até onde ocupam. Após essa conversa, fomos ver as mudas de Pau Brasil e de frutas cítricas que foram doadas pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), através do projeto que desenvolve para colaborar com o reflorestamento dentro dos limites das aldeias habitadas pelos Avá-Guarani com a distribuição de mudas de árvores frutíferas e nativas da Mata Atlântica.

Em seguida, chegaram o Kiki, um rapaz de 19 anos, e o João, com 32 anos, para me ajudarem a subir com as compras em direção à casa de Vicenta. Ao chegar lá, vi o Ilson, marido da Vicenta e liderança da aldeia, que se encontrava terminando de talhar uma linda onça na madeira, e a Géssica, moça de 16 anos, filha da Vicenta de outro casamento. Cumprimentei a ambos, e o Ilson disse-me que iria terminar o artesanato e que depois, em tom de brincadeira, colocaríamos as “focas” em dia.

Na casa do casal Ilson e Vicenta há dois quartos desacoplados, uma cozinha externa com uma varanda, e um espaço semiaberto, onde tomam banho e lavam roupas. Ao chegarmos à casa do Ilson ele fez uma brincadeira com a Géssica, dizendo que era para por a mochila no quarto dela; ela, por sua vez, ficou brava e disse que era para colocar no quarto

da mãe dela e do Ilson, onde também estava dormindo o João, irmão do Ilson que estava na aldeia há dois meses apenas passando uma temporada.

Naquele mesmo dia que cheguei à aldeia, encontrava-se lá também a antropóloga e professora de antropologia da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), de Toledo-PR, Jacqueline Parmigiani, que faz pesquisas com os Avá-Guarani. Naquela ocasião, ela estava lá para comprar a onça que Ilson terminava de talhar.

Depois das negociações dos artesanatos, no fim da tarde do primeiro dia de trabalho em campo, Ilson comentou que havia sido publicada a portaria do Grupo de Trabalho (GT) da FUNAI para realização de um levantamento das benfeitorias das propriedades para indenização após a regularização da terra indígena. Os trabalhos estavam previstos para serem iniciados no mês de março. Com feição preocupada, ele então me falou “a coisa pode ficar feia” e me pediu para ter cuidado como, por exemplo, ao falar sobre determinados assuntos pelo celular. Ele tinha ciência de que os trabalhos da FUNAI para levantamento das benfeitorias dos imóveis rurais poderiam provocar a ira dos proprietários de terras locais, que, por sua vez, poderiam a vir se engajar em diversas ações para tentar impedir os procedimentos para demarcação da terra, inclusive com possíveis agressões diretas contra os indígenas.

Perguntei em seguida para o Ilson se a ONGDIP (Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade)³ continuava sua campanha contra a população indígena de Guaíra e Terra Roxa. Ele disse que fazia muito tempo que os “*karai*”⁴ estavam quietos, que nem notícias em jornal fazendo propaganda contra os Avá-Guarani, como era frequente, não estava ocorrendo naquele momento. Ilson comentou que o que havia então era uma “violência silenciosa”, pois, conforme explicou-me, já fazia vários dias que não sofriam nenhuma agressão física ou verbal direta. Ele disse acreditar que aquele “silêncio”, aquela

³ A ONGDIP é uma associação que os proprietários de imóveis rurais criaram em 2012 para fazer frente à demarcação das terras, no terceiro capítulo faço uma exposição melhor dessa organização.

⁴ A palavra “*karai*” é utilizado pelos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva para se referir àqueles que não são indígenas, de forma geral “branco” seria a forma que os indígenas traduzem o termo para o português.

“trégua”, poderia ser apenas uma tática dos “*karai*” para deixá-los sob tensão enquanto preparavam novas ações.

Ilson pensava que o fato dos produtores rurais não estarem empreendendo nenhuma ação de violência poderia estar significando parte de uma estratégia maior, que estariam preparando contra eles e contra as demandas pela regularização de suas terras. Até esta temporária “não violência” era uma forma de assombrar seus cotidianos, de mantê-los amedrontados, pela expectativa de que poderia estar significando uma ofensiva maior sendo posta em ação. Esta “violência silenciosa” que viviam naquele momento, portanto, nada mais era do que parte de uma violência maior que eles e o povo Guarani de modo geral têm vivido historicamente, mas de forma ainda mais acentuada nas últimas décadas devido às demandas pela regularização de suas terras.

2. Os relatos sobre violência narrados pelos Avá-Guarani e as motivações para a dissertação

Esta dissertação procura compreender os modos como os indígenas Avá-Guarani que estão localizados na bacia do rio Piquiri (municípios de Guaíra-PR e Terra Roxa-PR) têm experienciado frequentes formas de violência que lhes são impetradas pelos não-indígenas através de diversos meios de agressões físicas ou verbais. De modo mais específico, abordo as formas atuais de violência que sofrem no contexto de mobilização política que empreendem pela demarcação de suas terras nas últimas duas décadas. Também trato de analisar os agentes e as formas de produção dessa violência.

Em novembro de 2012, devido a um generoso convite da professora Senilde Guanaes⁵, realizei minha primeira visita em uma aldeia Avá-Guarani, localizada no município de Guaíra-PR. Ela me orientava em um projeto de Iniciação Científica⁶, o qual tinha como foco de pesquisa realizar um mapeamento das aldeias Guarani e das

⁵ Professora do curso de antropologia da Universidade Federal da Integração Latino Americana (Unila).

⁶ O Plano de Trabalho desta pesquisa era intitulado “Deslocamentos, expropriação e conflitos: Etnografia das organizações e lideranças políticas Avá-Guarani na fronteira do oeste do Paraná”, e foi realizado no período de 01 de agosto a até 31 de julho de 2014.

lideranças indígenas no oeste do Paraná. Nunca tinha sido tão bem recebido num lugar onde eu era um desconhecido como o fui pela Paulina naquela primeira visita. Ela nos levou para caminhar pela aldeia, apresentou-nos para os seus pais, Damásio e Crescência, e respondeu com muita atenção e carinho todas as perguntas que eu, enquanto um curioso estudante, fazia a ela, que também mostrou-nos seus artesanatos; na ocasião ganhei dela um colar de sementes pretas e vermelhas, conhecidas como “olho de boi” que ainda guardo comigo.

Nessa primeira visita, ouvi algumas histórias de ameaças às lideranças empreendidas por pessoas do município de Guaíra. O Ilson, liderança da Tekoha Yhovy, contou-me sobre como foi abordado, inclusive por produtores rurais, em várias circunstâncias. Em uma delas, enquanto andava pela estrada fazendo o caminho de volta à aldeia, foi parado por um senhor que lhe mostrou a arma, dizendo-lhe “isso é para você, índio”. Outra vez, Ilson estava de bicicleta e um motorista de uma caminhoneta de cor preta lhe interceptou o caminho, ameaçando-lhe de atropelamento. Sua esposa, Vicenta, por sua vez, falando das violências sofridas, comentou comigo que “a cabeça do Ilson e da Paulina está valendo um bom dinheiro”.

Em junho de 2014, passei três dias na Tekoha Yhovy, quando tive a oportunidade de ter uma longa conversa com Damião, que atualmente deve ter em torno de 76 anos de idade. Ele disse-me que nasceu em Guaíra e seus pais trabalharam para a Cia. Matte Larangeira⁷. Uma de suas lembranças de criança, quando tinha cerca de oito anos de idade, era da violência sofrida por seu pai quando foi cobrar pelos serviços prestados ao então patrão para quem trabalhava: *“naquele tempo era fudido; trabalhava um mês, dois meses, e quando ia pedir o dinheiro o patrão matava. Naquele tempo do trabalho na erva quase matou meu pai. Ele deixou roupa tudo e teve que correr pra qualquer lado... passo pro Paraguai”*. Damião explicava-me que os adultos trabalhavam para os brancos e que, muitas vezes, quando iam pedir o pagamento, o patrão mandava matar. Para sobreviver eles tiveram que fugir, como fez o seu pai, que correu para o lado do Paraguai.

⁷ A Cia Matte Larangeira foi uma empresa multinacional extratora de erva mate (*Ilex paraguariensis*) nativa, no atual Mato Grosso do Sul e Paraná, baseada na exploração do trabalho dos Guarani (Mura, 2006. Packer, 2013. Thomaz de Almeida, 2004. Rojas, 2005.)

Em novembro de 2014, voltei novamente à Tekoha Yhovy para passar mais quatro dias junto aos Avá-Guarani. Desta vez, conheci Rodrigo, que na época tinha 30 anos de idade⁸. Ele também me contou um pouco sobre as histórias que ouviu de seu Assunção, um Avá-Guarani já bem idoso que era liderança na aldeia Tekoha Guarani, e que fazia referências ao tempo da Cia. Matte Larangeira. Segundo Rodrigo:

Veio o fazendeiro⁹ e mandou cortar erva, trabalhar, levar lá pra longe nas costas, e ele não pagava, né. Fazendeiro não pagava, e se pedia o pagamento eles matavam. [Assim eram] os fazendeiro antigamente. Ele [Assunção] falou pra nós que sofreu bastante (...) Ele pediu um trocado e tomou um tiro nas costas, e passou pra Mato Grosso [do Sul]. Ele correu, disse que o fazendeiro ia matar (...). O pai e a mãe do Assunção morreram aqui mesmo [em Guáira].

Além das histórias sobre o tempo da Cia Matte Larangeira, Rodrigo falou também das violências atuais que vivenciavam e comentou que o fazendeiro já havia ameaçado os moradores da Tekoha Guarani. Segundo ele: “*uma vez mesmo ele [o fazendeiro] passou de carro, passava lá com os caras tudo ninja, máscara e tudo, com arma na mão apontando pra nós lá. Nem ligamos pra ele*”.

Na continuação da mesma conversa com Rodrigo, perguntei-lhe sobre quais eram as maiores dificuldades de viver atualmente numa aldeia que ainda não está regularizada pela FUNAI. Ele respondeu o seguinte:

Dificuldade que a gente passa lá é mais com as crianças né. Criança estuda né, e nenhum ônibus entra lá, vão de a pé. Tem que sair 06:00 horas

⁸. Rodrigo reside na Tekoha Guarani (aldeia também localizada no município de Guáira) e estavam na Tekoha Yhovy para que Paulina, curar a perna de sua esposa Segundo Rodrigo, um rezador da Tekoha Guarani fez um “feitiço” pra sua esposa e por isso ela não conseguia mais mover a perna esquerda, por isso foi até a aldeia Tekoha Yhovy para Paulina - que é vice liderança e também a rezadora (*oporaiva*) desta última aldeia – curar sua esposa.

⁹ Aqui cabe-me explicar que Rodrigo utiliza o termo “fazendeiro” para fazer alusão também aos ervateiros (comerciantes da erva mate) e não somente aos produtores rurais de atualmente.

da manhã, tem que caminhar até lá em cima na fazenda, e de lá pegar o ônibus pra ir na escola, e quando chove também molha tudo né. Tem que tomar cuidado com as crianças. Agora já tá melhorando, tem caixa d'água, tá colocando água lá também, quando chove assim nós bebia aquela água suja né (...) uma vez fui caçar e pescar lá em cima e tinha um boi morto na beira do rio, e nós pega água lá em baixo, e os fazendeiro jogam muito bicho morto lá na beira do rio (...) E as crianças pra ir na escola tem que tomar banho lá e pega muitas ferida assim.

No município de Guaíra, os proprietários rurais e outras pessoas que os apoiam e são contra a demarcação das terras indígenas, têm empreendido várias formas de agressões contra os indígenas, assim como contra os funcionários da FUNAI, que também sofreram ameaças. Um dos casos mais graves ocorreu no dia 02 de agosto do ano de 2013, com uma indígena que trabalhava como secretária da CTL (Coordenação Técnica Local) da FUNAI. Esse caso foi registrado pelo Relatório da Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY)¹⁰. Conforme o relato da indígena que sofreu a violência, quando ela estava caminhando em direção ao trabalho foi raptada por homens que a colocaram no banco de trás de um carro que saiu em movimento enquanto era molestada sexualmente. Depois desse ato de violência disseram-lhe para enviar um recado para os técnicos na FUNAI, e dizer que iriam “acabar com eles”.

Afora essas formas de violências físicas que os indígenas têm sofrido com o próprio corpo e que modelam seus comportamentos devido ao medo e o terror que elas causam¹¹, existem ainda outras formas de agressões produzidas pelos produtores rurais e divulgadas através de intensa propaganda midiática regional. Um dos principais meios é promovido pela ONGIDIP (Organização Nacional de Garantia

¹⁰ Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná. Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY), 2017.

¹¹ No relato (CGY, 2017) da indígena que foi assediada sexualmente ela expressou o medo que sentiu depois do ato violento do qual foi vítima, durante muito tempo teve que andar acompanhada junto ao seu irmão até o trabalho, pois tinha medo de caminhar sozinha pelas ruas.

ao Direito da Propriedade)¹², que mantém um perfil no site de rede social *Facebook*, e uma *website*, através das quais promovem uma verdadeira propaganda contra os indígenas difundindo várias acusações e ofensas e ataques contra a identidade étnica de um povo que se autodenomina Avá-Guarani. As ofensas também são disseminadas através de outros meios de comunicação, como rádios e telejornais regionais. Estas formas de violência, físicas e simbólicas, serão abordadas no terceiro capítulo desta dissertação.

Para reagir e denunciar as frequentes formas de agressões que vivenciam no cotidiano, os Avá-Guarani têm realizado vários protestos pelas ruas cidade, assim como denúncias frequentes no Ministério Público Federal (MPF) sobre os casos de violência. Também buscam tecer alianças com organizações e movimentos sociais de apoio aos direitos indígenas¹³. Além dessas formas de se organizarem e se defenderem através de articulações externas, como veremos adiante, os Avá-Guarani também elaboram modos próprios de lidar e superar o sofrimento vivido com estas várias formas de violências que vivenciam cotidianamente, e que se expressam em seus rituais na casa de reza (*opy guasu*), onde buscam a proteção sagrada dos deuses Ñanderu e Tupã'i através do canto (*porai*) e da reza (*ñembo'e*).

Assim, além de abordar as várias formas de violências produzidas e direcionadas aos indígenas, pretendo nesta dissertação, também levantar elementos para entender como os Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri tem concebido essas agressões e como reagem, tanto externamente quanto internamente, para superação dessa violência. Foram relatos como os de Rodrigo e Damião, Ilson, Vicenta, Paulina, entre outros, que envolviam ameaças e ações violentas contra os Avá-Guarani do extremo oeste do Paraná, que me incentivaram em propor a problemática a ser investigada com mais rigor no mestrado. Eram histórias que denunciavam desde ameaças verbais de morte direcionadas, sobretudo para as lideranças das aldeias, assim como tentativas de atropelamento, maus tratos das crianças nas escolas,

¹² No capítulo 3 me dedico a expor sobre papel da ONGDIP com mais informações.

¹³ O Centro de Trabalho Indigenista, uma ONG de São Paulo, e o Comitê de Lutas Sociais Campo e Cidade, uma organização de militantes de esquerda da região oeste do Paraná, e defendem e apoiam os movimentos sociais que lutam pelo direito à moradia digna e à posse da terra coletiva.

xingamentos nas ruas, a fome e dificuldades em viver em uma terra ainda não demarcada.

3. A violência contra os indígenas não é novidade, ela perpassa pela história.

A violência que atualmente os Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri, no extremo oeste do Paraná, estão vivenciando no cotidiano não é nem um pouco um fenômeno recente, tem raízes profundas e é produto da colonização do continente americano de Norte a Sul. Desde a ocupação pelos europeus das terras que foram posteriormente denominadas como a América, os povos nativos que aqui viviam passaram a ser dizimados drasticamente, seja por doenças transmitidas pelos invasores, seja pela pólvora que disparava dos seus revólveres, ou pela escravização. Muitos desses processos de genocídio foram registrados por cronistas, naturalistas, religiosos, etnólogos e viajantes, ao longo de toda a história colonial. Um dos primeiros e mais ilustre registro foi a crônica produzida por um próprio indígena andino chamado Felipe Guamán Poma de Ayala, que foi educado por padres espanhóis durante o século XVI.

Em meados do século XVI, Guamán Poma escreveu um Relatório para o rei da Espanha, Felipe III, intitulado “*El Primer Nueva Coronica y Buén Gobierno*”, com mais de 1.100 páginas, escrito em espanhol com alguns trechos em quechua. No seu relato, que também contém inúmeros desenhos, ele descreve e ilustra as formas como os padres, corregedores, administradores e os *encomenderos* humilhavam, castigavam, violentavam, torturavam e assassinavam os indígenas dos Andes. Guamán Poma não somente fez a denúncia das truculências cometidas pelo império espanhol, como também propôs uma nova forma de governo, no qual a justiça pudesse ser feita e os espanhóis punidos por suas ações truculentas. Como denunciava ao Rey:

...los dichos corregidores y padres de las dotrinas y comenderos y mayordomos y otros españoles que andan entre los yndios son tan señores apsolutos con poco temor de Dios y de la justicia. Hazen muy grandes males y daños a los pobres prencipales y a los yndios deste reyno. Cómo los dichos corregidores ganan, robando a los dichos pobres yndios por tener fabor en la corte y audiencia y por otras ocaciones. Y castiga y destruy a los pobres yndios de las dichas

provincias y ancí callan¹⁴. (Ayala, 2004 p.493.
Grifo meu)¹⁵



Figura 3 - Pizarro cortando a cabeça de Atahualpa Inca depois que este se recusou a servir ao Rei e ao Deus dos espanhóis . Link para acesso : <http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/392/en/image/?open=idm45693536704944&imagesize=XL> Acesso: 05/10/2017.

¹⁴ Acesso no dia 13/09/2017. Biblioteca virtual Det Kongelige Bibliotek.
Link: <http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/493/es/text/?open=idp449360>

Nas terras que passaram a ser chamadas de Brasil também não faltam registros sobre a violência impetrada contra os indígenas ao longo de toda a história do encontro colonial. Desde o encontro inicial no século XVI dos europeus com os habitantes nativos das terras que vieram a ser conhecidas como as Américas, e bem como os contatos que se deram no decorrer dos séculos que se sucederam ao da invasão, foi sempre marcados por sangue indígena, decorrentes de massacres¹⁶, extermínios e escravização do trabalho indígena.

Desde os primeiros cronistas que registraram os tempos iniciais da colonização não se deixou de notar o grande número de mortes dos indígenas. Segundo dados levantados por Pacheco de Oliveira e Freire (2006), em torno dos anos de 1562 a 1565, houve na Bahia uma epidemia de varíola que matou em poucos meses mais de 30.000 indígenas. No mesmo sentido, embora pouco estudada pela historiografia, a escravidão dos indígenas foi durante os dois primeiros séculos de colonização o grande pilar do trabalho na colônia Brasil. Como estes autores informam, os indígenas passaram a ser escravizados já após a implantação dos primeiros engenhos: “Entre 1540 e 1570, em São Vicente, no sul, e Pernambuco, no nordeste, foram instalados cerca de 30 engenhos movimentados por milhares de escravos indígenas” (p.39).

No Brasil imperial, as brutalidades com os indígenas também foram registradas em várias ocasiões, como na conferência proferida por Karl von der Steinen, em 1888, para Sociedade de Geografia no Rio de Janeiro, na qual também estava presente a Princesa Imperial Regente. Nesta conferência ele denunciava que os indígenas do Xingú, que ele havia visitado, estavam sendo “caçados como feras” (p. 193). E, assim solicitou à Princesa Isabel que protegesse “*os naturaes desse continente*” (p.212).

¹⁶ Estes massacres ocorrem até os dias atuais, a exemplo do grupo de índios flecheiros, habitantes no Vale do Javari, que estavam evitando o contato com os brancos, más, tragicamente, foram exterminados por garimpeiros em agosto de 2017. A notícia pode ser lida com mais detalhes no seguinte link: <http://amazoniareal.com.br/garimpeiros-mataram-indios-isolados-flecheiros-no-vale-do-javari-confirma-mpf-do-amazonas/> acesso em 05/10/2017.

Ao deslocarmos da Amazônia para pensar sobre os indígenas do Sul do Brasil, também não será difícil encontrar situações em que os indígenas sofreram terríveis formas de violência em decorrência das frentes de expansão que se direcionaram para o interior do país e avançaram sobre os territórios indígenas. Em Santa Catarina, os Xokleng foram vítimas de práticas de extermínios até meados da década de 1930, através de milícias contratadas como os bugreiros, verdadeiros caçadores de índios (Santos, 1973). As políticas de tutela, empreendidas pelo SPI (Serviço de Proteção aos Índios) se revelaram ainda mais brutais, seja para os Xokleng, aos Kaingang, para os Xetá e também aos Guarani.

Essas políticas de tutela visavam ao controle sobre os indígenas enquanto seus territórios eram ocupados pelas frentes de expansão econômica – no oeste do Paraná, especialmente na década de 1940 com a “marcha para o oeste”¹⁷. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teve papel fundamental nesse processo fazendo a função de agregar os grupos familiares que estavam vivendo espalhados pelas matas dentro das reservas, assim liberando as terras para a colonização (FERREIRA, 2007 p.20). Esse controle sobre os indígenas pelo SPI foi exercido sob forte aparelho repressivo, conforme demonstra o Relatório de subsídio para a Comissão Nacional da Verdade¹⁸, do Centro de Trabalho

¹⁷ Na década de 1940, Getúlio Vargas inicia uma política federal de exploração e ocupação do Centro-Oeste por colonos – a chamada “Marcha para o Oeste” – contatando populações indígenas isoladas e favorecendo a invasão e titulação de terras indígenas a terceiros. Essa política de “colonização dirigida” já vinha sendo adotada por vários governos estaduais e se encontra desse modo reforçada (CVN p, 206).

¹⁸ Através da lei 12.528, de 2011, e de muita reivindicação dos familiares das pessoas desaparecidas durante o estado de exceção, foi criada a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de trazer à tona a verdadeira história da ditadura militar e civil de 1964 a 1984, revelar os crimes dos agentes operadores do Estado bem como seus nomes. Em 2012 a Comissão foi constituída e teve seus trabalhos finalizados em 10 de Dezembro de 2014. Sobre maiores informações e para ter acesso aos três volumes publicados a leitora, ou o leitor, pode consultar os seguintes websites:

<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/index.html>

(acesso: 11/02/2018)

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571 (acesso: 11/02/2018)

Indigenista (CTI) de 2013, escrito por Ian Parcker. O Relatório reconstrói parcialmente o histórico de espoliação dos Avá-Guarani no oeste do Paraná durante o período de 1946 a 1980 (Parker, 2013)¹⁹, com base nos depoimentos dos indígenas dos atuais municípios de Guaíra, Terra Roxa, Diamante D'Oeste, Santa Helena e São Miguel do Iguçu. Os relatos são ricos em detalhes sobre as torturas e outras formas de violências impetradas pelos funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

O Relatório Figueiredo²⁰, recuperado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), denunciou de modo ainda mais dramático as sucessivas violências empreendidas contra os Guarani por funcionários do SPI. Segundo Relatório, os indígenas haviam sido vítimas de crimes e regimes de escravidão praticados por funcionários do SPI, cujas ações foram qualificadas pelo relator com os termos de “bestialidade” e “perversidade”.

Embora as denúncias todas de violação contra os indígenas até a década de 1960, durante todo o período dos governos militares nas décadas de 1960 a 1980, os indígenas continuaram sendo vítimas de severas formas de violência, de expulsão de seus territórios, de mortes e assassinatos. Como o Relatório da CNV denunciou, a FUNAI dos governos militares agia contra a vontade das lideranças indígenas, realizando remoções compulsórias dos Kaiowa e Guarani no Mato Grosso do Sul e no Paraná (CNV, 2014 p, 216). A CNV salientou também que foi através de denúncias de casos violação e esbulho territorial que Marçal de Souza, importante liderança Kaiowa, foi

¹⁹ Este Relatório é intitulado: “Violações dos Direitos Humanos e Territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade”.

²⁰ No final da década de 1960 foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar as irregularidades no SPI (Serviço de Proteção ao Índio). O procurador Jader de Figueiredo Correia, a pedido do então Ministro do Interior Brasileiro Alfonso Augusto de Albuquerque Lima, escreveu um relatório de 7.000 páginas sobre cinco inspetorias do SPI, de onde coletou documentos e relatos orais das testemunhas. Este Relatório estava desaparecido, e foi recuperado pela Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2013.

Link para acesso à versão sintetizada do Relatório: <https://pt.scribd.com/doc/142787746/Relatorio-Figueiredo> Data do ultimo acesso: 19/01/2019.

assassinado por pistoleiros em 1983, na aldeia Campestre, no município de Antônio João (MS).

Na contemporaneidade não tem sido diferente. Organizações indígenas e outras instituições de apoio aos povos indígenas têm denunciado sucessivamente uma série de fatos que mostram que os indígenas convivem cotidianamente com situações de violências. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por exemplo, vem publicando anualmente, nas últimas duas décadas, relatórios denunciando a situação de vulnerabilidade e de violência que diversos povos indígenas vivem em seus cotidianos.

As violências são tantas e de diferentes formas que os relatórios do CIMI geralmente são divididos em quatro capítulos centrais: a) um que trata sobre a violência contra o patrimônio indígena, direitos territoriais, invasões possessórias e a exploração ilegal de recursos naturais em terras indígenas; b) o que trata da violência contra a pessoa, como assassinatos, tentativa de assassinatos, homicídio culposo, ameaça de morte, abuso de poder e violência sexual; c) o terceiro aborda a violência por omissão de poder público, quando ocorrem casos de suicídios e tentativas de suicídio, falta de assistência na área da saúde e educação, mortalidade infantil, e disseminação de drogas e bebida alcoólica; d) e um capítulo destinado para tratar da situação das ameaças que os povos com pouco contato, ou “isolados” vêm sofrendo nos tempos atuais.

3.1. Os estudos etnográficos sobre as violências vivenciadas pelos Guarani

Apesar do histórico das violências contra os Guarani confundir-se com a própria história do contato desde povo com a sociedade colonial, constata-se que, ao menos no Brasil, foram poucos estudos que se voltaram a analisar a problemática da violência desferida contra eles. Há muitos trabalhos de denúncia, porém poucos se dedicaram a entender de modo analítico as violências sofridas pelos indígenas. Entre estes, destacam-se os trabalhos de historiador Antônio Brand, que realizou uma notável produção científica sobre o que chamou de “processo de confinamento” dos Kaiowá e Guarani do atual sul do Mato Grosso do Sul. Ele analisa as diversas formas de violências que foram desferidas contra os indígenas após o marco histórico da Guerra Contra o Paraguai (1864-1870), quando o Brasil redefine suas fronteiras territoriais em função das terras tomadas do Paraguai que terminou derrotado. Desde

então, estabeleceram-se as frentes de colonização para povoar as fronteiras redefinidas.

Tanto em sua dissertação, como em sua tese, e em artigos posteriores, Brand (1993, 1997 e 2004) nos mostra os impactos do pós-guerra do Paraguai para a perda dos espaços territoriais dos Kaiowá/Guarani e as violências decorrentes dos deslocamentos forçados e as mortes causadas pelas frentes de expansão que avançaram sobre seus territórios, desde a Cia Matte Larangeiras, passando pela implantação das colônias agrícolas (1940) até o agronegócio nos dias atuais.

Um importante trabalho etnográfico que aborda o processo de retomada de terras e as sucessivas e violentas expulsões vivenciadas pelos Kaiowa e Guarani no sul Mato Grosso do Sul é a tese do antropólogo Tônico Benites (2014), indígena pertencente ao povo Kaiowa e Guarani. Este autor faz amplo uso das narrativas que coletou com seus interlocutores/parentes para retratar como ocorreram os movimentos de retomadas (*jaike*) das terras de onde tinham sido expulsos, e as sucessivas expulsões judiciais e extrajudiciais impetradas pelos proprietários de imóveis rurais interessados em suas terras.

A tese de Benites traz uma enorme contribuição para compreender a situação histórica atual dos Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul, na qual os indígenas consolidaram o movimento político *Aty Guasu* para garantia da obtenção de seus direitos constitucionais, sobretudo, a regularização jurídica da posse de suas terras tradicionais. Esse autor nos mostra como ocorreu tanto o processo de *sarambi*²¹, (*esparramo, dispersão*), que perdurou ao longo do século passado com o movimento de colonização do interior do país, como a forma que os indígenas foram respondendo à espoliação de suas terras ao ponto de criarem formas de resistência para entrar novamente, "*jaike jevy*", nas terras de onde foram retirados e retomar parte de seu território.

Outro estudo etnográfico de grande importância e que também muito retrata a situação histórica atual que vivem os Kaiowá e Guarani é

²¹ Segundo Benites (2014 p. 42) "*sarambi*" seria o "*processo sistemático da expulsão e dispersão(sarambi) forçada das famílias extensas indígenas do seu território tradicional*". A noção de "*sarambi*" foi empregada por Benites para se referir ao movimento das famílias extensas de se "*dispersarem*" pelas periferias das Reservas quando ocorre uma remoção de um determinado *tekoha* contra a vontade dos indígenas devido a uma ação judicial ou até mesmo extra judicial.

dissertação de mestrado de Bruno Martins Morais, recentemente publicada em livro (2018). O autor descreve cenas dramáticas do cotidiano dos indígenas que vivem nos “acampamento de retomada”, com descrições de enterros de parentes assassinados, de exumação de cadáver de áreas de retomada localizadas em imóveis rurais devido à decisão judicial, ataques de pistoleiros, além de narrativas sobre os mortos e a morte.

Através da narrativa sobre as tentativas de retomada de terras dos grupos familiares da aldeia Tekohá Apyka'i, Morais(2018) descreve as formas de violências que resultam das tentativas dos proprietários rurais em manter a posse da terra. Segundo o autor, no ano de 1999, algumas famílias que estavam vivendo nas reservas de Caarapó e Dourados tomaram a decisão de “furar o cerco” e levantar acampamento na beira da BR-463. Na época, a liderança era Ilário Cario de Souza, que faleceu no ano de 2002, diante de um atropelamento em frente ao acampamento. A pessoa que atropelou fugiu sem prestar socorros. Após essa morte, como coloca o autor, a história do Apyka'i tem sido “uma sucessão de ataques, remoções, violências” (p.147). Antes mesmo do enterro da liderança, as famílias foram transferidas para a Reserva de Caarapó num carro de boi escoltados por um grupo de pistoleiros.

A partir de 2009, a situação se agravou para as famílias da aldeia Apyka'i, quando começam a surgir empresas privadas especializadas em “vigilância territorial”. Para Morais (2018 p.150) “ é um novo passo na violência fundiária sul-mato-grossense: a profissionalização da violência e a terceirização da gestão do conflito” . Este autor cita episódios em que funcionários da empresa Gaspem Segurança Ltda atuaram, como por exemplo, na morte de Nizio Gomes em 2012, durante o ataque ao Tekohá Guayvyry. Seria um grande perigo se essa “privatização da violência” se estendesse aos espaços territoriais dos Avá-Guarani no extremo oeste do Paraná.

A “profissionalização da violência” pode ser compreendida no alcance da continuidade do projeto colonial de extermínio dos povos indígenas, que tem com marco de origem na tentativa de “civilização” do “selvagem”, criado no imaginário já dos primeiros colonizadores do Brasil.

4. Sobre o campo da antropologia da violência

Apesar do longo histórico no Brasil de violência contra os Guarani, a primeira dissertação, recentemente publicada em livro, sobre o tema foi “Do Corpo ao Pó”, de Bruno M. Moraes (2018), como vimos,

defendida somente em 2016. Mesmo sendo muito intensa e sucessiva, a violência contra os indígenas não tem sido tema de discussão acadêmica, muito menos nas etnologias indígenas. Quando ela aparece, em geral, são em notas introdutórias ou de rodapé como denúncia, mas não como foco de discussão analítico. O tema da violência nas academias brasileiras tem sido mais estudado sobre aquelas registradas nas áreas urbanas, na sua maioria ligado às violências policiais, domésticas, ou infanto-juvenis. O mesmo acontece no campo da Antropologia da Violência, que tem como um dos seus maiores expoentes o professor Theophilos Rifiotis. Ainda que focado nas formas de violências em contextos urbanos, Rifiotis (1997, 1999, 2004, 2006, 2008) nos apresenta importantes reflexões analíticas para a abordagem do tema que são úteis também para o meu propósito de pesquisa.

Segundo este autor, a “violência” deve ser concebida como uma perspectiva científica, e para isso é necessário passar pelo processo que ele chama de “aceitabilidade da violência” (RIFIOTIS, 1999) e superar a “negatividade da violência” no qual o discurso de denúncia se torna mais relevante que o discurso analítico (RIFIOTIS, 1997). Portanto, é preciso proceder com a “positivação da violência” como uma forma de afastamento do discurso meramente de denúncia para um maior aprofundamento no discurso de cunho analítico.

Para o objetivo desse tipo de análise, Rifiotis (1997 p. 8 e 17) estabelece a importância de estudar a violência através da perspectiva de quem a vivencia para, desse modo, entendermos sua significação. Nas suas palavras, “o nosso problema inicial será o de descrever positivamente as situações de violência, procurando identificar como elas são vivenciadas segundo os diversos agentes nelas envolvidos” (p.17).

Rifiotis (1997) chama atenção ainda para a necessidade de distinguir três tipos de discursos na análise científica sobre a violência: o discurso contra a violência, que faz gerar a indignação; o discurso sobre violência, que se trata do viés analítico; e o discurso da violência, que se encontra na linguagem. Para ele, não se trata de separá-los e estabelecer ordens de competências, mas ressaltar as suas diferenças, que as vezes podem ser consideradas como equivalentes. O discurso da indignação e da empatia com as vítimas, por exemplo, é fator que está totalmente entrelaçado com a postura ética de quem lida com determinada forma de violência, mas tal postura não pode substituir o discurso analítico.

Na Colômbia, por sua vez, muitas investigações no campo das ciências sociais têm sido realizadas abordando a violência, configurando um campo de estudos que Espinosa (2007) denominou de

“violentologia”. Contudo, apesar desse enorme campo de estudos, a autora destaca que “no ha profundizado en las dimensiones simbólicas y materiales que conlleva la deshumanización a largo plazo de las comunidades indígenas” (p. 273). Para ela, a violência não implica somente em atos de agressão física, mas também dimensões simbólicas, que, em longo prazo, “modela conductas y maneras de ver la realidad y concebir o representar la diferencia” (p. 273).

Na mesma direção, Cristina Rojas (2000), no texto *Representation, Desire and Violence*, destaca a violência simbólica decorrente do colonialismo que se alastrou por toda a América. Uma violência totalmente atrelada ao conceito de etnocentrismo e do extermínio da diferença através dos discursos da civilização e barbárie. Ela argumenta sobre o desejo do colonizador de ver a si mesmo no colonizado, para produzir um discurso sobre a inferioridade do Outro, embasado num arcabouço imaginário que o colonizador carrega consigo desde antes do contato com os povos nativos das Américas.

Para a autora, a produção da civilização no Ocidente foi um processo de autorização da violência em nome do próprio processo de civilização, decorrente do domínio dos europeus e da elite que deles descenderam sobre os indígenas através da colonização. É nesse sentido que a violência tornou-se tema predominante nas narrativas de história e de civilização nos países que ela chamou de “Terceiro Mundo”.

Rojas (2000) destaca que a construção da narrativa da história do ocidente privilegiou o ponto de vista apenas de homens brancos, pertencente à elite, que buscaram enfatizar a universalização de uma história que colocou o desenvolvimento do capitalismo como um bem necessário para toda a humanidade. As histórias ditas “oficiais” que abarcassem a perspectiva dos descendentes dos povos da África que foram escravizados, dos campesinos, dos povos indígenas, das mulheres, pouco foram escritas e, com mais gravidade ainda, foram silenciadas por uma história que pretendia fazer-se universal. E quando as mulheres, os(as) negros(as) e os(as) indígenas aparecem na história são representados como atrasados, primitivos, selvagens, desprovidos de capacidade intelectual e política (p. 01). Para ela, a violência não se constitui somente em um fenômeno externo, mas existe na representação que se cria e que se deseja criar sobre o Outro, assim eliminando sua verdadeira identidade (p.03).

É também com foco no colonialismo e a sua produção de violência contra os indígenas que Micheal Taussig (1993) se debruça a descrever o sistema econômico baseado na extração de borracha ao longo do rio Putumayo na floresta amazônica colombiana, para mostrar

o *terror* que essa economia causou aos indígenas que foram compulsoriamente envolvidos como mão-de-obra. Esse autor elabora uma etnografia histórica do colonialismo da virada do século XIX para o XX e de seus efeitos de terror reinante no interior da floresta amazônica decorrentes dos modos violentos aplicados para exercer o controle e domínio sobre os indígenas.

Taussig (1993) expõe neste livro as formas de violência produzidas através do contato dos comerciantes de borracha com as populações indígenas da Amazônia peruana e colombiana, mais especificamente o povo Huitoto. Naquela época os indígenas foram atraídos pelas mercadorias dos brancos. Em troca das mercadorias os seringueiros exigiam que os indígenas coletassem a borracha, gerando assim um sistema de endividamento eterno. Além do sistema baseado na dívida, os indígenas foram obrigados a coletar borracha movidos pelo regime do terror.

O estudo de Taussig mostra que o discurso civilizatório da companhia de borracha de Cesar Arana era utilizado como pretexto para dominação dos indígenas, com a finalidade utilizá-los como mão-de-obra. Nesse sentido, Taussig (1993) aproxima-se de Rojas (2000) quando esta autora assinala que a civilização foi imposta através da violência, sendo o discurso civilizatório o próprio discurso da autorização da violência, no qual o imaginário colonial fundamenta o desejo pela civilização do outro.

Talvez não foi a economia política da borracha, nem a da mão-de-obra que predominou nos horrendos “excessos” do ciclo da borracha. Talvez, segundo teoriza Michel Foucault em seu trabalho sobre a disciplina, o que importava naquele caso era a inscrição de uma mitologia no corpo do índio, a estampa da civilização em luta com a selva, cujo modelo se inspirava nas fantasias coloniais sobre o canibalismo indígena. (Taussig, 1993 p.45. Grifo meu)

Os estudos de Rojas (2000) e de Taussig (1993) ajudaram a compreender que, para a implementação e consolidação de uma situação colonial, é de fundamental importância a criação de um imaginário sobre a “selvageria” do Outro. Taussig (1993) mostra como a

propaganda através do cinema foi um meio utilizado²² pela companhia de borracha de Arana, que encomendou a realização de um filme, exibido em Lima em 1917. O filme representava o quão selvagem eram os índios e os alcances e efeitos civilizatórios da ação da empresa extratora de borracha, que transformava os “selvagens” em força de trabalho, sendo esta uma forma eficaz de trazer o indígena para “civilização”.

Mas por que a necessidade da propaganda, pergunta Taussig (1993 p.95), se existia um controle tão absoluto dos indígenas baseado na repressão, na tortura e no endividamento. A propaganda deu suporte para a violência contra os indígenas, justificava o porquê de matá-los ou civilizá-los, visto que sendo selvagens e desumanos fundamenta-se a civilização e./ou o extermínio.

A propaganda ajuda na naturalização do terror e da violência, como ocorreu com os Huitoto no interior dos seringais localizados nos afluentes do rio Putumayo, onde se matavam índios por esporte, fazendo deles alvo de tiros (Taussig, 1993 p.66). Porém, a propaganda não era somente para o controle dos indígenas, mas também daqueles não indígenas que quisessem se aventurar pela região e eventualmente atrapalhar os interesses da companhia: “a fim de aterrorizar as pessoas e assim impedi-las de penetrar na região, a companhia fez circular notícias horripilantes sobre a ferocidade e o canibalismo daqueles índios” (Ibid. p. 95).

O autor também argumenta sobre o papel da imprensa e o seu poder de gerar a representação da “autoconsciência coletiva” sobre as atrocidades cometidas contra os índios no Putumayo e a representação do terror:

Na relação social daquilo que é falado e daquilo que é publicado, do que é boato e do que é notícia de jornal, frequentemente chega um momento em que estes últimos não só dignificam, enquadram, condensam, generalizam e afirmam o primeiro, como, graças a isso, apresentam um espelho para a comunidade como um todo – é um poder de gerar e fixar a autoconsciência coletiva. No caso

²² A propaganda que é, como bem apontou Giorgio Agamben (2012: 04) em sua discussão sobre violência e política: “...uma forma de violência amplamente difundida em nossa sociedade”.

do Putumayo, esse tipo de confirmação da realidade através da notícia impressa envolvia a tênue tensão consciente do fascínio e da repulsa, ligando o fantástico ao crível. (Taussig, 1992 p.51. Grifo meu)

No terceiro capítulo veremos como hoje a propaganda sobre os indígenas no oeste do Paraná, que pode ser observado nos vários meios de comunicação (televisão, jornais, redes sociais virtuais, web sites, rádios, cartazes, livros, e também em adesivos colados em carros), também segue o intuito de apresentá-los como “selvagens”, “violentos”, “invasores”, e categorias como “paraguaios” com a finalidade de negar a identidade étnica Avá-Guarani e sua existência naquela região. Neste caso, estas ações têm como objetivo formar opinião pública contra os Avá-Guarani, a fim depreciar sua imagem, desumanizá-los e destituí-los como sujeitos de direito, especialmente sobre seus territórios que se encontram em processo de regularização fundiária.

Como veremos adiante, embora toda a região do oeste do Paraná, que se conecta com o sul de Mato Grosso do Sul, adentrando ao Paraguai, seja território histórico guarani - cujos registros podem ser encontrados ao longo de todo o processo colonial, iniciando-se pelas missões jesuíticas - o território de ocupação tradicional Avá-Guarani foi diversas vezes negado por órgãos governamentais, sobretudo pelo órgão indigenista oficial do Estado. Desde então, mas de modo acentuado após a grande guerra contra o Paraguai, na década de 1860 - passando pelas políticas de expansão e ocupação do oeste, em sua marcha para o oeste, em meados do século XX, e, de modo crítico, com a construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional - os Guarani, de modo geral, foram gradativamente perdendo acesso a seus territórios, em sua maioria expulsos por modos diversos (Carvalho, 2013. Ribeiro dos Santos, 2016. Packer, 2013). O avanço das forças capitalistas sobre a região significou sucessiva e drástica desapropriação territorial para os Avá-Guarani. Tomaram-lhes os seus territórios e, agora, quando se mobilizam para recuperar parte deles, são chamados de “invasores”.

Nesse sentido, é importante termos ciência de que essa produção de violências contra os indígenas diferencia-se no tempo e no espaço, dependendo de seus contextos sociopolíticos e econômicos. As perdas territoriais dos Avá-Guarani, e as formas de violências para tal espoliação tornam-se mais acentuadas a partir do século XX, com o avanço da economia agrícola na região oeste do Paraná, através de projetos de colonização e de extração madeireira. Antes disso, com o

predomínio da atividade extrativista da erva-mate, a mão de obra indígena era fundamental para a sua produtividade e os Avá-Guarani foram envolvidos de diversos modos, em que as formas de violência apareceram mais na exploração da mão-de-obra indígena do que em tentativas para expulsá-los do território (Mura, 2006; Packer, 2013; Ribeiro dos Santos, 2016). Como já destacamos anteriormente em falas dos indígenas, sobre ambas as situações são narradas as diferentes formas de violências sofridas. É nesse sentido que Rojas (2000) destaca que, para a compreensão dos regimes de representações²³ que revelam as violências contra os indígenas, deve-se levar em conta os eventos históricos e sociais que as produzem. E mostra, como Taussig (1993), que para compreender a violência contra os indígenas é necessário apreendê-las a partir dos processos históricos que produzem determinadas formas de violências.

5. A noção de situação histórica

Para pensar os modos como atualmente os Avá-Guarani têm sofrido várias formas de violência no oeste do estado do Paraná, e que as diferenciam de modos anteriores, parto da noção de “situação histórica”, elaborada por Pacheco de Oliveira (1988). Segundo o autor, a noção de situação histórica é uma “construção do pesquisador com finalidades analíticas, composta dos padrões de interdependência entre os atores sociais” (p.57). Essa noção não trata de fenômenos históricos isolados num determinado tempo, mas sim de “modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais” (idem). Dessa forma, torna-se possível pensar no conjunto de relações tecidas pelos atores sociais envolvidos num determinado campo de contato interétnico e assim distinguir e caracterizar distintas composições de interesses,

²³ Cristina Rojas propõe a noção de “regime de representação” como alternativa para o modelo de interpretação histórica, de acordo com ela “...o conceito de regime de representação nos permite apresentar os atores em seus espaços locais, seus desejos e o contexto onde os eventos acontecem”. Um regime de representação “[...] emerge da interação e da diversidade dos atores e da interação entre estes em seu contexto”. Ela também coloca que: “O regime de representação supõe a presença de atores lutando por reconhecimento” (ROJAS p.13).

valores, padrões organizativos e a dimensão do poder dos agentes coloniais estabelecido em cada situação histórica.

Com o objetivo de mapear as transformações vividas pelos Avá-Guarani que atualmente habitam a bacia rio Piquiri (extremo oeste do Paraná), bem como as diferentes formas de violência que preponderaram com relação ao contato com as variadas frentes de expansão, faço a distinção de cinco situações históricas. 1) Redução Jesuítica, (século XVII); 2) Guerra Contra o Paraguai e a Cia Matte Larangeiras, (no final do século XIX e inícios do XX; 3) Marcha para oeste e projetos de colonização (1940); 4) a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional (1970-1980); e 5) O agronegócio e a luta dos indígenas para regularização da terra a partir de 2000. Em cada uma destas situações históricas se conjugaram distintos interesses em jogo pautados em elementos materiais e em ideologias, que causaram diferentes forças de dominação e violências contra os Avá-Guarani.

Desse modo, busco compreender os Avá-Guarani atuais, bem como suas demandas pela regularização da terra indígena e a violência decorrente da busca por esse direito, através do desmembramento das distintas situações históricas. Sendo assim, tomo parte de uma análise processualista que vislumbra os indígenas como fruto de “... um conjunto de sucessivos arranjos e rearranjos sociais, de reelaborações e elaborações culturais...” (OLIVEIRA, 2015 p. 47-48). Ou seja, parto do princípio que a cultura e a organização social de um povo indígena está sempre em dinâmica e que varia de acordo com os diferentes momentos históricos e os distintos tipos de contatos com outros atores sociais. Os povos indígenas não são imutáveis na história.

Como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo, com as distintas situações históricas definidas é possível perceber como os Guarani foram utilizados como mão-de-obra de acordo com os distintos empreendimentos coloniais. Na maioria das vezes, a relação de trabalho com os “brancos” se dava de forma violenta. Durante o sistema das *encomiendas* foi imposto a exploração escrava do trabalho indígena, os espanhóis traçavam alianças com os caciques principais através do “cunhadismo”, estabelecido com os principais, que, por sua vez, permitiam aos espanhóis a exploração da mão-de-obra indígena (Mura, 2006).

Conforme a explicação de Thomaz de Almeida, o sistema utilizado pelos espanhóis:

Tratava-se, formalmente, de um serviço pessoal que supunha uma relação de proteção e dependência entre um patrono ou colonizador e

grupos de índios, cabendo aquele a obrigação de doutriná-los e, em troca, tinha o direito de utilizar e explorar-lhe a força de trabalho. (Thomaz de Almeida, 1991 p.05).

Visando implementar um modelo de relação com os Guarani distinto daquele que estava sendo praticado pelos franciscanos, os jesuítas, por sua vez: “... operavam em conluio com os sistema das ‘*encomiendas*’” (Mura, 2006 p.56). Os jesuítas manifestaram certa hostilidade em relação à exploração espanhola da mão-de-obra indígena (Melià, 1997; Thomas de Almeida, 1991; Mura, 2006). No entanto, Mura (2006) argumenta que eles portavam os mesmos preconceitos quando se tratava das práticas dos nativos. “Poligamia, antropofagia e as ‘bebedeiras’ por ocasião das festividades guarani eram consideradas condutas ligadas à obra do diabo e, portanto, era necessário combatê-las” (p. 56).

As Reduções Jesuítas foram exterminadas pelos bandeirantes durante os anos de 1628 a 1630, cujos ataques proporcionaram um verdadeiro genocídio que matou em torno de 15.000 indígenas. As mortes se deram tanto durante os assaltos dos bandeirantes, como no caminho para São Paulo (Melià, 1997 p.84- 85).

A segunda situação histórica decorre da intensificação da extração de erva mate no final do século XIX e inícios do XX pela empresa Cia. Matte Larangeira. O sistema de exploração da mão-de-obra se modifica, sendo o trabalhado indígena utilizado na extração e manejo da erva mate nativa. Mura (2006) assinala que a economia da erva mate inaugura uma nova modalidade na relação dos Guarani com os colonizadores, passando de uma relação esporádica a uma mais “continua e capilar” (Mura, 2006 p.74). Os trabalhadores indígenas eram “muitas vezes mantidos à força através do esquema do ‘barracão’ – eram adiantados dinheiro e mercadorias, a fim de gerar uma dívida, que dificilmente poderia ser quitada” (p.75).

Diferente da situação histórica das missões jesuíticas do século XVI, onde os jesuítas reconfiguraram a organização espacial dos Guarani concentrando nas reduções os grupos familiares que estavam distribuídos pelo território, com o ciclo da erva mate, como demonstrou Mura (2006), os Guarani não foram obrigados ou convencidos à mudar o seu estilo de vida e sua organização social e territorial, pois o que interessa para os ervateiros era mais a matéria prima da erva-mate do que a evangelização dos índios ou a posse definitiva de suas terras.

Com o fim do monopólio de concessão das terras para a Cia.

Mate Larangeira na década de 1940, já no período republicano, Getúlio Vargas aumenta os incentivos para as políticas de ocupação do interior do país, que ficou conhecida como “marcha para o oeste”. Inicia-se o que se pode identificar como a terceira “situação histórica” vivenciada pelos Guarani decorrente com a implementação dos projetos de colonização, que, por sua vez, para se efetivarem, foi necessário criar o imaginário de que o interior do país, como sul do Mato Grosso do Sul e o oeste do Paraná, eram regiões despovoadas, enquanto os indígenas eram sucessivamente expulsos das terras conforme sua mão-de-obra já não era mais necessária para os novos colonizadores, que em sua ampla maioria eram descendentes de europeus que imigraram para o sul do país na primeira metade do século XX.

De ese modo, en la medida en que los iban “descubriendo” y no había, de parte del estanciero, interés en utilizar su fuerza de trabajo, eran llevados para los Postos Indígenas de FUNAI, con frecuencia, en las últimas dos décadas, bajo fuerte presión y amenazas de agresión física, perpetrados por el organismo indigenista oficial y estancieros, que se hacían acompañar de fuerza policial militar. (MURA & THOMAS DE ALMEIDA, 2004 p. 09. Grifo meu.)

Na região do extremo oeste do Paraná, sobretudo onde se define na atualidade os limites dos municípios de Guaíra e Terra Roxa, não houve a criação de Postos Indígenas. Conforme será mais bem detalhado no próximo capítulo, as narrativas dos indígenas mostram que, na região referida, os fazendeiros também utilizaram, durante o primeiro momento, da mão-de-obra indígena que viviam muitas vezes nos limites das fazendas, depois, conforme a mecanização do campo ia se dando, foram sendo expulsos para outras terras.

Packer (2013) assinala que durante os anos de 1948 e 1952 Moisés Lupião, governador do Paraná, fez amplo uso do mito do “vazio demográfico” no oeste, assim incentivou a política de distribuição de terras por meio das companhias colonizadoras. Oliveira (2014), por sua vez, destaca a Companhia Colonizadora do Alto Paraná (MARIPA) que promoveu grandes levas de pequenos agricultores para o oeste do Paraná de origem italiana e alemã, que passam a ser identificados como “colonos”.

Durante o período inicial dessa fase da colonização a economia voltou-se principalmente para a extração da madeira “...utilizando a estrutura logística da antiga Cia. Mate Larangeira, o que obviamente inclui o uso da força de trabalho dos índios Guarani” (OLIVEIRA 2014 p.161). Conforme foi exposto por Packer (2013), nas décadas de 1940 a 1960 houve uma grande mudança na configuração territorial para os Avá-Guarani em todo o oeste do Paraná.

Diferente da situação histórica anterior na qual os Guarani trabalhavam na extração de erva mate e ainda tinham acesso aos recursos naturais das matas (mel, animais de caça, ervas medicinais) relativa a uma autonomia territorial, nesta os indígenas foram cada vez mais perdendo seus territórios conforme as companhias colonizadoras foram se apropriando e loteando as terras. Os Guarani passaram a sofrer profundamente esbulho territorial. De acordo com Mura e Thomas de Almeida (2004 p. 14): “Las reglas del modelo occidental de acceso a la tierra llevó a una progresiva división de los espacios geográficos que en el pasado eran utilizados exclusivamente por indígenas”.

Esse esbulho territorial foi se intensificando na década de 1970, durante a quarta situação histórica, quando no rio Paraná abaixo, no município de Foz do Iguaçu, iniciou-se a construção da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional, concretizada em 1982. Parcelas significativas de terras habitadas pelos Avá-Guarani que habitavam a bacia dos rios Ocoí e Jacutinga foram alagadas com a formação do imenso lago de 250 quilômetros de extensão. Os indígenas iniciam na década de 1980 um movimento em conjunto com organismo indigenistas ligados à igreja católica de luta pela indenização do *tekoha* Ocoí Jacutinga, que ficou submerso com o represamento do Rio Paraná.

Cabe notar que no período de construção da usina muitos grupos familiares que estavam na bacia do rio Ocoí e Jacutinga foram transferidos para o antigo Posto Indígena Rio das Cobras, localizado próximo ao município de Nova Laranjeira-PR. Também houve remoções forçadas de famílias levadas para o Paraguai e outras se espalharam por iniciativa própria para diferentes lugares do seu território (Carvalho; 2013; Packer 2013; Oliveira 2014; Ribeiros dos Santos, 2016).

Durante as décadas de 1940 a 1970, devido ao progressivo processo de colonização do oeste do Paraná, as relações de interdependência dos Avá-Guarani com os “brancos” foram se intensificando. Packer (2013) mostra que a mão-de-obra indígena foi utilizada nos quartéis militares e pelas companhias extratoras de madeira nas décadas de 1940 e 1950. Mas foi durante a implantação da

hidrelétrica Itaipu Binacional que os Avá-Guarani, sobretudo aqueles da bacia do Ocof e Jacutinga, passaram a estabelecer estreitas relações com órgãos governamentais como a FUNAI, INCRA e com os funcionários da Itaipu (Ribeiro dos Santos, 2016. Carvalho, 2013.).

Conforme nos indica determinados antropólogos(as) que escreveram sobre os Avá-Guarani no oeste do Paraná (Carvalho, 2013; Packer 2013; Ribeiro dos Santos, 2016) a violência maior direcionada estes indígenas foi a progressiva espoliação territorial nas décadas de 1940 a 1980 que deixou os Avá-Guarani praticamente sem nenhum acesso ao pleno uso de seus territórios tradicionais. Foram violentamente expulsos de seus territórios. Dessa maneira, restando apenas pequenas faixas de terras que, como veremos mais adiante, é na atual situação histórica, verdadeiros espaços de resistência onde os indígenas se engajaram no movimento político por reconhecimento de seus territórios e a demarcação e regularização de suas terras perante o Estado brasileiro.

Para os Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri, a situação histórica atual começa a se configurar a partir dos anos 2000, quando dão início ao movimento político da “retomada” de partes de seus territórios, tendo com estratégia as chamadas “entradas”²⁴ (*jaike*). Dessa forma, os indígenas encontram-se em uma nova situação histórica caracterizada por processo de “territorialização” configurado pela mobilização política que gira em torno da demarcação e regularização de sua terra indígena.

Segundo Thomaz de Almeida (2006), somente no ano de 2004 a FUNAI foi comunicada oficialmente sobre a existência dos Avá-Guarani em Guaíra, quando três famílias lideradas por Inácio Martins protagonizaram a primeira “*entrada*” (*jaike*) realiza em 2004, que, por sinal, deu origem à aldeia Tekoha Marangatu. por, em uma “faixa de proteção” do reservatório da hidrelétrica Itaipu Binacional. Antes disto, estes três grupos familiares estavam vivendo na aldeia tekoha Porã, localizada em meio urbano no bairro Jardim Zelabos (em Guaíra), onde

²⁴ Segundo a definição de Thomaz de Almeida (2000 p. 07): “O termo ‘entrar’ (*jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos entrar) é o termo utilizado pelos Kaiowa e Nandeva para referir-se ao movimento de adentrar terras que consideram suas e que se tornaram fazendas. Pretende substituir os termos ‘invasões’, utilizado por fazendeiros, e ‘ocupação’, ‘reocupação’ ou ‘retomada’, utilizados por aliados dos índios. Foram dezenas as ‘entradas’ nas últimas duas décadas, com expulsões (reintegração de posse) e retornos sistemáticos.”

até então viviam 32 pessoas num espaço de aproximadamente um hectare.

Conforme o passar dos anos o número das “entradas” (*jaike*) foram aumentando chegando a sete áreas retomadas aos arredores do município de Guaíra, e quatro próximas ao município de Terra Roxa. No ano de 2009 a FUNAI instituiu um GT de delimitação e identificação dessas terras²⁵. Em 2012 uma CTL (Coordenação Técnica Local) foi instalada no município de Guaíra. Nesse mesmo ano os conflitos com os proprietários de imóveis rurais e indígenas tomam grandes proporções. No ano seguinte, em 2013, os produtores rurais criam a Organização Nacional de Garantia da Propriedade Privada (ONGDIP) para fazer frente aos estudos de identificação de delimitação. Campanhas contrárias ao direito dos indígenas pela regularização da posse coletiva da terra passaram a ser destinadas contra os indígenas, a FUNAI e seus servidores técnicos.

Com a luta pela regularização da terra, os indígenas buscam difundir a situação de violência em que estão vivendo estabelecendo várias estratégias de luta, como a obtenção de apoio político estabelecendo relações com intelectuais vinculados à universidade pública, movimentos sociais, com organizações indigenistas governamentais e não governamentais, partidos políticos etc.. Será no contexto desta última situação histórica que abordarei as diferentes formas de violência que os indígenas Avá-Guarani têm sofrido na atualidade. Elas decorrem, como veremos mais a frente, do embate da mobilização indígena através da prática de “*jaike jevy*” para retomada de seus territórios de onde foram violentamente expulsos.

6. A pesquisa em campo

Durante a pesquisa no mestrado realizei levantamentos de informações na aldeia Tekoha Yhovv, onde permaneci durante o período de dois meses, março a abril de 2017, embora, como já mencionei anteriormente, tenho estudado esta aldeia desde a minha graduação. Conforme já indicado na introdução, esta comunidade está localizada no município de Guaíra-PR, e tem uma população composta em 58 famílias

²⁵ Portarias N. 136 de 06/02/2009 e N. 11 de 17/06/2010.

nucleares que somam um total de 230 pessoas, segundo as informações da agente de saúde indígena Vicenta Martines.

A decisão em realizar a pesquisa etnográfica na Tekoha Yhovy deve-se a maior proximidade com o grupo familiar de Ilson e Paulina, como se autodenominam, liderança e vice-liderança respectivamente. Tive a oportunidade de conhecê-los no ano de 2012 quando eu realizava pesquisa de iniciação científica na graduação em antropologia. Em 2013 e 2014 realizei curtos períodos de trabalho de campo na aldeia Yhovy, onde se iniciou uma “situação etnográfica” que me proporcionou a pesquisa do mestrado. A noção “situação etnográfica” que utilizo é definida por Pacheco de Oliveira (2015) para destacar que os levantamentos em campo não são uma simples operação técnica, mas deriva de relações que o pesquisador vai tecendo com os sujeitos e com o campo de pesquisa. Segundo o autor, a situação etnográfica:

“[...]se reporta ao conjunto de relações que o pesquisador, contemporaneamente à pesquisa, mantém com todos os atores sociais que de algum modo intervêm no campo. A minha intenção ao propor a noção de “situação etnográfica” é estimular o investigador a descrever a sua pesquisa como um sistema de relações sociais, não como um relato de incidentes de viagem nem como o aprofundamento de experiências individuais.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015 p. 43)

Esse conjunto de relações vai muito além daquelas tecidas no cotidiano da pesquisa com interlocutores indígenas e se expande para todos os atores sociais que se relacionam cotidianamente com os Avá-Guarani. Na atualidade a relação dos indígenas com não indígenas é um fator comum e recorrente, seja com servidores públicos, como professores(as) e pedagogas(os) e profissionais da área da saúde, técnicos da FUNAI e SESAI, ou atores sociais como os ativistas políticos defensores dos direitos indígenas, pastores das igrejas evangélicas, vendedores ambulantes, estudantes e pesquisadores etc.. O leque de relações dos Avá-Guarani se expande cada vez mais e, em campo, tive a oportunidade experimentar um pouco dessa relação interétnica o que me proporcionou enriquecer os resultados de minha pesquisa etnográfica.

Neste sentido, minha concepção de etnografia e trabalho etnográfico também segue de acordo com a definição de Restrepo (2018) que assinala que:

[...]la etnografía se puede definir como la *descripción* de lo que una gente hace desde la perspectiva de la misma gente. Esto quiere decir que a un estudio etnográfico le interesa tanto las prácticas (lo que la gente hace) como los significados que estas prácticas adquieren para quienes las realizan (la perspectiva de la gente sobre estas prácticas)[...] Así, lo que busca un estudio etnográfico es describir contextualmente las a menudo complejas y específicas relaciones entre prácticas y significados para unas personas concretas sobre algo en particular (sea esto un lugar, un ritual, una actividad económica, una institución, una red social, o un programa gubernamental). La articulación entre las prácticas y los significados de esas prácticas de las que se ocupa la etnografía, permite dar cuenta de algunos aspectos de la vida de unas personas sin perder de vista cómo estas personas entienden tales aspectos de su mundo (RESTREPO, 2018 p. 25. Grifo meu).

Como exemplo dos atores sociais que convivem mais diretamente com os indígenas e que eu pude estabelecer conversas interessantes, cito os militantes do Comitê de Lutas Sociais no Campo e na Cidade, e o chefe da Coordenadoria Técnica Local da FUNAI, que muito me ajudaram a compreender as violências impetradas aos indígenas. Uma pessoa que colaborou imensamente com meu estudo foi uma pesquisadora que faz doutorado em geografia na UFGD²⁶, e faz pesquisa

²⁶ A pesquisadora da UFGD também me ajudou a compreender melhor a região onde estudo, sobre os riscos de realizar pesquisa nas aldeias localizada na fronteira e as histórias locais relativas à presença indígena em Guaíra. Ela contou-me sobre as ameaças (via redes sociais) que já sofreu das pessoas do município por estar trabalhando e estudando os indígenas, e do medo que sente quando volta sozinha pra casa durante a noite.

sobre os conflitos fundiários entre indígenas e proprietários de imóveis rurais em Guaíra e Terra Roxa. Em campo tive a oportunidade de acompanhá-la no trabalho que ela iria realizar juntamente com as lideranças Avá-Guarani das nove aldeias do município de Guaíra e também com as lideranças de cinco aldeias do município de Terra Roxa.

Essa foi uma ótima oportunidade de conhecimento sobre a situação e as características das diversas aldeias e, de forma geral, sobre o local onde estou construindo meu campo de estudo. Também conheci muitos indígenas, lideranças e professores, e com isso ampliando minha rede de contatos com os Avá-Guarani, o que provavelmente vai me ajudar amplamente em futuras pesquisas.

Em relação aos interlocutores indígenas, Ilson e Vicenta foram colaboradores fundamentais desta pesquisa ajudando-me de diversas formas. A começar, eles me cederam um local para dormir em seu quarto, em troca da hospedagem ajudava com as tarefas de limpeza cotidianas do quarto; da cozinha e do quintal. Também compartilhei e troquei alguns conhecimentos com Ilson, onde tornei seu aluno na arte de talhar a madeira para a fabricação de artesanatos, e em troca, ensinei a ele um pouco sobre manutenção em computadores. Também ajudei em alguns momentos a cuidar do Genilson, filho de Ilson e Vicenta que tinha 10 meses de idade, eram formas simples de, alguma maneira, poder fazer algo para retribuir a minha estadia com essa família.

Em campo, estabeleci uma rotina. Pela manhã me dirigia até a escola da aldeia (Escola Estadual Mainõ Retã) para assistir a aula da professora indígena Paulina, onde pude aprender a falar e escrever algumas palavras em guarani. No período da tarde saía de caminhada pela aldeia a fim de conhecer as pessoas que ainda não conhecia e visitar aquelas que eu tinha um maior contato para realizar conversas e entrevistas pontuais. Com o passar das três primeiras semanas estabeleci um conjunto de relações com determinados grupos familiares que passei a visitar com mais frequência. Foi somente depois de me aproximar mais desses grupos, como por exemplo, a família Galeano e a família Martines, que consegui com mais facilidade o levantamento do material etnográfico, ou seja, levantamento genealógico desses grupos familiares, coleta de relatos de história de vida e do cotidiano na aldeia e fora dela.

O contexto histórico e político no qual o etnógrafo se encontra em campo é de fundamental relevância para a pesquisa. Com os Avá-Guarani era mais comum ouvir histórias onde elas e eles relatavam formas de violência nos anos de 2012 a 2014. Foram durante estes anos que se realizaram os estudos de demarcação e delimitação da terra, causando uma forte reação de discriminação racial que foi impetrada

contra os indígenas. Durante os anos de 2015 e 2016 as lideranças indígenas e a Funai realizaram sucessivas denúncias no Ministério Público Federal de Guaíra (MPF). Os agressores localizados foram chamados na Procuradoria para prestar depoimentos; alguns indivíduos foram punidos com medidas retaliativas e foram obrigados a pagar com cesta básica.

No ano de 2017, algo parecia ter se diferenciado. Estranhamente não escutava com tanta frequência os indígenas falarem, como das vezes anteriores que os visitei, sobre as agressões, as ameaças de morte, os maus tratos fora da aldeia, racismo através das redes sociais etc.. Ilson qualificou esse momento, como vimos anteriormente, como uma “violência silenciosa”, pois os ataques diretos aos indígenas não estavam em ação aberta como usualmente. Talvez pela estreita relação política dos produtores rurais com o governo de Michel Temer, o que resultou num maior fortalecimento da Frente Parlamentar do Agronegócio, o que levou ao entrave dos processos de regularização das terras indígenas.

Nessa minha última pesquisa em campo, os principais assuntos sobre os quais escutava com frequência eram sobre um Grupo de Estudo que realizaria o levantamento fundiário das propriedades que futuramente vão passar pelo processo de indenização com a regularização da Terra Indígena. E também sobre o novo prefeito que tinha assumido recentemente a posse da prefeitura e que estava buscando certa proximidade com os indígenas convocando reuniões com as lideranças. Para Ilson e Paulina, essa aproximação era um fato inusitado, visto que o prefeito da administração anterior fez uma campanha que desfavoreceu completamente os interesses indígenas. Perguntei para o Ilson como estava sendo a gestão do novo prefeito; em sua resposta, disse-me que ainda não tinha como ter uma opinião concreta formada, pois ainda estavam “amaciando” o novo prefeito.

Em campo, além de acompanhar as práticas dos indígenas em seu cotidiano, também fui ao MPF de Guaíra para solicitar os processos encaminhados pelos indígenas, ou pela FUNAI, denunciando situações de violências. Fiz o pedido formal e anexeí meu comprovante de matrícula do mestrado conforme me foi exigido. Infelizmente me liberaram para acessar os arquivos somente quando eu já tinha retornado à Florianópolis. E tentei também uma entrevista com o procurador do MPF, pois tinha uma lista de perguntas para lhe fazer, mas devido à sua agenda carregada não pode me receber.

No tocante à coleta de dados com os indígenas, ela se deu através da relação com as pessoas no cotidiano, pela manhã tomando chimarrão

em torno do fogo, no caminho até o campo de futebol que se localiza do outro lado da avenida que passa em frente da aldeia, na casa de reza, na escola, no quintal, no caminho da roça, no caminho de uma casa pra outra, na roda de tereré. Não apliquei questionários fechados aos indígenas, direcionava minhas perguntas conforme ia se estabelecendo a relação com cada interlocutor. Sempre fiz questão de explicar com clareza e simplicidade os objetivos e o tema da minha pesquisa, assim como minha trajetória de pesquisa com eles mesmos, os Avá-Guarani, desde a graduação até a atual pesquisa do mestrado.

Durante a pesquisa foi se estabelecendo uma troca de diálogos, afetos e curiosidades, tanto da minha parte para com elas e eles, assim como dos indígenas sobre a minha pessoa. Muitas vezes me deparei em situações em que quem estava sendo entrevistado era eu e não o oposto. Os indígenas queriam saber onde eu morava, se tinha mãe, pai, irmão, se tinha filhos, se era casado etc. etc. Segui as dicas do Ilson que me indicou a ir falar com o Teodoro Galeano, pois este sabia muito sobre o passado dos Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri. Ilson também me orientou a tomar certos cuidados em campo, como por exemplo, ao falar com determinadas pessoas que eram mais reservadas em relação à presença de “branco” na aldeia.

A minha pesquisa de campo não se limita somente ao momento em que eu estou presente na aldeia, sobretudo com as tecnologias que nos proporcionam um contato a distância com as pessoas com quem realizo meus estudos. As relações com o campo continuam se dando até o momento final da escrita, e depois dela.

Um fator que influenciou demasiadamente na construção dessa dissertação foi minha relação com o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida (*In memoriam*), com o qual passei a ter contato²⁷ via telefone (*whatsapp*) depois de cerca de dois meses após o meu retorno para a cidade de Florianópolis, por volta do mês junho de 2017. Com a ajuda de Rubem, que me passou vários de seus textos e Relatórios e muitas informações verbais, pude olhar para os meus dados e repensá-los através de outro ponto de vista, dessa vez com mais embasamentos sobre as diferenças e distinções históricas e culturais entre os próprios Avá-Guarani que estão localizados no oeste do Paraná, situando e

²⁷ Agradeço ao Thiago Ribeiro dos Santos por me colocar em contato com Rubem Thomaz de Almeida.

diferenciando os grupos familiares que estão na bacia do Piquiri daqueles da bacia do Ocoí e Jacutinga.

Em relação às ferramentas utilizadas para a coleta de informações, fiz uso sistemático do caderno de campo onde registrei cotidianamente aquilo que observava, escutava e experimentava durante minha relação com os atores sociais indígenas e não indígenas, bem como sobre os detalhes dos eventos cotidianos, meus sentimentos, pensamentos e reflexões. Utilizei gravador de áudio para registrar as “entrevistas etnográficas” (Restrepo, 2018) com os interlocutores indígenas e não indígenas, e câmera fotográfica para o registro das atividades cotidianas na aldeia.

Para Restrepo (2018), a entrevista etnográfica se consiste em um diálogo formal guiado por perguntas abertas baseadas no problema central da pesquisa. “se puede partir de definir la entrevista etnográfica como un diálogo formal orientado por un problema de investigación” (ibid. p.76-77). Em quase todas as situações, as entrevistas surgiam, a partir de um assunto específico que emergia de conversa informal em uma roda tereré²⁸, ou chimarrão, por exemplo. Neste momento, pedia para iniciar a gravação em áudio e direcionava perguntas específicas que já tinha formulado precisamente. Outras vezes eu iniciava a entrevista pedindo para a pessoa falar abertamente sobre, por exemplo, quais eram as principais dificuldades em viver numa terra que ainda não está regularizada pelo Estado. Conforme as pausas do interlocutor que estava narrando eu direcionava perguntas a fim de obter algum detalhe ou tirar alguma dúvida.

Com os representantes do Estado marquei o dia e horário para a realização da entrevista, como se deu, por exemplo, quando entrevistei o chefe da CTL (Coordenação Técnica Local) de Guaíra. As informações que apresento nessa dissertação resultaram desse conjunto de relações e buscas que realizei para compreender as violências impetradas contra os Avá-Guarani e suas narrativas sobre essas agressões. Também marquei uma entrevista com Paulina para falar sobre a religião guarani e sobre os elementos que utilizam para a proteção nos momentos de tensão e violência, pois ela trabalha dando aulas e não tem tanto tempo disponível, no entanto, no dia da entrevista ela, como na dança *ñemoiti*, desviou da entrevista e propôs uma seção de filmes, assistimos Terra

²⁸ O tereré é um tipo de chá gelado a base da erva mate (*Ilex paraguaiensis*), bebida típica em todo Paraguai e na fronteira entre esse país com Brasil.

Vermelha e depois um documentário de Alberto Alvares que foi filmado na Tekoha Yhovy sobre as histórias que os costumes dos moradores da aldeia.

Para o terceiro capítulo, trato de expor o ponto de vista dos proprietários de terras em relação aos estudos de demarcação e delimitação da Terra Indígena, bem como a forma como representam e criam um imaginário social sobre os Avá-Guarani. Neste capítulo fiz amplo uso da internet como ferramenta de pesquisa. Encontrei muitos vídeos de entrevistas com o presidente do Sindicato Rural, bem como com o presidente da Organização Nacional em Defesa da Propriedade Privada (ONGDIP), como já mencionei, organização que foi criada no ano de 2013 para fazer frente à demarcação da terra indígena para os Avá-Guarani de Guaíra e Terra Roxa. Uma fonte desses vídeos foi o próprio perfil do site de redes sócias (*Face book*) da ONGDIP, onde encontrei ao menos três entrevistas concedidas pelo presidente dessa associação, uma do presidente do Sindicato Rural e uma do antropólogo que tem uma empresa de consultorias que visa prestar serviços aos donos das propriedades rurais. Não procurei essas pessoas para conversa pessoal devido ao conflito entre indígenas e produtores rurais, tive receio de tentar uma aproximação e ter que me apresentar como estudante de Antropologia que realiza estudos com povos indígenas e sofrer retaliações por isso.

II. CAPÍTULO 2: AS DISTINTAS SITUAÇÕES HISTÓRICAS

Para abordar o contexto histórico atual que os Avá-Guarani - localizados na bacia do rio Piquiri (municípios de Guaíra e Terra Roxa) - estão vivendo faço uso da noção de “situação histórica” de Pacheco de Oliveira (1988 e 2015), que nos permite compreender as distintas forças políticas, ideológicas e econômicas e materiais que geraram sucessivas formas de violência contra esse povo indígena e, sobretudo, o esbulho de seus territórios. Com a compreensão das distintas situações históricas também é possível situar melhor o atual processo de

territorialização no qual os Avá-Guarani estão reivindicando a regularização da Terra Indígena Tekohá Guasú Guavirá²⁹.

Com a análise das distintas situações históricas consigo mapear e ilustrar como ocorreu as diferentes formas de relação e de interdependência entre os agentes das frentes de expansão colonial e os indígenas. Desta forma, é possível retratar desde o período do contato inicial com os colonos espanhóis e posteriormente com os jesuítas, passando por outras situações como a da Cia. Matte Larangeira, o projeto de colonização do oeste (marcha para o oeste), a construção da Itaipu Binacional, e a mecanização do campo juntamente com a predominância do agronegócio implementado pela economia neoliberal nos dias atuais. Assim, também podemos perceber quais foram as diferentes formas de violência sofridas pelos Guarani nas distintas situações históricas.

A história de violência contra os Guarani é a própria história do contato com o colonizador e que se estende até aos dias atuais. A qual pode ser percebida em diferentes contextos históricos, que podem ser apreendidos em cinco principais situações de contato com as frentes de expansão que avançaram sobre seus territórios: 1) Redução Jesuítica, (século XVII); 2) Guerra Contra o Paraguai e a Cia Matte Larangeiras, (no final do século XIX e inícios do XX; 3) A “Marcha para Oeste” e projetos de colonização da fronteira com o Paraguai (inícios na década de 1940); 4) A construção de Itaipu Binacional e o contexto político e econômico da ditadura militar (1960-1980); e 5) O agronegócio e a luta dos indígenas pela regularização da terra a partir de 2000.

Em cada situação histórica os Guarani enfrentaram determinadas formas de violências que variavam de acordo com as relações estabelecidas com as frentes de expansão e os interesses ideológicos e materiais dos agentes coloniais. Portanto, a violência, assim como indicam Taussing (1993) e Rojas (2000), tem que ser entendida sempre com base nas características de cada contexto histórico, pois ela se manifesta de modo distinto em cada situação.

²⁹ No dia 15 de Outubro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá.

1. As Reduções Jesuíticas

Sobre o primeiro contato dos grupos falantes do idioma guarani com os europeus, Melià (1997 [1986]) indica o ano de 1537, data da chegada dos espanhóis às terras banhadas pelo rio Paraguai, onde foi erguida a cidade de Asunción. Na margem esquerda do rio Paraguai se depararam com os grupos que foram denominados como Carió, nativos de ambas as margens deste rio.

Segundo Thomaz de Almeida e Mura (2002 p. 10), no momento do contato inicial com os europeus, os Guarani encontravam-se espalhados por um vasto território, ocupado por populações numerosas que se organizavam em “aglomerações macro familiares”, espalhadas pela floresta nas margens dos Rios Paraná, Paraguai, Uruguai, Miranda, Tiete-Añemby e seus afluentes, bem como pela costa do litoral sul brasileiro.

Em épocas pré-colombianas, a organização social dos Guarani estabelecia-se através do *guará*, um amplo território onde vários agrupamentos de famílias extensas, que viviam cada uma em sua grande casa coletiva, estruturavam-se sob a liderança de uma figura principal. O *guará* permanecia estruturado até o momento que ocorria alguma calamidade natural ou com as investidas de grupos de guerreiros inimigos. Dessa maneira, era possível classificar, por exemplo, o *guará* do Rio Paraná, ou seja, “[...] o conjunto de grupos que estão assentados nas proximidades do Rio Paraná e seus afluentes denominados Paranyguára [...]” (Thomas de Almeida & Mura, 2002 p. 10). Esses autores afirmam que, após as investidas coloniais aumentaram os traslados e migrações, incentivadas pelo caráter ritualístico de cunho salvacionista do discurso dirigido pelos xamãs de grande influência que eram capazes de mobilizar um grande contingente a por em prática o *oguatá* (caminhar, andar).

De acordo com Thomaz de Almeida e Mura (2002), durante os séculos iniciais da colonização do cone sul da América do Sul, a força de trabalho Guarani, bem como seus territórios, foram amplamente utilizados pelas coroas da Espanha e de Portugal. Na colonização espanhola, os Guarani serviram como mão-de-obra pelos *encomenderos*, que, através da relação de *cunhadismo* com os líderes principais, conseguiam negociar a liberação de grandes contingentes de homens para trabalhar nas minas e plantações para abastecimento das colônias. Os *encomenderos* impunham um severo sistema de trabalho aos indígenas que eram concebidos como escravos e punidos quando não

correspondiam à demanda do serviço nas minas ou nas plantações. Pela colônia de Portugal, os Guarani foram caçados como animais pelos bandeirantes, que os capturavam para serem vendidos como escravos nos engenhos de açúcar.

Nos três séculos seguintes à chegada do europeu, a história dos povos Guarani será marcada por uma forte presença cristianizadora **missionária** jesuítica, pelo assédio de "**encomenderos**" espanhóis e por ataques de **bandeirantes** portugueses. Para jesuítas, os índios eram objeto de catequese, almas a serem salvas para Cristo; para "encomenderos" vindos de Assunção, e bandeirantes, vindos de São Paulo, os índios — **em especial os Guarani** — representavam força de trabalho escravo, única riqueza encontrada nesta região americana. (Thomaz de Almeida e Mura 2002, p. 12. Destaque em negrito dos autores).

Com a finalidade de obter mão-de-obra para desenvolver e manter a colônia espanhola que estava sendo implementada na margem esquerda do rio Paraguai, o sistema de *ecomiendas*³⁰ foi instaurado no Paraguai no ano de 1556, onde a mão de obra indígena passou a ser explorada pelos espanhóis através do trabalho escravo. Após a configuração do sistema das *ecomiendas*, outras cidades espanholas foram criadas próximas às povoações indígenas (os *guará*) com o objetivo estratégico de utilizar os recursos da mão-de-obra indígena. Em 1557, os espanhóis com o objetivo de assegurar o limites com o território de domínio da Coroa de Portugal, fundam a *Ciudad Real*³¹, na foz do rio Piquiri (onde atualmente é localizado o município de Terra Roxa-PR). Em 1570 outra cidade é fundada, chamada *Villa Rica del*

³¹ Vale notar que a Tokoha Ñemboete, localizada próximo à foz do rio Piquiri, no atual município de Terra Roxa-PR, também é chamada pelos indígenas de aldeia *Cidade Real* fazendo alusão à histórica *Ciudad Real* fundada no século XVI pelos espanhóis, onde posteriormente foram instaladas a *Redução Jesuítica do Guáira*.

Espirito Santo, e localizava-se mais acima, no rio Ivaí. Esse território também era conhecido como *Província del Guayrá*³², devido à reputação de um importante cacique chamado Guayrá. Segundo Meliá:

...es la región donde se establecieron primero las ciudades de españoles, Ontiveros, Ciudad Real y Villa Rica y donde se fundaron después las reducciones jesuíticas, en la margen izquierda de Paranapanema y cuenca del Tibagí, del Ivaí y del Piquirí (1997 p.60).

Para Thomaz de Almeida e Mura (2002 p.12) a população indígena da *Província del Guayrá* são “ascendentes” dos atuais Guarani-Ñandeva. Na *Província del Guayrá*, foi fundada a Redução Jesuítica do Guayrá, do lado esquerdo do rio Paraná, próximo a foz do rio Piquiri, que deságua no Paraná. Sobre os interesses espanhóis nas terras que denominaram inicialmente de *Província del Guayrá*, estes autores afirmam que:

o Guairá também adquiria, na situação histórica que se configurava no final do século XVI e início do XVII, função estratégica e importância geopolítica de destaque. Para espanhóis era via de acesso entre Assunção e a Europa, assim como para estreitamento das relações com o Brasil; controlada, a região propiciaria defesa contra o avanço paulista rumo a oeste, razões pelas quais colonos espanhóis investem na ocupação desses espaços para configuração da nova colônia e na

³² Meliá indica que os espanhóis, durante o *ciclo encomiendero*, falavam de 200 a 400 mil almas vivendo na *província del Guayra*, (p.19). Esta *Província* “fazia parte do território paraguaio e abrangia os atuais estados brasileiros de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo” (Thomas de Almeida e Mura, 2002 p.13). De acordo com Blasi (1977: 150 *apud* Thomaz de Almeida e Mura, 2002 p.13) a extensão da *Povíncia del Guayra* era delimitada pelos rios "Paranapanema, Paraná, Iguazu e a indeterminada linha demarcatória que dividia as terras portuguesas e espanholas, imposta pelo Tratado de Tordesilhas, correspondendo, em área, aproximadamente, 85% do atual território ocupado pelo Estado do Paraná" .

exploração do trabalho indígena, destacando-se o fato de que era esta a única riqueza disponível em toda a região. (Thomas de Almeida e Mura, 2002 p.12. Grifo meu)

Para Meliá as reduções jesuíticas “nascieron a partir de la situación de encomienda, y fueron la anti-encomienda” (Meliá 1997 p. 123). Desse modo, fizeram frente ao projeto colonial das “encomiendas” impedindo a escravização dos indígenas evitando “los descimientos” de índios (p.72 e 124).

Meliá (1997 p,97) expõe que os jesuítas atuavam em prol a redução da vida política dos indígenas a fim de propiciar a condição para vida cristã. O projeto da redução afetava uma totalidade da vida indígena, pois impunha uma nova reorganização social das famílias extensas que viviam espalhadas pelo território e as reduzia a um espaço delimitado e sob a administração dos padres, que visavam alterar a organização política, o sistema de parentesco, a religião, o território, os costumes, etc, dos Guarani (Ibid. p.98).

Podemos dizer que as Reduções Jesuíticas foram um primeiro processo de territorialização dos Guarani, bem como definiu Oliveira (1998 p.55);

[...] a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização territorial que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Meliá (1997) cita a clássica definição de “reducción” do Padre Ruiz de Montoya, onde “redução” é tratada como uma forma de juntar os grupos espalhados pelo território e reduzi-los em um único local, em uma grande e única população, a fim de civilizá-los através da evangelização e utilizar a mão-de-obra dos indígenas. Essa “unidade sociocultural” gerida pela administração dos jesuítas foi nomeada como *reducción*; o nome é significativo, visto que o objetivo dos padres era justamente reduzir, diminuir, confinar, tanto aquela forma de ampla ocupação esparsa pelo território, quando a cultura daquelas populações Guarani.

Llamamos reducciones a los pueblos de Indios, que viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, en tres, cuatro o seis casas solas, separados a legua, dos, tres y más unos de otros, los redujos la diligencia de los Padres a poblaciones grandes y a vida polfítica y humana, a beneficiar algodón con que se vistan (Montoya 1639 *appud* Melia 1997 p.122)

Portanto, a redução impunha uma nova organização social, “[...] la espacialidad tradicional guarani, definida como dispersión y juzgada negativamente, se pasa a la creación de una nueva espacialidad caracterizada como concentración urbana” (Ibid. P.191). Esta concentração urbana era administrada pelos padres que tinham como missão “civilizar”, ou seja, impor a religião cristã, bem como outros elementos da cultura ocidental, sobre a religião, costumes e práticas dos Guarani, configurando, desta forma, um processo violento por ser etnocida, conforme a definição de Clastres:

O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento dos povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente (CLASTRES, 2004 p. 56. Grifo meu).

Clastres (2004) indica uma forma de violência que afeta diretamente a existência cultural de um povo. A grande violência cometida pelas Reduções dos Jesuítas foi o extermínio da diferença, o desejo de ver a si mesmo no outro indicado por Rojas (2000). Porém, cabe constatar a resistência dos Guarani durante a situação histórica das reduções, Melià (1997 p.80) destacou que nem todos os indígenas foram reduzidos, como por exemplo aqueles que habitavam o Vale do Itararé, local onde nem os *encomiendados* e nem os jesuítas conseguiram chegar, sendo estes locais focos de resistência contra a colonização.

Em seu livro, Melià (1997), em várias passagens, indica como os “dirigentes” dos Guarani sempre opuseram resistência e fizeram severas críticas aos espanhóis, sobretudo aos padres jesuítas. Os registros de narrativas de indígenas recalcitrantes são escassos, más existem, como

podemos ver no exemplo que Melià tomou de Montoya, que chegou a registrar a narrativa de um líder guarani “reduzido”:

La libertad antigua veo que se pierde, de discurrir por valles y selvas, porque estos sacerdotes extranjeros no hacían a pueblos, no para nuestro bien, sino para que oigamos la *doctrina tan opuesta* a los ritos y costumbres de nuestros antepasados” (MONTOKYA *apud* MELIÀ 1997 p. 196. Grifo meu).

Enquanto as reduções, para os jesuítas, eram um espaço de ordem “mas político y humano”, para os Guarani era a destruição do *teko katu* (ou *teko ymã*), ou seja, do seu modo de viver antigo e “perdida de la libertad” (idem).

A reduções jesuíticas da Bacia do Prata foram atacadas e destruídas pelos bandeirantes³³ paulistas durante os anos de 1629 a 1632. Os indígenas foram capturados e levados como escravos para São Paulo, não somente aqueles que estavam nas reduções, mas também os que se encontravam presos ao sistema das *encomiendas* (MELIÀ, 1997p.82). A finalização das reduções pelos bandeirantes paulistas foi um processo violento e genocida. Melià (1997 p. 84) cita o historiador Ramón Cardozo, que aponta um número de 15.000 indígenas mortos nos assaltos bandeirantes. E estipula-se que 60.000 foram retirados da região do Guaíra, porém os Guarani não foram completamente exterminados, e se “...quedaron pequeños reductos escondidos en el monte” (Ibd. p.89).

2. A Guerra Contra o Paraguai e a Cia Matte Larangeira

Em um artigo sobre a história e a resistência dos indígenas Avá-Guarani no oeste do Paraná, Oliveira (2016 p.160) menciona a dificuldade, devido à falta de registros históricos, de reconstruir uma narrativa da história destes indígenas após a invasão das missões

³³ Segundo Pacheco de Oliveira (2016 p. 23): “Os bandeirantes, que certa literatura histórica do século XX transformou em heróis nacionais e forjadores dos atuais limites geográficos da nação, não buscavam apenas minérios e pedras preciosas; eram igualmente caçadores de escravos índios. Os bandeirantes forneciam regularmente ‘braços’ indígenas aos colonos do Sudoeste [...]”

jesuíticas pelos bandeirantes paulistas no século XVII. Tanto que o autor inicia sua narrativa partindo do século XX, no contexto pós-guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai - contra o Paraguai.

Na América Latina, uma das grandes marcas do século XIX foi criação dos Estados nacionais em decorrência dos processos de independência frente aos colonizadores ibéricos. Com a emergência do Estado-Nação eclodiram também conflitos bélicos ligados às disputas pelas delimitações das fronteiras territoriais de cada nação emergente. Na América do Sul, um dos conflitos de maior proporções foi a Guerra contra o Paraguai, mais conhecida como Guerra da Triple Aliança, Guerra do Paraguai, ou Grande Guerra. O conflito ocorreu nos anos de 1864 a 1870, quando Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se para formar a Tríplice Aliança para combater o Paraguai, país que tinha fechado as portas para o comércio externo e se concentrado numa economia de auto-subsistência voltada para a agricultura familiar e na produção industrial de pequena escala baseada na manufatura.

O historiador britânico Eric Hobsbawn (1982) remonta os traços do cenário mundial do período de 1848-1875, quando o capitalismo se expande além do mundo europeu em busca de ganhar mercado para a produção industrial que encontrava-se em expansão. A Inglaterra liderava o mercado industrial e a exportação dos produtos terciários, este país vislumbrava nas nações emergentes da América Latina grandes oportunidades para o comércio. Como nos mostra este autor, a Inglaterra tinha seus interesses voltados para a abertura de mercado do Paraguai para o comércio exterior; a constituição da Triplice Aliança, então, favoreceu os interesses ingleses.

A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Rio da Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência [...] (HOBSBAWN, 1982 p.92).

No contexto local vale ressaltar alguns conflitos que poderiam ser considerados o estopim para a eclosão da guerra. Em 1864, Solano Lopez impediu o acesso da navegação de embarcações brasileiras que se dirigiam para a Província de Mato Grosso pelo Rio Paraguai. Em 1865 o exército paraguaio atacou e ocupou o porto de Corrientes, na Argentina (Pinto e Padoin, 2006). Além destes fatos, Mota (1995) indica que o

Brasil e a Argentina tinham fortes interesses em ocupar grande parcela do território que estava sob o controle do Paraguai³⁴.

Cabe ressaltar também que foi no século XIX, durante o governo Imperial, que a terra tornou-se mercadoria no Brasil. Com a Lei nº601 de 1850 a posse da terra “deixa de estar vinculada ao trabalho na terra para passar a bem de mercado, objeto passível de ser livremente adquirido, mediante o pagamento em moeda” (Pacheco de Oliveira, 1998 p. 127). Vale lembrar que a Guerra contra o Paraguai ocorreu quatorze anos depois da Lei de Terras ser constituída, portanto, podemos inferir que o Brasil, quando entrou na Guerra, tinha profundos interesses em ampliar as fronteiras de seu território adquirindo terras para a distribuição e venda posteriormente³⁵.

Este foi um contexto de nova definição da fronteira com o Paraguai, país que perdeu a guerra, e nesta derrota, quase toda sua população masculina foi abatida pelos países vencedores, bem como uma parcela significativa do território, onde atualmente se conformam os atuais estados de Mato Grosso do Sul e toda a região oeste do Paraná (MOTA, 1995 p. 246 e 252).

Caberia uma pesquisa mais aprofundada para tratar da participação dos Guarani na Guerra contra o Paraguai e as violências que sofreram em decorrência deste conflito bélico, bem como seus efeitos para este povo que constituía grande proporção do exército do Paraguai. Mota (1995) salienta que:

Os lugares da memória são bem delineados, e sugerem que na história dos vencedores, nas ruas de suas cidades, só há espaço para nomes como Cerro Corá, Paisandu, Humaitá, Riachuelo e o nem sempre bem sucedidos Voluntário da Pátria.

³⁴ Mota (1995 p.246) ressalta que “ um acordo secreto entre o Brasil e a Argentina previa a distribuição de territórios em litígio que correspondiam a mais da metade do Paraguai”.

³⁵ De acordo com Mota (1995 p. 244), no contexto da Guerra contra o Paraguai “ocorreram pesados investimentos de capitais estrangeiros na América Latina, sobretudo em infra-estrutura”. Foi neste período também que ocorreu uma migração europeia massiva para Cuba, Brasil, Uruguai, Argentina, segundo este autor “os números são altos: entre 1855 e 1874 cerca de 250 mil europeus no Brasil e mais de 800 mil na Argentina e ao Uruguai”, portanto, amplas proporções de terras eram necessárias para a instalação do imigrantes.

Nomes sonoros, muitos indígenas, mas que curiosamente não permitem enxergar o substrato guarani que animava um exército de 64.000 homens. A história desses silêncios precisa ser escrita, e revisitada a historiografia oficial que inundou os manuais do império e também os republicanos (MOTA, 1995 p. 247).

Em 1870, após a guerra, uma comissão de limites percorreu a fronteira com o Paraguai delimitando as fronteiras, este território era ocupado pelos Kaiowá e Guarani-Ñandéva, do rio Apá, atual sul do Mato Grosso do Sul, até o Salto das Sete Quedas do Rio Paraná, atual município e Guaíra. No ano de 1874 se encerraram os trabalhos de demarcação dos limites entre Brasil e Paraguai. Thomaz Larangeira era o fornecedor de alimentos para a comissão de limites. Sagaz, ele não só fornecia o alimento como observava o potencial de riquezas naturais que havia naquelas terras por onde percorreram (BRAND, 1997 p, 60).

Através do decreto imperial nº 8799 de 9/12/1882, Thomaz Larangeira adquire a concessão para a exploração de ervais nativos em vasta quantidade de terras no estado de Mato Grosso do Sul³⁶. Em 1892 ele se associa aos irmãos Murinho, expande seus negócios e cria a empresa Cia. Mate Larangeira, que manteve no território brasileiro o monopólio de exploração da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) por 50 anos. A empresa conseguiu assinar outros contratos durante o período republicano, chegando a possuir 5.000.000 hectares (FERREIRA, 2007 p.16; BRAND, 1997 p.61) .

A Cia. Mate Larangeira foi uma empresa extratora de erva-mate nativa. Este produto era importado para a Argentina. Para a logística de escoamento, pequenas vilas portuárias foram fundadas, como Porto Murinho (no rio Paraguai), Campanário (rio Amanbaí), Porto Guaíra e Porto Mendes (no rio Paraná). Segundo Silva (2011), entre os anos de 1911 e 1915 a Matte Larangeira construiu uma estrada de ferro de 60 km de extensão, que ligava o Porto de Guaíra (fundado pela empresa em 1910) ao de Porto Mendes, que localizava-se mais abaixo no rio Paraná, próximo a atual cidade de Marechal Candido Rondon-PR.

³⁶ A empresa extratora de erva expandiu também para o Paraná conforme foi aumentando a amplitude das terras sob seus domínios com as renovações das concessões.

Na breve narrativa de Silva (2011 p.32-33), a origem de Guaíra perpassa totalmente pela instalação da Cia Matte Larangeira, empresa que deu o impulso inicial para o surgimento do atual município. Na versão de Oliveira (2014p, 161. Grifo meu):

Em 1902, a Cia. Mate funda o distrito de Guaíra para acelerar o escoamento da erva para exportação pela Bacia do Prata, utilizando-se do porto e da ferrovia existentes na região, tendo recebido a concessão de aproximadamente 100 mil hectares de terras do governo do estado do Paraná. Conjuntamente à concessão de terras e da infraestrutura para o funcionamento da companhia, silenciosamente lhes é ofertado o direito da exploração da mão-de-obra indígena, que era utilizada em todo o ciclo produtivo da erva, desde a colheita no Mato Grosso e em toda a logística de transporte terrestre e fluvial até a Argentina.

Como fica evidente na citação acima, existem indícios da utilização da mão-de-obra dos Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri pela Cia. Matte Larangeira, mas não encontrei estudos aprofundados sobre a relação destes indígenas com a empresa extratora de erva-mate, assim como há sobre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, como por exemplo, o trabalho de Mura (2006), Brand (1997), Ferreira (2007) entre outros.

Mura (2006) nos mostra que através do envolvimento dos Guarani no Mato Grosso do Sul nas atividades ligadas à extração e manejo da erva-mate houve uma transformação progressiva da forma como as unidades domésticas que passaram a se organizar de modo que foram se flexibilizando para ir se adaptando às novas condições devido ao trabalho nos ervais. Desse modo, para chegar até os locais de coleta da erva mate, os homens adultos passaram a fazer deslocamentos e assentamentos que até então não eram praticados. Segundo este autor, os homens preferiam se assentar nas proximidades dos ervais nativos levando consigo cônjuge e filhos, instalando-se em abrigos temporários. Esses assentamentos, que por hora eram provisórios, caracterizou distinta forma de organização dos grupos domésticos, que antes viviam em grandes casas coletivas.

Em casos excepcionais, como nas proximidades dos portos instituídos pela Cia., podia acontecer

também que se chegasse à concentração de muitos grupos macro-familiares, todos distribuídos nesses tipos de abrigos “temporários”. (ibid. p.78)

Com o olhar sobre a transformação territorial e também das técnicas e bens materiais, Mura (2006) observa que durante o ciclo da erva os Guarani passaram a incorporar amplamente as mercadorias providas dos “brancos”, como os objetos metálicos (panela, faca, machado). A técnica da cerâmica foi colocada em desuso. Com a nova dinâmica territorial das famílias nucleares, conforme colocado, juntamente com a nova “bagagem material”, tornou-se possível a transformação do modo de habitar das famílias extensas. Conforme a explicação do autor:

Deste modo, teve-se a passagem do viver todos em uma única casa (denominada *óga jekutu* ou *oygusu*) à distribuição das famílias nucleares em construções menores (*óga* ou *oy*), estabelecias em torno da residência do *tamõĩ* e/ou *jarĩ* (ou *tamõĩ guasu* e/ou *jarĩ guasu*), líderes de famílias extensa (ibid. p.79).

Mura (2006) assinala que a nova configuração espacial que se caracterizou com o ciclo da erva, mesmo apresentando novidades, continuava seguindo a mesma lógica de ocupação e a posse do território praticada pelos Guarani, visto que o objetivo da Cia. Matte Larangeira era somente a aquisição da erva mate através da mão-de-obra indígena. A Companhia não tinha como fim o loteamento das terras para o mercado, como ocorreu na situação histórica posterior, que acarretou na espoliação dos Guarani de suas terras. Seus interesses eram na matéria prima nativa (erva-mate) e na mão-de-obra indígena para a extração do produto, e, para isto, precisa mantê-los próximos³⁷.

No Mato Grosso do Sul o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teve um papel crucial na demarcação de oito reservas até o final de 1920

³⁷ Brand (1997) também coloca que a Cia Erva Mate não se importava com a presença dos Kaoiwá e Guarani, visto que até mesmo fez amplo uso da mão-de-obra-indígena. A empresa tinha como objetivo somente a exploração da erva-mate nativa e não na posse efetiva de suas terras.

(BRAND, 1997 p.115). O processo de territorialização dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva nessas reservas colaborou para a liberação das terras para o Estado declarando-as como devolutas e adquirindo valor de mercado (FERREIRA, 2007 p. 40-41). Brand (1997) aponta que algumas reservas foram demarcadas justamente onde se encontrava acampamento de indígenas para facilitar o acesso à força de trabalho para a extração e durante o processo de escoamento da erva-mate. Dentre elas estão as Reserva Indígena Caarapó, Ramada, Porto Lindo e Pirajuy (BRAND, 1997 p. 62).

O ciclo de extração e manejo da erva estende-se também para o oeste do Paraná. O atual município de Guaíra, por exemplo, emergiu através de um porto criado pela Cia. Matte Larangeira para a logística de escoamento da erva-mate (Silva, 2011). Packer (2013 p. 17) e Myskiw (2009 p. 175 e 227) mostram como no oeste do Paraná os “peões” (trabalhadores dos ervais) eram submetidos ao sistema do “barracão” onde adquiriam mercadorias como adiantamento que eram pagas com o serviço nos ervais. Muitos trabalhadores contraíam dívidas que não conseguiam suprir com o trabalho nos ervais, propiciando uma relação de escravidão para com os ervateiros. Ambos os autores problematizam a categoria “peão” que omitia a identidade étnica dos trabalhadores que, assim como no Mato Grosso do Sul, grande parte eram indígenas.

Em sua tese, Brand (1997 p, 68) mostra como operava o sistema do barracão que, por sua vez, era de fundamental importância para atrair e manter os indígenas no trabalho de extração da erva-mate. Este autor ressalta que, no Relatório Barboza (1925), de Genésio Pimentel Barboza, escrito para o inspetor do SPI, Antônio Martins Estigarriba, foi denunciada a necessidade de libertar os indígenas da escravidão imposta pelos ervateiros paraguaios que administravam os barracões.

A escravização por meio da dívida era idêntica àquela descrita por Taussig (1993) sobre a extração da borracha no rio Putumayo, na Colômbia em finais do século XIX. Tanto os Uitoto, quanto os Guarani, endividavam-se no “barracão”, onde retiravam a mercadoria adiantada e depois eram obrigados a pagar com o produto extraído na mata, no caso dos primeiros, a seiva das seringueiras, para os segundos a erva-mate nativa.

No Relatório³⁸, Barboza afirma que “o índio, nesse armazém, assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga”. Muitos indígenas fugiam diante do medo de não conseguir pagar a dívida, e para capturar os fugitivos existia uma espécie de polícia da Cia Matte Larangeira, eram chamados de “comitiveiros”, que eram verdadeiras “feras dos ervais”, descritos também como “cães de caça adestrados para caçar homens” (GOMES 1986 p. 406 apud BRAND 1997 p.70). Quando o fugitivo era capturado era levado de volta para os ervais e espancado, quando não era assassinado logo ao ser encontrado. Conforme Brand (1997 p. 70) destaca, os “comitiveiros” eram o terror dos ervais.

As histórias que eu ouvi em Guaíra sobre a época da Cia. Matte Larangeira revelam uma relação violenta entre os ervateiros que empregavam os indígenas para com estes. Seu Damião, de 76 anos de idade, disse-me que seu pai trabalhou para a Cia. Matte Larangeira, e que a situação do trabalho eram extremamente insalubre, trabalhavam de domingo a domingo e muitos quando iam cobrar o salário em dinheiro eram espancados pelo “patrão”. Segundo Damião “*naquele tempo o patrão matava*”. Outra história foi narrada por Rodrigo, que contou sobre seu sogro, chamado Assunção, e que trabalhou para a Cia. Matte Larangeira. De acordo com Rodrigo, Assunção tomou um tiro perna do “*patrão*” quando foi pedir o dinheiro correspondente aos seus serviços.

O cenário começa a mudar a partir da década de 1940, quando o Presidente Getúlio Vargas extingue a concessão de terras para a Cia Mate Larangeira e começa a criar as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN). A política do Estado Novo de Getúlio Vargas ficou muito conhecida como “marcha para o oeste”, que sustentada pela propaganda do “vazio demográfico”, visava povoar o interior do país, sobretudo as regiões de fronteiras, e impulsionar o desenvolvimento econômico.

3. A “Marcha para o Oeste”.

Nada nos detém neste movimento que é no século XX, a maior tarefa do homem civilizador: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária

³⁸ Relatório Barboza (1927) apud Brand 1997 p.68.

fertilidade em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impacto de nossa vontade e de nosso trabalho, deixara de ser um simples capítulo na história do mundo e, assim como outros grandes rios, se tornara um capítulo da história da civilização. (Discurso de Getúlio Vargas proferido em Manaus, em 1940 citado em Davis 1978 p, 45)

Shelton Davis (1978) ilustra com primor as políticas de Getúlio Vargas perante as “faixas de fronteiras”, o objetivo era ocupar e gerar desenvolvimento econômico nas terras onde somente havia, até então, povos indígenas e pequenas vilas. Vargas fundamentou os planos para a criação de colônias agrícolas que consistia na distribuição de terras da união com objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento do interior do país. Esta política ficou conhecida como “marcha para o oeste”, e surtiu efeitos fortes e determinantes no Mato Grosso do Sul³⁹ (BRAND, 1997) e no Paraná (SILVA, 2007; CARVALHO, 2013; PACKER, 2013; OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

Na década 1930, com a crise no chamado “ciclo da erva-mate” e o declínio na extração da madeira, a etapa seguinte no processo colonizador regional foi a limpeza do terreno e sua preparação para a implantação das colônias agrícolas, levado a cabo por companhias colonizadoras. São empresas de capital privado que se apropriaram das terras e depois as venderam para pequenos e médios agricultores (Silva, 2007 p, 60-61)

De acordo com a narrativa de Silva (2007 p.62), “com o início da colonização agrícola na década de 1940, os índios são utilizados como mão-de-obra na construção de estradas, pontes e na construção civil, auxiliando na fundação dos assentamentos agrícolas”. As informações contidas em Carvalho (2013) e Ribeiro dos Santos (2016) ampliam e fortalece a narrativa de Silva (2007).

³⁹ É válido rememorar que os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná se constituíram somente depois da Guerra Contra o Paraguai (1864-1870), antes deste marco histórico aquelas terras faziam parte do território do Paraguai. Destaco que foi somente após o Governo de Getúlio Vargas as terras passaram a ser loteadas e inseridas no mercado, pois antes estavam sob a concessão da Cia. Mate Larangeira.

Ribeiros dos Santos (2016 p, 101-102) indica que na década de 1940 os Avá-Guarani trabalharam na construção de uma estrada que ligava Guarapuava à Foz do Iguaçu. Segundo este autor, tal empreendimento foi de fundamental importância para a colonização do oeste do Paraná. Carvalho (2013 p, 304) cita a narrativa de um *tamoi*⁴⁰ na qual revela que, em 1948, agentes do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) realizaram a transferência de indígenas do oeste do Paraná para as Reserva Indígena Rio das Cobras⁴¹, próxima do município de Nova Laranjeira-PR.

Em sua análise sobre o papel do SPI (Serviço de Proteção ao Índio)⁴² no oeste do Paraná, Packer (2013) inicia ressaltando que, ao contrário do que ocorreu no Mato Grosso do Sul, onde o SPI criou oito reservas indígenas ao longo das duas primeiras décadas do século XX, no oeste do Paraná a atuação desta instituição foi distinta, pois a estratégia de liberação das terras para a colonização foi de transferir os grupos indígenas para a Reserva Indígena Rio das Cobras, conforme também é indicado por Carvalho (2013). Packer (2013) cita uma narrativa do Avá-Guarani Pedro Alves, na qual conta histórias que ouviu de sua mãe, que dizia que os indígenas foram levados das aldeias do oeste do Paraná para a Reserva Indígena Rio das Cobras “como gado”. Segundo Pedro Alves:

Pegaram de Toledo, aqui de Santa Helena, do Rio Branco, aí pegaram né?! Pegaram e levaram....e conforme a história que ela contou levaram como gado né. Porque trouxeram caminhão, pegava

⁴⁰ Tamoi pode ser traduzido por *avô*, *homem mais velho*, assim como pode referir ao principal de uma família extensa.

⁴² O Serviço de Proteção ao Índio foi criado em 1910, inicialmente com a sigla SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais), tinha como objetivo “pacificar” (civilizar) e proteger através da tutela os povos indígenas do Brasil e transformá-los, gradualmente, em trabalhadores nacionais (Lima, 1995). A instituição existiu até o ano de 1967 quando foi criado outro órgão indigenista oficial do governo, a Funai (Fundação Nacional do Índio). De acordo com Noltzold & Bringmann (2013 p. 148): “Na esteira dos planos de proteção, buscava-se controlar os conflitos entre as populações indígenas e a sociedade nacional envolvente, o que se imaginava alcançar com a garantia de reservas específicas para a sua manutenção, bem como com a instrumentalização material e intelectual dos indígenas para o trabalho”.

assim, colocava dentro e levava...é aonde é uma aldeia Kaingang. (Packer 2013 p.40)

Além de ações coercitivas, como a que foi relatada por Pedro Alves, o SPI conseguiu remover os Avá-Guarani do oeste do Paraná e transferi-los para outras reservas através de outros meios. Packer (2013) assinala que, em Guaíra-PR e Terra Roxa-PR, os Avá-Guarani foram atraídos para a Reserva Indígena Porto Lindo (município de Japorã – MS) e Reserva Indígena Jaguapiré (Tacuru – MS) para conseguir tirar a documentação básica, processo que durava de cinco a dez anos para se consolidar. Concordo com a afirmação de Packer (2013 p.41) segundo a qual, “de maneira mais insidiosa, o SPI procurou também atrair os índios para suas reservas, por meio de um não cumprimento de sua missão institucional”. Oliveira (2014 p.165-166) também indica, como mecanismo de esbulho territorial o fato dos Avá-Guarani de Guaíra terem se deslocado para as reservas do Mato Grosso do Sul para fazer os documentos, segundo este autor:

[...] famílias inteiras se viram obrigadas a passar vários anos fora de seu território, sendo que ao retornarem encontravam suas terras ocupadas por colonos, por vezes tituladas pelos cartórios municipais em nome de particulares (OLIVEIRA, 2014 p.165)

Durante as conversas com o Avá-Guarani Teodoro Galeano, que tem 55 anos, morador da Tekoha Yhovy, escutei muitos fragmentos de sua trajetória de vida. Ele, assim como seus pais, nasceu em Guaíra; quando criança (não se lembrou exatamente quantos anos tinha na época) seus pais foram para o Mato Grosso do Sul, para a Reserva Indígena Porto Lindo com o objetivo de fazer a documentação básica dos filhos, pois era onde se localizava o posto indígena mais próximo.

Por lá ficaram trabalhando na colheita da cana de açúcar; o pai de Galeano faleceu em Mato Grosso do Sul. Galeano permaneceu neste estado e constituiu sua família nuclear, mas disse nunca ter se esquecido de que era nascido em Guaíra. Ele e sua família nuclear regressaram para Guaíra, quando Galeano tinha em torno de 47 anos de idade, e disse que se espantou ao ver a nova configuração da paisagem, com muitas propriedades rurais, e a pequena vila que lá existia quando era criança tinha tornado-se uma cidade.

Podemos observar até o momento que, no oeste do Paraná, assim como no Mato Grosso do Sul, iniciou-se mais intensamente o processo

de povoamento por colonos (descendentes de imigrantes europeus vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) com a política do Estado Novo, conhecida como “marcha para o oeste”, especialmente através da criação das colônias agrícolas em torno da década de 1940. Mas foi, sobretudo, na década de 1960 e 1970, durante o governo militar, que o plano de distribuição de terras ganha novas roupagens e se fortalece. O novo plano tratava de distribuir grandes lotes a companhias de colonização, privatizando a distribuição das terras. (OLIVEIRA 2014; PACKER, 2013; CARVALHO, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS 2016).

No Relatório do CTI escrito por Packer (2013), podemos visualizar melhor o esquema da distribuição das terras no período de 1940 a 1960. Cito um trecho em que o autor revela as companhias que se favoreceram com as terras dos indígenas. No trecho citado, também podemos visualizar a violência empreendida contra os Avá-Guarani.

[...] verifica-se nesse documento que as terras na região do município de Santa Helena, foram cedidas à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, posteriormente, a Meyer, Annes & Cia Ltda e, em seguida, à Companhia Paranaense de Colonização, sua sucessora. A Companhia de Madeiras Alto Paraná (MARIPA), por sua vez, obteve concessões de amplas fatias do território em Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Palotina e Terra Roxa do Oeste. Em Terra Roxa e em Guaíra, conforme já se indicou acima, as concessões foram feitas à Companhia Mate Laranjeira e as terras às margens do rio Piquiri, primeiramente à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, posteriormente, à Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP), [...] uma companhia que empregava mão-de-obra Guarani na abertura de estradas e picadas, e que não só não remunerava os índios, como mandava jagunços em seu encalço para matá-los. (PACKER, 2013 p.55. Grifo meu)

No oeste do Paraná, a Companhia de Madeiras Alto Paraná (MARIPA), por sua vez, obteve concessões de amplas fatias de terras em Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Palotina. Na região do extremo oeste, já na fronteira com Mato Grosso do Sul, em Terra Roxa e em Guaíra, as terras foram distribuídas primeiramente à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, posteriormente, à

Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP). Esta última instituição foi indicada por Damásio Martinez, no trecho de seu depoimento citado em Packer (2013), como uma empresa que empregava mão-de-obra Guarani na abertura de estradas.

Nesta situação histórica que se configurou com o movimento de colonização das fronteiras e do interior do país (“marcha para o oeste”), as violências destinadas aos Avá-Guarani giraram em torno da exploração compulsiva do trabalho e, concomitantemente, com a espoliação paulatina do território que irá se acentuar, como veremos no próximo item, durante o governo militar de 1964 e a construção da hidrelétrica Itaipu Binacional, um mega empreendimento que causou impactos irreparáveis no território Avá-Guarani, que atingiu da bacia dos rios Ocoí e Jacutinga (Foz do Iguaçu) à bacia do rio Piquiri (Guaíra e Terra Roxa).

4. A construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional durante o contexto de ditadura militar

A Hidrelétrica Itaipu Binacional foi construída no rio Paraná, fronteira entre Paraguai e Brasil, seu reservatório inundou uma extensa área com 170 quilômetros de extensão, e com 1.350 km² de superfície (CARVALHO, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016). No Brasil sua sede localiza-se no município de Foz do Iguaçu-PR, e no país vizinho está localizada no *districto de Henandárias*, no *Departamiento del Alto Paraná*. A construção da Hidrelétrica iniciou-se em 1973 quando o *Tratado de Itaipu* foi assinado pelos presidentes/ditadores do Paraguai, Alfredo Stroessner, e do Brasil, Emilio Garrastazu Médici. No entanto, os planos para aproveitamento do potencial hidrográfico do rio Paraná para geração de energia datavam-se desde 1950, mas foi somente durante o contexto de regime militar que sua realização se concretizou (CARVALHO, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016). Segundo Ribeiro dos Santos (2016 p.68)

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional se inscreve em um contexto no qual o setor energético nacional foi assumido de forma extremamente centralizada e direta pelo Estado brasileiro, através da implantação de grandes

projetos hidrelétricos, visando a enorme produção elétrica para abastecer o parque industrial do sudeste do país⁴³.

Com o termino da formação do reservatório da Itaipu Binacional, em 1982, 135.000 hectares de terras foram alagadas no oeste do Paraná (CARVALHO, 2013 p. 748)⁴⁴. A hidrelétrica foi construída sobre o território Guarani, e, para tanto, muitos esforços foram empreendidos para retirá-los e liberar a área para a formação do reservatório (Carvalho, 2013; Ribeiro dos Santos, 2016). Em sua tese, Carvalho (2013) estima que até 1973 cerca de 70 famílias Avá-Guarani viviam nas margens dos rios Ocoí e Jacutinga (afluentes do rio Paraná), e que passaram a ser expulsas através de formas violentas durante o período de construção da hidrelétrica.

Cabe ressaltar que importantes estudos foram realizados sobre os impactos da construção da Itaipu Binacional para os Avá-Guarani que se localizavam rio Paraná abaixo, na bacia do rio Ocoí e do rio Jacutinga (CONRADI, 2007; CARVALHO, 2013; PARCKER, 2014; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016)⁴⁵. Estas autoras e autores ressaltam que durante a década de 1970 e 1980 diversas formas de violências foram cometidas por funcionários do INCRA, FUNAI e da Itaipu, para expulsar os indígenas da área que seria alagada com a formação do reservatório da usina.

⁴³ Para uma maior compreensão do contexto histórico e político da construção da Itaipu Binacional temos a dissertação de Ribeiro dos Santos (2016) e a tese de Carvalho (2013).

⁴⁴ Segundo Carvalho (2013 p. 748) o reservatório⁴⁴ da Itaipu realizou o deslocamento de 60 mil pessoas dos dois países atingidos pela barragem (Brasil e Paraguai).

⁴⁵ Não tenho conhecimento de estudos realizados sobre os impactos do reservatório da Itaipu no território ocupado pelos Avá-Guarani que estavam localizados rio Paraná acima, nas terras banhadas pela bacia do rio Piquiri (Guaíra-PR e Terra Roxa-PR), afluente do rio Paraná, onde também houve impactos da construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, visto que a grandiosa beleza natural conhecida como Sete Quedas do Rio Paraná, uma paisagem formada por sete cachoeiras, ficaram submersas com as águas da Itaipu. Segundo Paulina Martines, liderança e rezadora da Tekoha Yhovy, as Sete Quedas era um local sagrado para os Avá-Guarani, onde muitos rezadores encontravam-se para comunicar-se com Ñanderu.

Ribeiro dos Santos (2016 p.85) indica que desde finais na década de 1960, quando os militares implementam ao regime do AI-5 (1968-1978), “diversos órgãos estatais passaram por reformulações que seguiram os princípios da Doutrina de Segurança Nacional dos governos militares”. É neste contexto que instituições como o INIC⁴⁶ (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) da lugar ao INCRA⁴⁷ (Instituto Nacional de Reforma Agrária), e o SPI é substituído pela FUNAI⁴⁸.

Carvalho (2013) e Ribeiro dos Santos (2016) descrevem como os órgãos governamentais, INIC e depois o INCRA⁴⁹, tiveram papel fundamental no esbulho territorial dos Avá-Guarani em dois momentos distintos com o objetivo de retirar os indígenas das terras para assentar os colonos que vivam no Parque Nacional do Iguaçu (PNI). Primeiro na década de 1960, quando o INIC expulsou os indígenas que viviam na aldeia conhecida como *Gleba Guarani* ateando fogo nas roças e nas moradias, esta aldeia localizava-se próxima ao atual bairro Três Lagoas, na cidade de Foz do Iguaçu⁵⁰.

⁴⁶ O INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) foi criado com a Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954 para realizar o programa nacional de colonização. O objetivo principal do órgão era propiciar o estabelecimento dos imigrantes europeus, bem como garantir as condições para os cidadãos brasileiros obter o acesso à pequena propriedade agrícola.

(Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-imigracao-e-colonizacao-inic> Acesso: 12/12/2018).

⁴⁷ De acordo com as informações da web site oficial (www.incra.gov.br) do órgão, o INCRA foi Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a finalidade de” **executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional**”. Linhares (1998 p.126. Grifo meu.) argumenta que: “[...] o INCRA foi um agente – e por muito tempo o principal agente – para a regularização e o reconhecimento do status jurídico das terras públicas no país, sua atuação com relação às terras indígenas seria necessariamente determinante seja através da sua ação administrativa, seja através da omissão dessa ação”.

⁴⁸ Conforme as informações do site oficial da FUNAI (www.funai.gov.br), este órgão indigenista foi criado por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967.

⁴⁹ Segundo Carvalho (2013 p. 365): “O INCRA tinha como missão retirar grande número de população residente na área do Parque Nacional do Iguaçu e na área da futura Usina Hidrelétrica de Itaipu, e assentá-las em algum lugar [...]”.

⁵⁰ O Parque do Iguaçu foi criado em 1939, é uma Unidade de Conservação que abriga grande proporção de Mata Atlântica brasileira. No entanto, somente na

A outra tentativa de retirar os indígenas do território ocorreu em 1973. Desta vez o alvo foi os grupos familiares Avá-Guarani que estavam localizados mais afastados das áreas de maior colonização⁵¹, nas terras banhadas pelos rios Ocoí e Jacutinga. Carvalho (2013) explica que:

A população Guarani do Oco'y-Jacutinga, ao ser expulsa, foi forçosamente deslocada pelo INCRA para uma pequena parcela, ainda no interior do próprio território indígena, próximo à margem esquerda do rio Paraná, permanecendo encurralado, entre Paraná e as frentes colonizadoras. (Carvalho, 2013 p. 366. Grifo meu)

No entanto, conforme Carvalho (2013 p.366) destaca “esta área, já estava predestinada a ser inundada mais tarde pela represa da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato que era de conhecimento do próprio INCRA”. Esta autora coloca que as ações de deslocamentos coercitivos dos indígenas realizadas pelo do INCRA, e a omissão da FUNAI, que, por sua vez, não iniciou os estudos para o reconhecimento da presença dos Avá-Guarani no oeste do Paraná, desconsideraram completamente o “Estatuto do Índio”⁵², Lei nº 6001, que foi aprovado em 1973 (no

década de 1960 ocorreu o primeiro Plano de Manejo que deu início à retirada efetiva das populações que lá habitavam. Carvalho (2013 p.364-365) explica que a demarcação e regularização do Parque iniciou-se em 1967, e ainda em 1972 viviam 457 famílias de colonos vivendo no interior da Unidade de Conservação. Somente em 1978 foi confluído os últimos deslocamento de moradores.

⁵¹ Carvalho (2013 p.348) explica que entre as décadas de 1940 e 1980 32 aldeias Avá-Guarani desapareceram devido ao impacto das frentes de colonização. Para esta autora, o aldeamento que estava localizado entre os rios Ocoí e Jacutinga era um dos últimos redutos do amplo território Avá-Guarani afastado das frentes de expansão e lá encontrava-se 70 famílias, muitas delas tinham se descolado para o Tekoha Ocoí-Jacutinga devido o avanço da colonização.

⁵² De acordo com o site (www.pib.socioambiental.org) do Instituto Sócio Ambiental (ISA), a Lei 6001, promulgada em 1973, ficou conhecida como “Estatuto do Índio”. Esta lei visou objetivar as relações e obrigações do Estado brasileiro para com os povos indígenas. O Estatuto seguiu os princípios do Código Civil brasileiro de 1916, que concebia os indígenas como politicamente

mesmo ano que houve a violenta tentativa de remoção dos Avá-Guarani do rio Ocoí e rio Jacutinga), e seus Art. 2º, item V e IX, Art. 18º, Art. 25º e Art. 38º (CARVALHO, 2013 p.365 e p. 368).

Ribeiro dos Santos (2016 p.87) afirma que somente em 1977 a FUNAI compôs um grupo de trabalho misto, junto ao INCRA, para realizar o primeiro levantamento com os Avá-Guarani do Ocoí e Jacutinga. De acordo com este autor, o G.T. foi composto apenas por um funcionário de cada órgão, e ressalta ambos não eram antropólogos, e a pesquisa de campo teve a breve duração de dois dias, em que apenas onze famílias (27 pessoas) foram caracterizadas como indígenas, más já iniciadas no processo de “aculturação”.

No final da década de 1970 e inícios de 1980 os grupos familiares que já tinham sido deslocados em 1973 para uma pequena parcela do território conformado pelos rios Ocoí e Jacutinga perderam definitivamente aquelas terras. Com o fim da construção da barragem da hidrelétrica os prazos para a retirada dos indígenas das terras se esgotaram, e novamente o INCRA, juntamente com o convênio da FUNAI, tentaram transferir os grupos familiares do Ocoí e Jacutinga para Terra Indígena Rio das Cobras, demarcada para os Kaingang, localizada próxima ao município de Nova Laranjeiras-PR. Não satisfeitos com a remoção, os Guarani voltaram para as margens dos rios Jacutinga e Ocoí.

Novamente ações violentas foram praticadas para expulsar os indígenas do Tekoha Ocoí e Jacutinga. A Comissão da Verdade do Paraná denunciou em seu Relatório de 2014 que os próprios funcionários da Itaipu, juntamente com o INCRA, incendiaram as casas dos indígenas para expulsá-los das terras (CEV/PR, 2014). Na *web site* da *The Intercept*⁵³ foram divulgadas imagens do acervo da Comissão Estadual da Verdade do Paraná, podemos ver nas fotografias datadas de 1981 dois funcionários da Itaipu comemorando de mãos dadas o incêndio na habitação dos indígenas.

incapazes, portanto, tinham que ser tutelados pelo órgão indigenista oficial do Estado .

⁵³ Acesso em: 26/08/2018. Link: <https://theintercept.com/2018/06/12/fotos-funcionarios-itaipu-incendio-indigenas/>



Figura 4 – Funcionários da Itaipu incendiando as casas dos Guarani - 1

Fonte: www.theintercept.com Acesso: 12/12/2018



Figura 5 – Funcionários da Itaipu incendiando as casas dos Guarani - 2

Fonte: www.theintercept.com Acesso: 12/12/2018

O uso do saber científico também colaborou para usurpar o território Avá-Guarani. No ano de 1981, o antropólogo Célio Horst⁵⁴ foi encarregado de realizar um laudo antropológico para avaliar quais famílias eram, de fato, indígenas. Com base no “critério de indianidade”, ele coloca que apenas cinco famílias eram essencialmente indígenas e as outras famílias restantes estavam em processo de “aculturação” (CONRADI, 2007; CARVALHO, 2013; PARCKER, 2014; OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

⁵⁴ Segundo Packer (2013 p.72), Célio Horst era filho de criação do ex-presidente do Brasil Ernesto Geisel, e fazia parte do corpo de técnicos do órgão indigenista oficial durante o contexto do governo autoritário regido pelos militares que perdurou de 1964 até 1985.

Os Avá-Guarani da bacia do rio Ocoí, em aliança com organizações indigenistas como o CIMI (Centro Indigenista Missionário), a ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio), e também a Pastoral da Terra, iniciaram o movimento político visando reivindicar a indenização das terras que seriam alagadas pelo reservatório da usina. Como resultado das pressões advindas do movimento político indígena emergente, no ano de 1982 (mesmo ano do término da construção da hidrelétrica) a Itaipu destinou uma pequena parcela de terra aos indígenas. Esta área foi delimitada nas margens do reservatório da Itaipu, constituindo a pequena Reserva Indígena Tekoha Oco'y, com 254 hectares e população atual de 800 pessoas.

Os Avá-Guarani não se contentaram com a minúscula Reserva Indígena Tekoha Oco'y, e deram início a estratégias mais eficazes para entrar novamente (*jaike jevy*) em parcelas do seu território que não foram alagadas pela hidrelétrica. Em 1986 os Avá-Guarani enviaram uma carta ao Banco Mundial⁵⁵ denunciando a situação territorial precária na qual estavam sobrevivendo devido ao impacto das águas de Itaipu. Esta ação chamou amplamente a atenção da imprensa nacional fazendo pressão para que a Itaipu iniciasse a busca de nova área para indenizar os indígenas (CARVALHO, 2013; CONRADI, 2009; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

Outra estratégia para chamar a atenção do Estado e obter uma devida indenização territorial, ocorreu através da ação política Guarani de “*jaha jaike jevy*”⁵⁶ (vamos entrar e recuperar). Para isso, ocuparam primeiramente terrenos estratégicos, como exemplo, as áreas de preservação ambiental. A primeira entrada se estabeleceu em 1995, quando 60 indígenas saíram da Reserva Indígena Tekoha Ocoy e se dirigiram para o Refugio Biológico Bela Vista, área administrada pela Itaipu Binacional (CONRADI, 2007 p. 112; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016 p.114). Esta entrada resultou na demarcação da Reserva Indígena Tekoha Anhetete (1774 hectares), no ano de 1997. Em 2005, outra

⁵⁵ A construção da Itaipu Binacional foi financiada através do Banco Mundial. O objetivo da carta destinada à esta instituição nos anos 1986 foi de chamar a atenção estrategicamente do credor da hidrelétrica.

⁵⁶ De acordo com a tradução de literal de Benites (2013), *jaha jaike jevy* ,corresponde à “vamos entrar e recuperar”. Jaha: vamos – Jaike: entrar – Jevy: retornar, voltar, recuperar. Outra possível tradução literal poder ser “vamos entrar novamente”.

entrada foi estabelecida, desta vez 55 indígenas permaneceram por 80 dias no Parque Nacional do Iguazu (PNI), até que a Polícia Federal cumpriu um mandato de reintegração de posse levando as pessoas novamente para a Reserva Indígena do Ocof (CONRADI, 2007 p.116). As estratégias das entradas continuaram, e devido à entrada de outro grupo familiar novamente no Refugio Biológico Bela Vista no ano de 2006, a Itaipu concedeu nova área para demarcação, constituindo no ano de 2007 a Reserva Indígena Tekoha Itamarã, com 242 hectares e população de 170 pessoas (RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

Carvalho (2013) e Ribeiro dos Santos (2016) ressaltam que a construção da usina hidrelétrica Itaipu Binacional acarretou a perda irreparável de parte significativa do território tradicional Avá-Guarani. E vão mais além, mostrando passo a passo como os órgãos oficiais, a exemplo do INCRA, a FUNAI e a própria Itaipu, adotaram diversas formas violentas para expulsar os indígenas das terras que seriam alagadas "...fazendo uso inclusive de força física, para retirarem as populações indignas do local que seria inundado pela hidrelétrica" (RIBEIRO DOS SANTOS, 2016 p. 2).

Em sua dissertação, Ribeiro dos Santos (2016) sustenta que a violência não foi somente imposta pela força física; fizeram uso inclusive do terror que era espalhado através das histórias que os funcionários do INCRA e da Itaipu propagavam entre os indígenas sobre o avanço das águas do rio Paraná e uma imensa inundação das terras; muitos indígenas conceberam tal situação como um verdadeiro fim do mundo (Ibid. p.85). Isso levou muitas famílias a se dispersarem para o Paraguai, para as Reservas Indígenas do centro do estado do Paraná, e muitos foram até mesmo para lugares mais longínquos como o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. (CARVALHO, 2013; PACKER, 2013; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

Com o advento da Itaipu uma nova situação histórica se estabelece para os Avá-Guarani (RIBEIRO DOS SANTOS, 2016 p. 92), na qual a maior violência foi a espoliação dos grupos familiares indígenas que habitavam as terras banhadas pela bacia hidrografia do rio Ocof e rio Jacutinga. Com isso, os Avá-Guarani também intensificaram sobremaneira a relação dos indígenas diretamente com as agências do Estado, bem como a relação de alianças com outras organizações indigenistas e indígenas. Fizeram-no através de uma rede com outras lideranças indígenas de diversas unidades federativas do país que também estavam vivenciando o processo político configurado pelo movimento de reconhecimento e regularização de suas terras tradicionais.

5. A situação histórica atual. O Neoliberalismo, a hegemonia do agronegócio e as reivindicações pela demarcação e regularização da Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá (PR).

A conjuntura política da situação histórica atual é marcada pela abertura da democracia com o fim do Governo Militar (1964-1985), e a eleição indireta de Tancredo Neves⁵⁷ para a presidência da república, realizada pelo Colégio Eleitoral em 1985. Outro evento importante no início desta situação histórica foi a promulgação da Constituição de 1988 que:

[...] refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias. Entre outros avanços, reconheceu-se a existência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais (FAUSTO, 1995 p.525).

Os movimentos sociais indigenistas e indígenas empreenderam uma grande luta durante a década de 1980, no período do governo de Sarney, para implementar na Carta Magna melhoramentos no tocante aos direitos indígenas. Devido ao potencial deste movimento político, a nova Constituição de 1988 destinou um capítulo voltado aos direitos indígenas (Capítulo VIII), em que se reconheceu a organização social, as línguas, as tradições, as crenças e os costumes (Art. 231), bem como se fundamentou a base legal para a reivindicação dos povos indígenas pelos seus direitos básicos, sendo um dos principais a demarcação e regularização de suas terras, cabendo ao Ministério Público intervir na defesa e na garantia dos interesses indígenas (Art.232). Isso propiciou o fim da tutela, estabelecida desde a fundação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI) em 1910, tornado, mais tarde, apenas SPI, e que veio a ser substituído pela FUNAI em 1967. O capítulo *Dos Índios*, da nova Constituição, também

⁵⁷ Conforme a narrativa de Fausto (1995 p.514), Tancredo Neves não chegou a tomar posse da presidência da República devido ao seu falecimento logo após as eleições indiretas de 1985. Então, quem assumiu a presidência foi José Sarney, que até então era o vice de Tancredo Neves. Sarney permaneceu na presidência de 1985 a até 1990, quando Fernando Collor de Mello é eleito na primeira eleição direta após o Governo Militar.

foi de importância fundamental para o surgimento de novas organizações políticas indígenas, tanto a nível regional como nacional, que são atualmente protagonistas na luta por assegurar os direitos indígenas garantidos pela Constituição de 1988.

Enquanto se implementava no Brasil a nova Constituição de 1988 e se faziam os preparativos para a primeira eleição direta após a ditadura militar, no mundo, instaurava-se uma nova ordem econômica com a derrota do Leste europeu e o fim da Guerra Fria entre Estados Unidos e Rússia. Com isso, a década de 1990 ficou marcada pela abertura para a economia liberal em escala global (FAUSTO, 1995 p.544).

No Brasil, a abertura dos mercados para a economia liberal, fundamentada na financeirização e mundialização do capital, inicia-se durante o governo de Fernando Collor de Mello (1989/1992), intensifica-se com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2003) e permanece durante os Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2011) e Dilma Rousseff (2011/2016). Essa política econômica ficou marcada pela entrada do mercado especulativo estrangeiro e uma ruptura com o modelo nacional-desenvolvimentista. A nova roupagem do Estado durante o período de redemocratização do país voltou-se para a liberalização da economia seguindo os passos do neoliberalismo impulsionado, sobretudo, pela Inglaterra e Estados Unidos, com forte protagonismo do Fundo Monetário Econômico e do Banco Mundial (SALLUM JR. & GOULART, 2016 p. 118).

De acordo com Barros (2018 p. 175), esta “atual fase de financeirização e mundialização do capital tem atingido todos os setores da economia, inclusive a agricultura brasileira”. Esta autora afirma que, nesta fase atual, surgiu uma forte aliança entre a indústria de tecnologia e a agricultura, entre empresas multinacionais e proprietários de terras (Ibd. p.176). Com a entrada do capital financeiro estrangeiro e sua lógica de mercado, o agricultor voltou-se a produzir de acordo com a escala de produção global, com preço do produto taxado e estabelecido pelo mercado financeiro. Esta lógica de produção exigiu também a utilização de amplas proporções de terras e da mecanização do trabalho. Barros (2018 p.183) ressalta que “a hegemonia do agronegócio sustenta-se no modelo agroexportador de commodities, em grande escala e com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos”.

Conforme a concepção de Fernandes (2003), a noção de agronegócio deriva da palavra em inglês *agribusiness*. De acordo com este autor, “Johon Davis e Ray Goldberg construíram o conceito tomando como referência o agrupamento dos sistemas agrícola,

pecuário, industrial e mercantil [...]” (FERNANDES 2003 p. 191). Para Fernandes (2003), o agronegócio é um complexo que tem como característica elementar não somente o sistema financeiro e tecnológico, mas também um “[...]sistema ideológico que produz a propaganda necessária para convencer o mundo de que é o único modelo de desenvolvimento para a produção de alimentos, fibras e agroenergia” (Ibidem). O agronegócio também é “[...] a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar” (FERNANDEZ, 2003 p. 191-192).

Segundo publicação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2008):

A demanda mundial torna a expansão brasileira da soja inevitável e a exportação do grão e do farelo importante elo para viabilizar os fluxos de capitais internacionais para financiar os projetos de desenvolvimento do período ditatorial. Se pensarmos na constituição de um “complexo Soja” internacional, o Brasil e o Paraná entram na sua composição como fornecedores de soja em grão. (IPARDES, 2008 p.32)

De acordo com o último senso agropecuário do IBGE (2017)⁵⁸, somente o estado do Paraná produziu 15.334.257.293 toneladas de soja. A produção de Guaíra-PR atingiu 84.187.881 toneladas, e a de Terra Roxa-PR alcançou o montante de 175.820.750 toneladas. Para a produção de tão alta quantidade necessita-se de amplas extensões de terras, que, por sua vez, adquire elevado valor de mercado. A questão surge quando a terra que hoje produz soja outrora pertencia e era de usufruto dos Avá-Guarani, que foram sucessivamente sendo expulsos com o avanço das frentes de colonização ao longo, sobretudo, da segunda metade do século passado e dali em diante (CARVALHO, 2013; PACKER, 2013; OLIVEIRA, 2014; RIBEIRO DOS SANTOS, 2016).

⁵⁸ Fonte:

https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=41&tema=76518 Acesso: 26/11/2018

Ao longo deste capítulo mostrei como em distintas situações históricas os Avá-Guarani do oeste do Paraná sofreram diferentes formas de violência devido ao contato com os distintos protagonistas das frentes de expansão. Ressaltei que o impacto da colonização no território Avá-Guarani iniciou-se na década de 1940 com a “Marcha para o Oeste” e se intensificou durante a situação histórica que se configurou nos governos militares de 1964 a 1985. Na situação histórica atual, vivendo em minúsculas parcelas de terras, os Avá-Guarani da bacia do rio Piquiri iniciaram um movimento de territorialização onde reivindicam para o Estado a demarcação regularização da terra indígena dentro do seu território de ocupação tradicional (*tekoha ymã guare*). De acordo com as falas das lideranças durante suas reuniões com as autoridades não-indígenas, a pela demarcação e regularização de suas terras visa, sobretudo, garantir um futuro para as gerações que estão por vir.

A Constituição de 1988 (Art. 231 e Art. 232) reconhece o direito dos povos indígenas de organização social, dos costumes, línguas e o uso tradicional de suas terras, sendo a União responsável em demarcá-las e assegurar a posse coletiva dos indígenas. Mais especificamente no Art. 232, torna-se explícito o direito dos povos indígenas de reivindicar pela defesa de seus direitos, competindo o Ministério Público como órgão voltado a atender as demandas pelos cumprimentos desses direitos. Isto corresponde ao respaldo jurídico-legal que fundamenta o movimento a *entrar novamente* em parcelas do território que teve o acesso restrito e privado após as sucessivas frentes de colonização.

Nos anos 2000, os Avá-Guarani iniciaram o movimento de *entrar novamente* nas terras banhadas pela bacia do rio Piquiri, rio este que deságua no rio Paraná. Atualmente este território corresponde ao município de Guaíra, onde se estabeleceram sete retomadas, e o município de Terra Roxa (que faz limite com Guaira) com mais cinco áreas retomadas⁵⁹.

⁵⁹ Ainda não há um estudo etnográfico sobre o histórico e as motivações desse movimento de retomada de terras Avá-Guarani nos municípios de Guaíra e Terra Roxa que tratasse de recompor como ocorreu especificamente cada entrada. E tampouco foi abordado o movimento indígena que protagonizou estas entradas, acredito que uma pesquisa etnográfica com as lideranças que deram vida a este movimento é de fundamental importância para o melhor

O antropólogo Guarani-Kaiowá Tônico Benites (2013), ao abordar o movimento político dos Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandéva pela retomada de território no Mato Grosso do Sul, afirma:

As táticas de reocupação dos territórios tradicionais (*jaha jaike jevy*) se tornaram temas discutidos e deliberados amplamente no *Aty Guasu*. A expressão “***Jaha jaike jevy***” significa “Vamos entrar e recuperar”. E *jevy* tem o significado de “repetir”, “ativar” novamente ou uma vez mais. Por essa razão, a expressão ***jaha jaike jevy*** significa “vamos entrar e recuperar (outra vez ou de novo)” (BENITES, 2013 p.30. Destaque em negrito do autor)

Benites (2013) explica-nos que na ótica Guarani, tanto para os Kaiowá, quanto para os Avá (Ñandeva), o movimento político indígena pela demarcação e regularização das terras trata-se de *entrar novamente* em parcelas do território de ocupação histórica que outrora lhes pertenciam e dos quais, devido o avanço da colonização, foram expulsos de forma coercitiva. Para os Guarani, eles não estão “retomando” as terras porque as terras nunca deixaram de lhes pertencer; nesta lógica, estão apenas *entrando novamente*, retornando mais uma vez, a fim de recuperar o pleno acesso e o uso do território.

Thomaz de Almeida (2000 p.07) também discorre sobre a noção de “*jaha jaike jevy*”, e da ênfase ao colocar que o termo *jaike* (entrar) é empregado pelos Guarani para designar o movimento que os pesquisadores e indigenistas caracterizam pelo termo “retomar”, e aqueles contrários às demarcações das terras indígenas definem como “invadir”.

“O termo ‘entrar’ (*jaike* = entramos; *jaha jaike* = vamos entrar) é o termo utilizado pelos Kaiowa e Ñandeva para referir-se ao movimento de adentrar nas terras que consideram suas e que se tornaram fazendas. Pretende substituir os termos ‘invasões’, utilizado por fazendeiros, e ‘ocupação’, ‘reocupação’ ou ‘retomada’, utilizados por

entendimento do movimento de retomada territorial e constituição de novo tekoha.

aliados dos índios” (Thomaz de Almeida, 2000 p.07).

Com objetivos de conclusão deste capítulo, cabe expor de forma breve como, e quando, iniciou o movimento de reivindicação em prol da demarcação e regularização das terras Avá-Guarani na bacia do rio Piquiri. Até 2004 os Avá-Guarani de Guaíra-PR encontravam-se localizados em dois pequenos “lotes urbanos” com menos de um hectare cada, na zona urbana do município, no bairro Vila Alta (ROJAS, 2005; THOMAZ DE ALMEIDA, 2004). Estes “lotes urbanos” indicados nos Relatórios escritos pela antropóloga Blanca Guilhermina Rojas, e o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, correspondem às aldeias Tekoha Porã e Tekoha Karumbey, local onde permaneceram poucas famílias extensas resistindo próximas à margem esquerda do rio Karumbey⁶⁰, território tradicional dos Avá-Guarani, que foi cercado pelo avanço da zona urbana de Guaíra.

Cercados pelo avanço da cidade e das fronteiras agrícolas, em 2004 os Avá-Guarani iniciaram o movimento de entrar novamente (*jaike jevy*) nas terras tradicionais que tem como marco referencial geográfico a bacia hidrográfica do rio Piquiri, ao norte, e as submersas Sete Quedas do rio Paraná⁶¹, ao sul. Três famílias lideradas por Inácio Martins saíram da Tekoha Porã e entraram⁶² (*jaike*) em uma Área de Preservação Permanente administrada pela Itaipu Binacional. Foi então que se estabeleceu a aldeia Tekoha Marangatu⁶³. Esta ação chamou a atenção

⁶⁰ karumbe: tartaruga. Y: água. Karumbey: água da tartaruga.

⁶¹ Vale recordar que as Sete Quedas do rio Paraná ficaram submersas com a formação do grande reservatório da Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional

⁶² Ainda não tive oportunidade de realizar pesquisa de campo na aldeia Tekoha Marangatu para levantar informações com a liderança e os moradores que participaram da *entrada* na APP, caberia saber como ocorreu a *entrada*, quais os principais motivos que levaram a tomada desta decisão, e como os indígenas se articularam para realizar a *entrada*.

⁶³ Atualmente os indígenas permanecem na área que denominaram Tekoha Marangatu, a Itaipu entrou com pedidos judiciais de reintegração de posse, mas com o apoio do Ministério Público Federal os Avá-Guarani desta aldeia conseguiram revogar os pedidos de reintegração impetrados pela Hidrelétrica. Levando em conta a demográfica das aldeias de Guaíra e Terra Roxa a Tekoha Marangatu é uma das mais populosas, segundo os dados fornecidos pela

das autoridades governamentais, pois, no dia 26 de Outubro de 2004 o Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek, expediu o Ofício E/GB/0629/04 encaminhado para a Presidência da FUNAI, solicitando a “... solução urgente e transferência das famílias para outro local mais adequado” (Ofício E/GB/0629/04. Citado em ROJAS, 2005 p.2)

Em novembro de 2004, a FUNAI direciona Rubem Thomaz de Almeida para ir campo e realizar levantamentos⁶⁴ sobre a situação dos indígenas de Guaíra. O antropólogo primeiramente visitou a aldeia Tekoha Porã. Segundo Thomaz de Almeida (2004), esta aldeia é formada pela família extensa de Cláudio Barros, um *tamõi* (avô) que atualmente tem em torno de 99 anos de idade. Naquela época o antropólogo registrou 32 pessoas, sendo cinco famílias nucleares (ñemoña). Depois de uma breve visita à Tekoha Porã, Thomaz de Almeida foi no mesmo dia, juntamente com três moradores da Tekoha Porã, até os Guarani que tinham entrado na APP (Área de Preservação Permanente) da Itaipu.

Segundo consta no “Relatório de Brevíssima Visita” de Thomas de Almeida (2004), havia “...três famílias vivendo neste lugar, lideradas por Inácio Martins”. Foi colocado também que Inácio havia construído “...sem prejuízo sério para o meio ambiente, uma casa com cobertura de lona plástica preta onde vive com sua família” (p.2). Indico que foi neste ano de 2004 que deu início às “entradas” (*jaike*) dos Avá-Guarani⁶⁵ que habitam a bacia do rio Piquiri⁶⁶, ou os municípios de Terra Roxa e Guaíra.

liderança da aldeia Inácio Martins, atualmente vivem 87 famílias na aldeia, com o total de 600 pessoas.

⁶⁴ “Relatório de Brevíssima Visita aos Índios Guarani-Ñandeva de Guaíra (PR)” escrito por Rubem Thomaz de Almeida e destinado ao Diretor de Assuntos Fundiários da FUNAI Artur Nobre Mendes, no ano de 2004.

⁶⁶ Em conversa com Rubem Thomas de Almeida fui alertado a dar a referência espacial dos Ava Guarani pelos rios onde são localizados seus tekoha, pois os próprios indígenas utilizam os rios como ponto de referência para indicar onde eram localizados os antigos lugares onde habitavam. Atualmente essa pratica é corriqueira, visto que aldeias são nomeadas com nomes de rios, como é o caso da Tekoha Karumbey e a Tekoha Tatury.

Devido aos reclames das lideranças indígenas pela demarcação da terra e ao estabelecimento de novas aldeias, a FUNAI iniciou em 2009⁶⁷ os estudos de identificação e delimitação das terras reivindicadas. No ano 2012 a Funai instalou uma Coordenação Técnica Local (CTL) em Guaíra para melhor atender as demandas indígenas, visto que a sede local da Funai mais próxima no estado do Paraná localizava-se em Guarapuava-PR, há mais de 380 quilômetros de distância. Estas conquistas do movimento indígena geraram uma forte onda de violência de diferentes tipos, empreendidas, sobretudo, pelos produtores rurais e parte da população que os apoiam. As violências vão desde ameaças às lideranças, sequestro, tentativas de atropelamento e suicídios, a até uma forte propaganda racista contra a presença indígena naquela região do extremo oeste paranaense⁶⁸.

A reação aos estudos de identificação e delimitação da terra indígena levou os titulares de terras a realizar outro movimento, este, de caráter anti-indígena. No ano de 2013 uma associação chamada ONGDIP (Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade) foi criada para impedir a demarcação da terra indígena. Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, esta associação de produtores rurais tem empreendido uma verdadeira campanha contra a presença indígena na região do extremo oeste paranaense. Busco mostrar como esta campanha anti-indígena fundamenta a violência direcionada aos indígenas.

⁶⁷ Portarias N. 136 de 06/02/2009 e N. 11 de 17/06/2010

⁶⁸ No capítulo seguinte abordo essa produção da violência na situação histórica atual.

CAPÍTULO 3: AS VIOLÊNCIAS NO ATUAL CONTEXTO DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS.

Em 2015 tive a grande oportunidade de ter defendido meu trabalho de conclusão de curso (TCC) em antropologia, pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) na aldeia Tekoha Yhovy⁶⁹, onde realizei boa parte da pesquisa para o TCC. Durante minha apresentação falei também sobre da noção de *tekoha ymã*, no sentido indicado por Albernaz (2009), que explica o termo expondo uma perspectiva materialista, apontando os marcos físicos da ocupação territorial Avá-Guarani. Segundo a autora;

Toda região próxima à tríplice fronteira (oeste do Paraná até Guaíra e parte do Paraguai e da Argentina próxima à fronteira com o Brasil, em Foz do Iguaçu) é considerada pelos Avá-Guarani de *Oco'y* como sua região tradicional, ou seu *Tekohá Ymã*, território tradicional. Esta noção está em consonância com a presença de parentes por áreas indígenas desta região, já que consideram que por ali vivem e se relacionam entre aldeias há tempos imemoriais. Entretanto, eles também viveram, especialmente no século XX, pressões da sociedade envolvente que fizeram com que (como eles dizem correntemente) “se esparramassem”

⁶⁹ Com a ajuda da Dr. professora Senilde A. Guanaes, minha orientadora no TCC, consegui a liberação da instituição para realizar a defesa na aldeia. Também pedi a autorização das lideranças para realização da defesa. O meu objetivo em apresentar o trabalho na aldeia Tekoha Yhovy, foi de expor para as moradoras e moradores o conhecimento que tinha produzido, sobretudo, junto às lideranças, e também de agradecimento por terem me permitido que realizasse minhas pesquisas enquanto um iniciante na prática da etnografia naquela aldeia.

pela região e assim tenham relações de parentesco também “esparramadas” (Albernaz, 2009: 65).

Após minha apresentação do trabalho, a banca concordou em, primeiramente, passar a palavra para as lideranças da aldeia. Em seguida, Paulina então disse que, na verdade, queria fazer uma correção na minha fala, pois, segundo ela, eu não havia explicado bem a noção de *tekoha ymã*. Segundo Paulina, a explicação estava correta, mas precisava dizer mais. De acordo com suas palavras:

O território pra gente, pra nós Guarani, tem um significado maior. Não [só] fisicamente, mas espiritualmente também. *Tekoha ymã* se relaciona com *yvy mara e 'ỹ*. O *yvy mara e 'ỹ* é uma procura que os nossos antepassados, desde muito tempo atrás, eles vieram procurando, viviam em busca dessa *yvy mara e 'ỹ*. E até hoje [as] aldeias, [os] grupos indígenas têm ainda sua casa de reza, têm o altar - que seria pra vocês - que nós chamamos de *tata andey* ou *amba 'i*.

Como no passado, o povo indígena, especificamente agora falando dos Guarani, eles viviam em busca, caminhando, mudando de [um] lugar pro outro. Quem dirigia eles era o pajé, como é conhecido nos livros, a gente chama de *chamo 'i kuera* e são os nossos líderes espirituais. Eles que dirigiam o grupo Guarani, diziam: - “*Ah, daqui nós temos que ir nessa direção. Ou nessa direção.*” Então assim viviam os grupos indígenas Guarani, buscando essa terra sem mal - *yvy mara e 'ỹ*. Mas hoje, como existe toda essa limitação, todas essas leis que limita a gente, nós somos obrigados a ficar, a se fixar num lugar e não poder mais mudar daqui pra outro lugar. Por isso nós, digamos assim, praticamente paramos, mas não paramos espiritualmente.

Espiritualmente nós estamos ainda caminhando. Espiritualmente nós estamos ainda buscando, mas essa busca é através do *amba 'i*, através da reza que nós fazemos todo dia, toda noite com a ajuda dos rezadores. Esta busca, pra tornar possível ainda a gente alcançar essa terra sem mal. Nós precisamos do território porque essa busca não será possível fora da *tekoha ymã*. Nós temos que

retornar de novo no local onde a gente sabe que é um *tekoha ymã*. A gente chama [também] de *tekoha ymã guare* – território antigo. Então essa busca só será possível, esse alcance só será possível, se a gente estiver no *tekohá ymã*. Aí essa busca pela terra sem mal se tornará possível.

Mas ainda espiritualmente nós não encontramos ainda aquele sossego, aquela paz de dizer assim: “Ah, agora nós estamos realmente num lugar seguro.” Enquanto a terra não for demarcada, enquanto a gente não tiver um território reconhecido pro nosso povo, essa busca ainda é espiritualmente barrada, porque a gente não se sente seguro no local onde estamos. É para o povo Guarani, viver ainda em busca dessa terra sem mal, que é o *yvy mara e’y*.

Nós Guarani, queiram os brancos ou não, os Guarani que conhece essa história, que têm essa esperança, que têm essa fé, essa crença. Os brancos terão que aguentar dos Guarani aumentar nessa região, porque nessa região nós temos o possível *tape*⁷⁰ *mará e’y* que os nossos antepassados acharam nessa região. Um deles é a Sete Quedas⁷¹ e a outra é a *Itaipite*⁷² que onde tem a represa de Itaipu⁷³.

Nesses dois locais os nossos antepassados acreditaram que tinham achado o caminho para se chegar no *yvy mara e’y* e que, digamos assim, com a violência e a grosseria do *jurua kuera*⁷⁴,

⁷⁰ *Tape*: caminho

⁷¹ Destaco, novamente, que as Sete Quedas do Rio Paraná era encontravam-se nos limites do município de Guaíra, porém, ficou submersa quando formou-se o reservatório da Itaipu Binacional em 1982.

⁷² *Itaipite*, era uma grande pedra que tinha exatamente no lugar onde as comportas da hidrelétrica Itaipu Binacional foram construídas, ou seja, esta usina foi feita em cima de um local de referência sagrada para os Avá-Guarani. Segundo Paulina Itaipite poderia ser traduzido como “pedra que faz barulho”.

⁷³ Gostaria de ressaltar que neste trecho Paulina indica os limites naturais do território tradicional Avá-Guarani, o *tekoha ymã guare*, traduzido por ela como “território antigo”.

⁷⁴ *Jurua kuera*: os brancos.

esse caminho foi inundado, foi impedido para o povo Guarani, não somente fisicamente, mas também espiritualmente. Espiritualmente a gente sabe que esse caminho está lá. A gente não vê mais fisicamente. Com olho nu a gente não está mais enxergando. [Os] Guaranis que são jovens, Guaranis que têm hoje uns 30-40 anos, nunca mais irão ver esse local, mas existem. Nossos antepassados que morreram, mas que estão no meio de nós. A agente crê que nossos antepassados que morreram ainda vivem no meio de nós - ainda vivem nessas regiões, nesses locais. Então, por isso, esse território não é do [estado do] Paraná. Pra nós, pra todos os Guarani, é sagrado e é uma *tekoha ymã*. Nós sabemos que é uma *Tekohá Ymã!*

Muitos podem até – dos brancos, né, dos *jurua kuera* -, pode achar uma loucura, uma mentira, ou pode dizer que é um treinamento ideológico que nós fizemos, que a gente inventou, mas não é. Pra nós é a realidade, é a verdade, porque é a nossa história, é o nosso passado, é a nossa origem, é uma busca que nós, Guaranis, não podemos abandonar tão facilmente porque foi uma coisa que nossos antepassados começaram e eles valorizam. Então, para nós, que somos jovens hoje, estamos continuando a valorizar, estamos continuando a fortalecer, e continuando esta caminhada que eles começaram, porque isso tem muito a ver com a nossa origem, de onde a gente veio né.

Porque quando tem um bebê dentro da barriga de uma mãe, uma mãe indígena, essas crianças estão vindo do *yvy mara e'ỹ*, do lado espiritual. A alma vem e fica dentro da barriga de uma mãe e, como a gente vai ter que cuidar dessa alma que tá vindo, que vai nascer, que vai crescer, que vai envelhecer, que vai morrer, e nós temos que batalhar por um *tekohá ymã* pra que essa alma possa descansar em paz e, também através dos nossos cantos, através

do nosso ritual, possa alcançar⁷⁵essa *yvy mara e'ỹ* de onde nós viemos.

Então, eu sempre digo que essa busca do território, essa busca pela demarcação de terra, o significado maior é espiritualmente, nem tanto fisicamente. Claro que fisicamente também tem várias coisas que são importantes pra nós, mas espiritualmente é mais forte porque hoje é difícil localizar um cemitério antigo, mas nós sabemos, os mais velhos sabem, os rezadores também. Pode vir de São Paulo, pode vir do Paraguai, um rezador e ele vai vir e rezar, e esse rezador, através do lado espiritual, ele vai localizar. A aldeia antiga: “*ela é por aqui assim. Tinha três ou quatro. O cemitério antigo era pra lá*”. Nós temos um contato tão grande, um contato tão forte espiritualmente, que só nós, indígenas Guarani, sabemos, sentimos e conhecemos esse lado espiritual que a gente carrega junto com nós.

Que nem eu sempre falo, que não é por querer tirar as terras dos fazendeiros. Mas a gente quer se sentir em paz quando aqueles [indígenas] que tiverem mais idade, que são velhinhos já, que são idosos, quando forem pra outra vida, pra que eles possam descansar. E tem outra coisa também, que é bastante importante, que os Guarani tem esse costume de: “*ah, o meu bisavô morreu por aqui, por essa região, pra cá*”. Então os familiares terão que vir pra cá morar e esperar a morte pra que eles possam ser enterrados e possam ficar perto dos parentes que viviam no passado. Então tem esse, digamos assim, esse valor, essa crença para o povo Guarani.

Então é isso o que eu tenho pra falar, reforçar um pouco a fala do Alex, pra confirmar que pra nós a *tekoha ymã* é muito forte, mais forte ainda espiritualmente; que nós pertencemos a terra. Todas as coisas que há no meio ambiente são nossos irmãos, são nossos parentes, então nós

⁷⁵ Paulina, em outro momento, me disse que o objetivo a alma/pessoa, é regressar para o lugar de onde veio, ou seja, ao *yvy m̄araey*.

somos da terra. Então não é que a terra seja nossa, mas é que nós somos da terra, não tem como mudar. Então é isso aí, espero ter contribuído com alguma coisa.

Paulina explicou com muita ênfase que a busca atual pela demarcação da terra indígena é de fundamental importância para garantir um lugar seguro para o descanso dos parentes mais idosos bem como para a garantia do futuro das novas gerações e das que estão ainda por vir. Ela traça uma relação desta situação histórica atual onde reivindicam um espaço delimitado e assegurado pelo Estado Brasileiro para o usufruto dos Avá-Guarani com busca pela terra sem males (*yvy marã ey*), local sagrado para os Avá-Guarani, de onde vem as almas e para onde elas devem retornar após a morte.

Destacando uma forte perspectiva espiritual, Paulina afirma que essa busca pela terra sem males só pode ser alcançada através das rezas, que são direcionadas para Tupã'i e Ñanderu, e dos elementos sagrados que compõe o *amba'i*, traduzido por Paulina como “altar”. Porém, segundo Paulina, atualmente a busca pela *yvy marã ey* está diretamente atrelada à busca pela demarcação das terras, ou seja, a primeira só será atingida por meio da segunda. A reivindicação pela demarcação de terras realizada pelos Avá-Guarani ocorrem em um espaço que ela delimita a norte com as Sete Quedas do Rio Paraná, e a sul com a Itaipite, espaço este considerado como um *tekoha ymã*, ou *tekoha ymãguare*, ou seja, um “território antigo”. É válido mencionar que ambos locais citados por Paulina ficaram submersos após a construção da Itaipu Binacional.

Diante dos conflitos com os brancos nos momentos de intensificação das frentes de colonização, os Avá-Guarani, quando não conseguiam oferecer resistência, tenderam a se afastar dos conflitos com os não-indígenas. Desta forma, os Avá-Guarani foram cada vez mais ficando encurralados na margem esquerda do rio Paraná. Na virada para os anos 2000, não havendo mais lugares em seu território para se afastarem dos conflitos com os não-indígenas, os Avá-Guarani iniciam um movimento de reivindicações pela demarcação e regularização das terras.

Durantes os dias 25 e 26 de novembro de 2014 ocorreu o I Congresso “A questão indígena no Oeste do Paraná e a reconstrução do

território Avá-Guarani”, realizado na Cidade de Foz do Iguaçu⁷⁶. Este evento contou com uma ampla participação das lideranças indígenas de toda a região do oeste paranaense. Dentre elas, Inácio Martins, liderança da Tekoha Marangatu, localizada dentro dos limites de uma área de preservação permanente do lago do reservatório da Itaipu, que invadiu as terras Guarani. Inácio explicou para os não-indígenas que estavam presentes no Congresso que no tempo de seus pais e avós, quando os brancos chegavam nas terras, os indígenas eram expulsos e se retiravam cada vez mais próximos para as margens do rio Paraná. Segundo ele, chegou a um ponto que já não tinham mais para onde os Avá-Guarani se deslocarem, visto que quase todo o território tinha se tornado cidades ou fazendas, sendo a única opção exigir perante o Estado o reconhecimento e a demarcação de terra indígena.

Este movimento de reivindicação dos Guarani pela demarcação e regularização das terras indígenas, de forma geral, tem sido muito bem retratado por Brand (2004) Mura e Thomaz de Almeida (2004), Pimentel (2006, 2012), Benites (2014) Moraes (2018), entre outros. Nestes estudos percebe-se as diversas formas de violências que os indígenas sofrem quando iniciam o movimento político de reivindicação pela demarcação e regularização de suas terras. De forma semelhante vem ocorrendo no oeste do Paraná, quando os Avá-Guarani *entram novamente* nas terras tradicionais banhadas pela bacia do rio Piquiri e outros afluentes do rio Paraná, como rio Apepu, rio Karumbey, rio Água do Bugre entre outros.

No capítulo anterior, tratei de expor que este movimento de retomada de terras iniciou em torno do ano de 2004, quando três famílias saíram da minúscula aldeia Tekoha Porã (localizada em meio urbano, no bairro Vila Alta) e entraram em uma Área de Preservação da Itaipu Binacional, mesmo local onde se estabelecem até os dias atuais, onde constituíram a aldeia Tekoha Marangatu. Mas esta não foi a única área retomada, ao longo dos anos 2000 mais seis áreas foram ocupadas

⁷⁶ O Congresso *A questão indígena no Oeste do Paraná e a reconstrução do território Avá-Guarani* foi promovido pelo Dr. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental da PUC-PR, bem como por estudantes do mesmo programa.

pelos Avá-Guarani no município de Guaíra-PR⁷⁷, com mais quatro áreas no município de Terra Roxa-PR. Minha pesquisa de campo durante o mestrado foi realizada com o foco em apenas em uma destas áreas de retomada, tratando-se da aldeia Tekoha Yhovy.

1. A Aldeia Tekoha Yhovy

Como visto na introdução, a aldeia Tekoha Yhovy, atualmente, é constituída por 58 famílias nucleares, com o total de 230 pessoas. A aldeia é cortada por um pequeno rio chamado Água do Bugre, este local é conhecido também como Mata do Jacaré. No início da constituição desta aldeia, quatro grupos familiares, liderados por um cacique chamado Assunção, ocuparam a área. Este local, por sua vez, foi indicado por um importante *chamo'i* (rezador) como local antigo, onde, em um momento passado, havia muitas moradias de grupos familiares Avá-Guarani, portanto, tratava-se de uma área de ocupação tradicional. Esta indicação ocorreu durante uma reunião de lideranças indígenas e rezadores, realizada em 2010, na aldeia Tekoha Marangatu.

Dentre outras localidades, o *chamo'i* indicou também a Mata do Jacaré, e ainda em 2010, aquelas quatro famílias Avá-Guarani, dentre elas a família Martines, que antes estavam vivendo na aldeia Tekoha Araguaju⁷⁸, entraram na Mata do Jacaré e construíram seus barracos improvisados com telhado feito com lona de plástico, paredes com bambu taquara⁷⁹ e madeiras reaproveitadas encontradas pelas ruas, construções paradas e terrenos baldios etc.

⁷⁷ Tekoha Marangatu, , Tekoha Jevy, Tekoha Yhovy, Tekoha Mirim, Tekoha Guarani, Tekoha Tatury, no município de Guaíra –PR e Tekoha Yvyraty Porã, Tekoha Tajy Poty, Tekoha Araguaju, Tekoha Nhemboete no município de Terra Roxa-PR.

⁷⁸ A aldeia Tekoha Araguaju localiza-se próxima foz do rio Piquiri, no município de Terra Roxa, que está a 29 quilômetros do município de Guaíra.

⁷⁹ *Bambusa tuldooides* Munro.

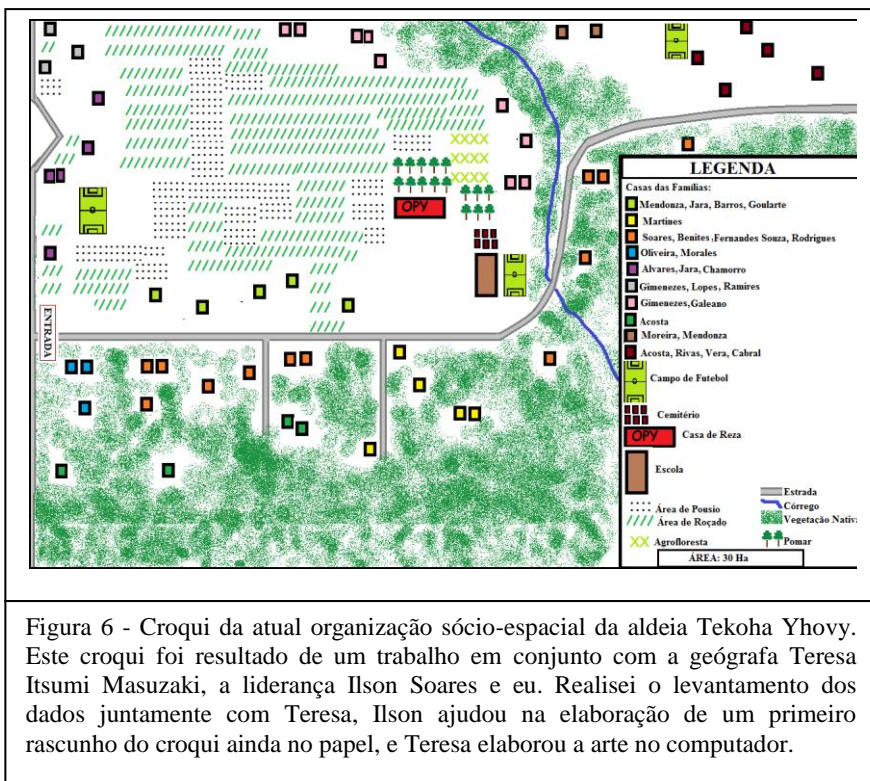


Figura 6 - Croqui da atual organização sócio-espacial da aldeia Tekoha Yhovy. Este croqui foi resultado de um trabalho em conjunto com a geógrafa Teresa Itsumi Masuzaki, a liderança Ilson Soares e eu. Realizei o levantamento dos dados juntamente com Teresa, Ilson ajudou na elaboração de um primeiro rascunho do croqui ainda no papel, e Teresa elaborou a arte no computador.

Ilson disse-me que após ocuparem a beira da Mata do Jacaré e construírem as primeiras casas ainda improvisados com lona de plástico, logo na sequência iniciaram o preparo da terra para a formação das roças. A mandioca e o feijão de corda foram os primeiros alimentos a serem cultivados. Em conversa com a Paulina, ela contou que a casa de reza também foi construída logo no início quando se estabeleceram nas terras. E explicou que foi durante as primeiras reuniões na casa de reza, ainda com aquelas poucas famílias, que pensaram e escolheram o nome

da aldeia. De acordo com ela, o nome Yhovy (y: água, hovy: azul. Yhovy: água azul) foi escolhido devido ao rio Água do Bugre, que passa cortando a aldeia. Contestei Paulina perguntando por que o nome era “água azul” se a água do rio tinha mais uma colocação de tom marrom. Paulina disse: “porque é essa a nossa vontade, de que algum dia a água daquele rio, que hoje está poluída, volte a ficar azul”.

1.1. A *ñemoñare* Martines

Vou tratar mais detalhadamente da família extensa (*ñemoñare*) Martines, pois é uma importante protagonista no movimento de reivindicação territorial, sobretudo na constituição da aldeia Tekoha Yhovy. Esta *ñemoñare* exerce um papel de grande destaque na aldeia, visto que foi dela que se constituíram as lideranças políticas e também religiosas. Além disto, foi com esta família extensa que consegui maior interação durante meu trabalho em campo, e como já visto no primeiro capítulo, também fiquei hospedado na casa de um núcleo doméstico desta família, constituído por Vicenta, Iلسon, Géssica e Genilson.

Esta *ñemoñare* é constituída em torno do casal Damásio Martines, que tem cerca de 80 anos, e Crescência Benites, com 71 anos. O casal tem duas filhas e um filho que coabitam na mesma aldeia. A filha mais velha se chama Vicenta Martines, de 34 anos, o filho de meio, Gabriel Martines, de 32 anos, e a filha mais nova, Paulina Martines, com 30 anos. As duas filhas e o filho do casal Damásio e Crescência são casados. A filha mais nova, Paulina, não possui filhos. Vicenta tem dois filhos e uma filha. Gilberto Maciel é seu filho mais velho, tem dezenove anos, Géssica Martines Tseremawé, de dezesseis, e Genilson, com dois anos de idade. Somente seu filho caçula é fruto do casamento atual com Iلسon Soares. Gabriel Martinez tem uma filha, Manuely, de dois anos de idade, com Zumira Gonsalvez, que, por sua vez, tem outros três filhos de outro casamento, Emily (11 anos), Edgar (11 anos) e Bryan (6 anos). Gilberto Maciel, filho de Vicenta Martines, possui um filho de três anos de seu primeiro casamento, e uma filha de um ano do casamento atual com Vilma Vera, que tem 19 anos.

A família extensa Martines é a que possui maior autoridade política na aldeia Tekoha Yhovy. Os cargos de liderança e vice-liderança são ocupados por membros desta *ñemoñare*, Ilson Soares e Paulina Martines. Os Martines também possuem uma condição econômica mais favorecida, comparando-se com outras *ñemoñare* da aldeia. Damásio e Crescência são aposentados, e seus filhos ocupam cargos remunerados. Gabriel e Vicenta trabalham na SESAI, ele como motorista, e ela como agente de saúde, e Paulina como professora na escola da aldeia. Além da aposentadoria e dos cargos remunerados, Dona Crescência mantém um pequeno comércio onde vende tabaco, biscoito, bala, pirulito, entre outros doces. Ela também tenta fazer comércio com os brancos que visitam a aldeia vendendo outros objetos como peças de artesanato variadas, como colares, *mbaracá'i* (chocalho pequeno), pulseira, etc.. Além do prestígio político e econômico, a *ñemoñare* Martines também é referência religiosa devido ao fato de ter duas grandes *rezadoras*⁸⁰, Dona Crescência e Paulina, sua filha mais nova.

1.2. A Liderança e a vice-liderança

Na aldeia Tekoha Yhovy Ilson Soares e Paulina Martines assumem as funções de autoridade política, sendo ele a *liderança* e ela a *vice-liderança*. Ambos são jovens, ele tem 31 anos e ela 30. Paulina e Ilson possuem vínculo de parentesco, pois ele é casado com Vicenta Martines, irmã mais velha de Paulina.

De modo mais frequente é o Ilson que se volta para o trabalho de porta voz da comunidade perante os *karai*, e com articulações políticas como organizações e movimentos sociais. Geralmente é ele quem viaja para Brasília para participar de reuniões com a FUNAI, e também vai para atividades como, por exemplo, o Acampamento Terra Livre, eventos acadêmicos e indigenistas. Já Paulina, assume outras funções. Ela é professora na escola da aldeia e também é rezadora. Ela

⁸⁰ *Resador(a)* é o termo que os Avá-Guarani utilizam para designar os(as) curandeiros(as) e mensageiros(as) de *Ñanderu ete*. O termo em Guarani para rezador seria *oporaiva*, no entanto, uma tradução literal deste termo seria equivalente à “aquele(a) que canta”, sendo a palavra por aí correspondente a “canto”. De fato o rezador(a) é um cantor(a), a cura se faz através da reza, e esta, por sua vez, é realizada com o canto e a fumaça do *petygua*.

desempenha forte papel de manter o funcionamento interno da comunidade, através de seus conselhos e orientações. É por meio da fala que ela orienta os moradores da aldeia, como exemplo, os casais que entram em conflito, aqueles jovens que desejam sair da aldeia e morar na cidade, ou que se perdem no consumo de bebida alcoólica, no apaziguamento de brigas e desavenças entre os moradores etc.

Paulina é a única liderança indígena mulher em todo o oeste do Paraná. Ela se posiciona como feminista e defende que a aldeia Tekoha Yhovy é uma “aldeia feminista”, pois lá não se admite que um homem pratique violência contra mulher ou que cometa quaisquer tipo de desrespeito à mulher, o que ela ensina tanto para as crianças na escola como nas reuniões internas da aldeia. Quando ocorrem casos graves de violência doméstica, quase sempre ligado ao excesso do consumo de bebida alcoólica pelo homem, Paulina age com rigor e presta denúncia à polícia militar.

Enquanto estava em campo, presenciei dois casos de violência contra a mulher. Em um destes casos, o homem, que estava embriagado, agrediu a mulher que era sua esposa. Esta mulher foi até a casa do Ilson e da Vicenta e falou para a Vicenta que foi agredida. Assim que Ilson e a Vicenta foram informados sobre o caso, Ilson saiu com o celular na mão caminhando e fazendo ligações. Eu o acompanhei, e no caminho lhe perguntei o que iria fazer. Ele respondeu: “é um bêbado agressor, Maria da Penha nele”, e tentou acionar a polícia militar. Esta, por sua vez, disse que só compareceria acompanhada da FUNAI. O único funcionário da FUNAI que estava trabalhando na CTL de Guaíra era o próprio chefe da CTL, que foi acionado e compareceu para resolver o problema.

Logo depois que Ilson terminou de realizar as ligações, chegaram os *xondaros* Gilberto e Gabriel, e, na sequência, os três saíram atrás do agressor. Eu fui junto até certo ponto, quando percebi que Ilson falou em guarani para Gabriel algo sobre o *karai*, que no caso, seria eu. Logo Ilson parou e disse-me que iríamos voltar para a aldeia. Percebi que eles não quiseram a minha companhia para ir atrás do homem que havia agredido a mulher.

Voltamos para a casa do Ilson, e, não demorou muito, ele recebeu uma mensagem no telefone, depois que visualizou a mensagem disse-me que tinha sido avisado que Gabriel e Gilberto haviam encontrado o homem numa festa de aniversário que estava acontecendo no quintal de uma família. Ilson chamou-me para acompanhá-lo até o local onde estavam. Encontramos com Gabriel e Gilberto no caminho. Atrás vinha acompanhando vários indígenas que estavam na festa. O homem foi

levado até a casa do Ilson, lá estava Paulina e seu marido esperando-nos chegar com o sujeito. Quando chegamos Paulina começou falar de forma muito séria e rígida com o indígena que tinha agredido a mulher. Ela falou em alto e bom tom e na frente de vários moradores da aldeia que se aglomeraram em frente à casa do Ilson para ver o que estava ocorrendo.

Foi difícil acompanhar e entender a fala de Paulina. Era possível escutá-la de longe, eu estava dentro do quarto do Ilson e da Vicenta, pois esta tinha me pedido para cuidar do bebê Genilson enquanto eles resolviam o problema. No entanto, depois que a polícia chegou e levou o homem para a delegacia, perguntei para Géssica e Vicenta sobre o que a Paulina tinha falado para o homem que tinha agredido a mulher. Géssica disse-me que a Paulina falou para ele que naquela aldeia o homem deve respeitar a mulher, que lá não se aceita homem que bate em mulher, lá quem manda é as mulheres, e muitas outras coisas mais.

No dia seguinte, Paulina me perguntou, “agora você entendeu o meu papel aqui dentro”? Disse a ela que sim, que achava que tinha entendido muito bem o seu papel. Penso que ela perguntou-me devido ao tema da pesquisa que realizei na graduação sobre o papel das lideranças indígenas, visto que ela foi uma grande interlocutora daquele meu primeiro trabalho.

Em seu papel enquanto liderança política, Paulina também busca por em prática uma postura que visa alcançar o empoderamento das mulheres, desde as crianças até as adultas. Além da perspectiva de gênero, ela também procura sempre incentivar um empoderamento desde um ponto de vista étnico, ou seja, Paulina durante suas falas na casa de reza, também aconselha as crianças e jovens a se dedicarem com mais afinco aos costumes da cultura Guarani, como participar do *jeroky* na *casa de reza*, *pitár* o *petygua* (“cachimbo”), falar corretamente o idioma guarani e, sobretudo, não ter vergonha de ser indígena nos espaços de sociabilidade com os não-indígenas, como por exemplo na escola.

1.3. A trajetória de vida de Damásio Martines e a constituição do núcleo familiar.

Para compreender melhor a constituição da Tekoha Yhovy, vou expor primeiramente a trajetória de Damásio Martines e a formação do grupo familiar que ele constituiu com Crescência Benites. Esta história me foi narrada em conversas com Paulina Martines, o motivo de não ter uma versão da história contada pelo próprio Damásio deve-se a uma orientação da Paulina. Ela disse-me que seu pai não gosta de contar a

sua própria história de vida por causa de certos acontecimentos tristes que ele vivenciou no passado, como iremos ver na sequência.

A própria constituição deste grupo doméstico e suas trajetórias de vida e andanças é marcada pela violência. Segundo Paulina, seu pai nasceu em uma aldeia que era conhecida como Gleba Guarani, ou também, Aldeia Guarani. Esta aldeia localizava-se próxima de onde atualmente encontra-se o bairro Três Lagoas, na periferia da cidade de Foz do Iguaçu, porém em uma região que foi completamente alagada pelo reservatório da Itaipu Binacional em 1982. Vale lembrar que a tese de Carvalho (2013) e a dissertação de Ribeiro dos Santos (2016) assinalam que na década de 1960 o INCRA reassentou famílias de posseiros que habitavam o interior do Parque Nacional do Iguaçu, dentro da aldeia Gleba Guarani. Por conta dos conflitos que se iniciaram com a presença dos colonos reassentados pelo INCRA, muitos núcleos domésticos Avá-Guarani se dispersaram para locais em que podiam se afastar dos conflitos e ataques dos colonos e assim se proteger.

Além disso, Paulina também contou que quando Damásio ainda morava na aldeia Gleba Guarani, em sua juventude, no decorrer da década de 1960, sua família foi vítima de mais um ataque violento. Na calada da noite, *jagunços*⁸¹ invadiram a casa onde Damásio vivia e assassinaram o seu pai com três tiros. Damásio foi até delegacia prestar queixas e, de forma absurda, foi acusado de ter sido o assassino de seu próprio pai.

A fala da Paulina sobre estes eventos da vida de pai vai ao encontro às informações de Ribeiro dos Santos (2016), que mostra como durante a década de 1960 houve transformações significativas na dinâmica de ocupação territorial Avá-Guarani na região oeste do Paraná, devido aos avanços das frentes de expansão colonial. Segundo este autor, neste período ocorre um novo e intenso fluxo migratório de colonos que saíram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e se descolaram para a região oeste do Paraná, e houve também a remoção e reassentamento dos colonos que estavam no Parque Nacional do Iguaçu. Segundo a explicação deste autor: Na década de 1960, acentua-se o fluxo migratório de colonos na região do *Ocoí/Jacutinga*, que vinham do Parque Nacional do Iguaçu, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul,

⁸¹ Jagunço é o termo utilizado por Paulina para se referir aos homens armados que são contradados para retirar os indígenas das terras.

além de posseiros interessados naquelas terras” (RIBEIRO DOS SANTOS, 2016 p. 81).

De acordo com Paulina, Damásio sofreu um forte trauma que perdura até os dias atuais, devido ao fato de ter ficado seis meses preso e acusado de ter matado o próprio pai. Por causa disto, Damásio não gosta de rememorar sua história, e tampouco menciona o nome de seu pai.

No início da década de 1970, após sair da cadeia, Damásio sofreu mais um golpe. Desta vez foi quando ouviu os rumores de que a construção de uma hidrelétrica que iria cobrir com água toda a terra onde viviam. Amedrontados com as histórias sobre a construção de uma grande hidrelétrica (Itaipu Binacional), de que ela provocaria um grande alagamento das terras, Damásio, e muitos de seus parentes, atravessaram para a margem direita do rio Paraná para fugir da catástrofe que era anunciada estar por vir. Durante seu trabalho de campo com Avá-Guarani da Reserva Indígena Tekoha Añetete, Ribeiro dos Santos (2016 p.91-92) também ouviu por várias vezes os indígenas dizendo que: “muitas famílias que viviam no *Ocoí/Jacutinga* saíram do local com medo do *fim do mundo*, diante da informação de que haveria uma grande inundação em virtude da cheia do lago da Itaipu”.

Ribeiro dos Santos mostra como os Avá-Guarani conceberam as histórias da construção da Itaipu Binacional como um verdadeiro “fim do mundo”. Aquelas histórias que eram espalhadas muitas vezes pelos próprios funcionários da Itaipu e do INCRA, provocaram uma grande dispersão (*sarambi*) dos Avá-Guarani da bacia do rio Ocoí (Carvalho, 2013; Ribeiro dos Santos, 2016), assim como com aqueles da bacia do rio Piquiri.

Ao longo do período que Damásio viveu nas aldeias junto com os Avá-Guarani que se localizam ao longo da margem direita do rio Paraná (entre a década de 1970 até finais da década de 1980, aproximadamente), ele conheceu sua esposa, Crescência, que vivia na aldeia Akaraymi, e por lá se casaram. Durante a década de 1980, ao ouvir rumores de uma nova aldeia que estava sendo constituída (a Reserva Indígena Tekoha Oco’y), próxima da localidade onde nasceu e cresceu, Damásio passou novamente para a margem esquerda do rio Paraná com a expectativa de reencontrar seus parentes.

Damásio e sua família viveram cerca de quinze anos na Reserva Indígena Tekoha Oco’y, no município de São Miguel do Iguçu-PR. No

início dos anos 2000, com o grande aumento da população desta Reserva, Damásio e sua família se deslocaram para a Terra Indígena Marrecas⁸². Ison, genro de Damásio, na varanda de sua casa e tomando um bom chimarrão, explicava-me os motivos que levou a família Martines, que até então residia na Terra Indígena Marrecas (próxima ao município de Guarapuava-PR), a deslocar-se para Guaíra. Ele iniciou sua narrativa, primeiramente, explicando sobre um fato que ocorreu em torno de 2006, quando a Itaipu, em conjunto com a prefeitura de Guaíra e um antigo funcionário da FUNAI, realizaram remoção de grupos familiares que habitavam as margens de um pequeno rio chamado Apepu. A Itaipu pretendia tirar o grupo de familiares Avá-Guarani das terras porque eles estavam localizados muito próximos da Faixa de Proteção do reservatório da hidrelétrica Itaipu Binacional.

Com a finalidade de convencer os indígenas a se deslocarem para a Terra Indígena Marrecas, foi dito aos grupos familiares Avá-Guarani que eles iriam ser transferidos para uma Terra Indígena bem estruturada onde moravam outros Guarani. No entanto, omitiram-lhes o fato de que a T.I. Marrecas era constituída por uma população de indígenas majoritariamente da etnia Kaingang, a qual foi demarcada especificamente para este povo.

Segundo Ison, a convivência dos Avá-Guarani de Guaíra com os Kaingang na T.I. Marrecas não deu certo. Surgiu uma série de conflitos relacionados à disputa de cargos políticos, diversos problemas emergiram com uma troca sucessiva de lideranças. Assim, no mesmo ano de 2006 algumas famílias Avá-Guarani iniciaram o regresso para Guaíra. Em 2009 os Avá-Guarani que ainda estavam na T.I. Marrecas também se mobilizaram e conseguiram um ônibus para levá-los de volta para Guaíra. A família Martines regressou novamente ao oeste do Paraná junto com estes grupos familiares com a finalidade de se somar na luta que emergia em torno do direito pela demarcação de terra indígena na bacia do rio Piquiri.

⁸² A Terra Indígena Marrecas foi demarcada no ano de 1984 para o povo indígena Kaingang, está localizada próxima ao município de Turvo-PR e Guarapuava-PR. A população da Terra Indígena é estimada em 665 pessoas, sua extensão é de 17.000 hectares. Segundo informações do site do Instituto Sócio Ambiental (ISA), NESTA Terra Indígena atualmente convivem duas etnias indígenas, os Kaingang e os Guarani-Ñandeva. Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3760> Acesso: 05/11/2018.

De volta ao oeste do Paraná, no ano de 2009, a família Martines passou alguns meses vivendo na aldeia Tekoha Araguaju, no município de Terra Roxa, que faz limites com Guaíra. Permaneceram nesta aldeia até 2010, quando ocuparam a Mata do Jacaré, onde se constituiu a aldeia Tekoha Yhovv. Durante uma reunião de lideranças e rezadores ocorrida em 2010 na aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra-PR, um importante *chamo'i* (rezador) rememorou e contou histórias sobre os antigos locais onde haviam habitações Avá-Guarani no passado, sendo que muitas desses locais já eram áreas urbanas ou sede de fazendas. Dentre as áreas lembradas pelo *chamo'i*, estava a Mata do Jacaré, por onde passa um pequeno rio conhecido como Água do Bugre. Foi este local que a família Martines, na época sob a liderança de Assunção, ocupou, no ano de 2010, e constituíram a aldeia Tekoha Yhovv. Na beira da Mata do Jacaré construíram os barracos improvisados com lona plástica, bambu taquara e outros materiais recicláveis encontrados nas ruas.

No início da formação da aldeia encontravam-se apenas as famílias de Assunção, a primeira liderança da aldeia Tekoha Yhovv, a dos Martinez e mais outras duas famílias que não cheguei a conhecer. Ison me contou como foi difícil o início da permanência naquele local. Segundo ele, por muito tempo tiveram que beber a água no rio Água do Bugre, e passaram por muitas dificuldades materiais, até irem conquistando aos poucos, e através de muita luta diante dos órgãos públicos, como o MPF, a FUNAI e a prefeitura de Guaíra, o acesso à água encanada, energia elétrica, auxílio de cesta básica. Conforme foram conseguindo resistir e permanecer nas terras o local foi se transformando, aquilo que era um campo de soja e milho foi adquirindo novas características com a construção de novas casas, da casa de reza, dos roçados e da escola.

Além da Tekoha Yhovv, houve mais seis áreas onde se estabeleceram outras *entradas* em Guaíra e quatro em Terra Roxa. Este movimento de reocupação territorial e demanda pela demarcação das terras na bacia do rio Piquiri, iniciado ao longo dos anos 2000, resultou nos estudos para a identificação e delimitação de uma terra indígena pelo órgão indigenista do Estado brasileiro, denominada de Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá (PR). O resultados do estudo da FUNAI foi publicado no Diário Oficial da União no dia 15 de outubro de 2018, por meio do *Resumo do Relatório Circunstanciado de*

*Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá (PR)*⁸³.

A Terra Indígena Tekoha Guasú Guavirá foi delimitada com uma superfície de 24.028 hectares, para uma população de 1.360 pessoas, que encontram-se distribuídas em treze aldeias, quatro delas no município de Terra Roxa⁸⁴ e nove no município de Guaíra⁸⁵.

1.4. Tentativas de remoções dos grupos familiares Avá-Guarani da aldeia Tekoha Yhovv

Desde que os Avá-Guarani ocuparam a Mata do Jacaré e constituíram a aldeia Tekoha Yhovv, inúmeras foram as tentativas de remoções dos grupos familiares indígenas por pessoas que se dizem arrendatários ou proprietários das terras. Tanto por tentativa de aliciar a liderança, como através de ações mais violentas como a queima dos barracos onde viviam, e várias outras formas de intimidações. Pretendo ilustrar especificamente as tentativas de retirada dos grupos familiares das terras onde foi estabelecida a aldeia Tekoha Yhovv.

1.4.1. Queima dos barracos e as tentativas de aliciamento das lideranças

Ilson, um dos meus principais interlocutores durante a pesquisa em campo, contava-me como ocorreu as tentativas dos não-indígenas para expulsá-los das terras onde veio a se constituir a aldeia Tekoha Yhovv. De acordo com ele, as famílias que ocuparam inicialmente as terras nas cercanias da Mata do Jacaré enfrentaram situações dramáticas para que se retirassem do local. De acordo com Ilson, a antiga liderança, chamado Assunção, aceitou uma pequena quantia em dinheiro de um senhor que se reivindicava “arrendatário”⁸⁶ daquelas terras, para sair

⁸³ Diário Oficial da União. Seção 1, N° 198. O resumo do Relatório Circunstanciado foi publicado por meio do Despacho N°2, Setembro de 2018.

⁸⁴ Tekoha Yvyraty Porã, Tekoha Tajy Poty, Tekoha Araguaju, Tekoha Nhemboete.

⁸⁵ Tekoha Marangatu, , Tekoha Jevy, Tekoha Yhovv, Tekoha Mirim, Tekoha Guarani, Tekoha Tatury

⁸⁶ Perguntei para o Ilson quem era o arrendatário e ele disse que não sabia o nome, apenas que era uma pessoa que alugava as terras para plantar soja e milho. Questionei o Ilson sobre o por quê do arrendatário das terras, e não o

com as famílias da área reocupada, porém, Assunção não conseguiu convencer as outras três famílias, que, por sua vez, permaneceram na aldeia, e ele, junto com sua família, se retiraram para outra aldeia.

É interessante observar o fato de ser o “arrendatário”, e não o proprietário das terras, quem empreendeu ações para expulsar os indígenas. Encontrei na internet uma entrevista realizada com o sujeito que se diz “arrendatário” das terras que se localizam nas cercanias da Mata do Jacaré, que foi publicada em um livreto que não tem a fonte de publicação e nem autoria, intitulado “*Invasões indígenas. Problema causa insegurança, gera instabilidade social, inibe investimentos e põe em alerta parte da população de Guaíra e região*”⁸⁷.

No título da reportagem/entrevista com o senhor “arrendatário” lia-se “*O Judiciário precisa tomar uma decisão*”, afirma produtor. Invasão está gerando prejuízo para quem tem contrato de arrendamento e tem prazos para cumprir”. Na reportagem o “arrendatário” das terras informa que morava em Guaíra há mais de quarenta anos, mas não informou se era nascido no município ou se havia se deslocado para aquela região em um determinado momento. Segundo as informações do documento, trata-se de um empresário que revende “insumos agrícolas”, e que arrendou no ano 2000 uma propriedade rural. De acordo com o depoimento do empresário e produtor rural, em 2009 os indígenas “invadiram” as terras que arrendava e que, depois disso, apenas foi autorizado pelos indígenas a colher os produtos que havia plantado, mas não pode mais entrar nas terras para continuar plantando.

De acordo com Ilson, por conta da resistência em permanecer daquelas três famílias, em 2010, o “arrendatário” das terras, juntamente, com outros homens, entraram na aldeia, destruíram e queimaram alguns barracos. Segundo Ilson:

proprietário, ter interesse em retirá-los do local. Segundo sua explicação, a pessoa que diz ser proprietário das terras onde não é de Guaíra, ele mora em Londrina-PR e arrenda as terras para produtores rurais de Guaíra. Ilson explicou que o arrendatário tinha pagado ao dono das terras para poder plantar e tinha interesse de continuar plantando mais, por isso queria em retirá-los com urgência do local.

⁸⁷ Este documento encontra-se para download no seguinte link:

<https://pt.scribd.com/document/182995475/2013-01-23-Invasoes-Indigenas-Em-Guaira-Br-52p> Data do último acesso: 20/12/2018.

A princípio, depois que o outro cacique foi embora, a gente tinha ficado... quer dizer, o restante do outro pessoal tinha ficado, e eu tinha ido pra São Paulo. Na ocasião eu estava em São Paulo, mas o pessoal que estava aqui depois me falaram o que aconteceu. O arrendatário juntou um pessoal né, não sei de onde é, não sei quem era o pessoal, e eles vieram e queimaram uns barraquinho do outro cacique. Cortaram madeira com motosserra, as casinhas eles derrubaram com motosserra. E pro restante do pessoal eles deixaram recado, que eles [os indígenas] iam ter que negociar pra eles sair daqui. Eles [os brancos] iam dar um pouco de comida, ou sei lá o que. Mais ou menos uma coisa desse tipo, e caso eles não aceitassem fazer esse trato, eles iam ter que sair com as mãos abanando. Iam ter que sair de qualquer jeito. Ai depois eu cheguei aqui, ai eu liguei pra uma jornalista, que agora eu não consigo me lembrar o nome. Eu sei que o sobrenome é Lira, Silvia Lira, ela trabalhava na Tribuna do Povo, de Umuarama, na época ela trabalhava ai. Eu passei [as informações pra jornalista] segundo me relataram, e ela publicou num jornalzinho. Depois que saiu no jornal, a Policia Federal abriu um inquérito e me chamou pra relatar pra eles o que tinha acontecido [...]

Aquele era um momento crítico, pois os núcleos domésticos estavam sem liderança. Devido à saída de Assunção, Ilson foi indicado pelos grupos familiares a assumir o cargo de liderança. Sua primeira ação enquanto líder foi tomar a decisão de procurar uma jornalista para relatar as histórias que seus parentes tinham lhe contado sobre a primeira tentativa violenta de reintegração de posse que os núcleos domésticos tinham enfrentado em sua ausência. Em uma conversa anterior que tive com Ilson, lembro-me dele falar sobre a importância da reunião que participou com a CGY em 2010, pois foi nela que ficou conhecendo melhor sobre a Constituição de 1988 e os direitos que a Carta Magna assegura aos indígenas no Brasil.

Na continuação de sua fala, Ilson contava como o “arrendatário” continuou a tentar retirá-los da Tekoha Yhovy. Segundo ele:

O arrendatário me parou na rua e ai ele me falou que eu não tinha direito de entrar nas terras deles. Que se eu continuasse morando aqui eu ia desmatar, a gente ia causar um impacto aqui, um desmatamento tirando lenha, tirando madeira. Mas eu falei pra ele que não, que isso não ia acontecer porque a gente não tinha motosserra, a gente não vendia madeira e a gente não mecanizava a terra. Ai ele me falou que não me considerava índio pelo fato de eu me vestir, ou seja, de eu usar roupas e falar muito bem o português, ele falou assim ó:

*“eu considero índio aqueles que tão lá na Amazônia, aqueles que tão vivendo pelado lá, que nem fala com o branco. Agora vocês não são índio”*⁸⁸.

Falou tipo nesse tom. Ai eu falei pra ele: “mas eu não tenho culpa se nós tamo cercado pela sociedade, ela é nossa vizinha. A nossa sociedade, por mais que ela seja uma sociedade indígena considerada diferente, a gente não tem culpa das mudanças que vêm acontecendo”.

Ai ele falou: *“O que acontece é que vocês vão ter que sair dali. Você que é o cacique tem que tirar a comunidade dali. Vocês vão ter que sair por bem ou por mal”*.

Eu falei, “mas por que?”

[Arrendatário] *“O juiz já mandou sair e vocês vão ter que sair, se não nós vamo ter que tirar vocês daqui”*.

Tá, mas eu não alterei o tom com ele em nenhum momento. Eu só respondia o que ele me falava. Ai ele repetiu de novo que: *“eu não considero vocês índios porque vocês conhecem a lei. Vocês não são bandidos pra entra na terra dos outros pra fazer o que vocês bem quiserem, agora existe a lei”*.

⁸⁸ Coloco em itálico os trechos que Ilson cita os diálogos em suas falas, como por exemplo, o diálogo com o “arrendatário”.

Ilson me assegurou que não ficou com medo durante este encontro, porém, sentiu-se ameaçado quando o “arrendatário” disse que iria tirá-los das terras. Além deste incidente, Ilson contou-me que o “arrendatário” foi na aldeia no início de 2011 para tentar negociar com ele. Desta vez, o “arrendatário” pediu para poder plantar nas terras, e em troca lhe ofereceria uma pequena porcentagem da produção. Segundo Ilson:

Ele falou que queria plantar milho ou mandioca e se eu deixasse ele plantar lá, ele ia me dar acho que 10 ou 15 por cento do que ele plantasse. Mas aí eu falei que isso não dá certo. Pra começar aqui tem uma comunidade. Na ocasião tinha mais ou menos 20 ou 25 famílias. Tem uma comunidade inteira aqui, eu não tomo as decisões por mim .

[arrendatário] *“Você vê, talvez você fala com a comunidade aí eu planto e deixo 10% pra vocês se for milho, e mandioca 15%”*.

[Ilson] *Não dá certo não adianta.*

Aí ele falou “*beleza*”, pegou e foi embora né. Demorou um tempinho ele veio de novo, aí ele queria que eu tirasse um barraco que tinha aqui na frente, pra cima lá da casa do Teodoro. Aí ele falou: “*você tira aquele barraco lá e trás pra você*”.

[Ilson] O que? Eu não to precisando de um barraco!

[Arrendatário] *“Não, mas se podia tirar de lá que nós vamos plantar lá”*.

[Ilson] *Ué, vão planta lá por quê? Ali faz parte da comunidade. Você não pode entrar lá e planta.*

[Arrendatário] *“Eu paguei pra ele e vou plantar ali”*.

[Ilson] *Não, ali já tem plantação, se você for desviar a plantação você não vai plantar praticamente nada ali.*

[Arrendatário] *“Beleza, então eu vou indo.*

Amanhã ,se você quiser ir lá ver lá do outro lado os meninos limpando lá, tá passando o arrastão”.

Ai no outro dia de manhã cedo, quando o tratorista tava vindo, eles [os *xondaros*⁸⁹] foram lá e mandaram ele embora. Ai o cara deixou o trator ali e foi embora a pé. Ai depois ele foi lá na FUNAI e falou: *“aqueles índios são tudo organizadinho. Eles não tão deixando eu plantar mas é o seguinte, eu também vou me organizar e vamos ver quem é que é mais forte”*. O técnico da Funai falou: *“Beleza, vocês se organizam, mas pra isso a gente tem a Polícia Federal. A gente tem a força nacional, e a gente vai chamar esses caras pra evitar que o conflito aconteça. Agora pra começar, se o seu patrão quisesse continuar plantando, usando a terra ai, ele já devia ter feito um acordo de convivência pacífica com os Guarani já faz tempo. Mas ele não teve a coragem de fazer. A gente chamou ele pra reunião várias vezes, [e] ele não compareceu. Então isso já passa a ser um problema dele”*. Ai ficou assim, acabou por ai mesmo.

Ilson relatou que o sujeito que se reivindica proprietário das terras, não é de Guaíra(PR), mas sim de Londrina(PR), cerca de 370 quilômetros de distância. Este sujeito chegou a ir até lá em 2013 para tentar negociar uma forma de remoção dos indígenas. Segundo a proposta que foi feita, os grupos familiares da Tekoha Yhovoy teriam que se deslocar para outra área, que, de acordo com Ilson, era localizada mais para o fundo da aldeia, e em troca receberiam cesta-básica durante o período de três meses. Conforme a explicação do Ilson, o sujeito tinha a intenção de vender as terras para uma imobiliária que, por sua vez, tinha pretensões de construir um grande condomínio. Nas palavras dele:

Agora quem que falou que teria que ter um acordo pra sair e ia dar uma cesta basiquinha durante uns três meses, até a comunidade se estabelecer melhor. Ai ele falou *“caso vocês não aceitem ai vão ser arrancados daqui e ir de mão vazia”*. Mas só que ai eles não vieram, esse é o Rubens Pedro

⁸⁹ Os *xondaros* são homens que protegem a aldeia e dão suporte para as lideranças manter a aldeia em segurança. Os Avá-Guarani da aldeia Tekoha Yhovoy utilizam o “soldado” para traduzir o termo para o português.

da Silva, que morava em Londrina. Pra começar o cara mora longe pra caramba e não têm casa aqui, nem ele mesmo não planta aqui. As terras ele já arrendou porque não vai fazer nada mesmo. Então não sei por que esse conflito todo por causa da terra né. A ideia seria construir um condomínio [de] médio padrão. A gente teve reunião com o MP[F] e um representante do Ministério das Cidades. Ai eles falaram que a ideia aqui era construir um condomínio médio padrão, que ia ter vista para o rio Paraná.

Então quando a gente conversou com o MP[F] e o cara do Ministério das Cidades, eles tava falando que a ideia é construir aqui. Então eles teriam que retirar os Guarani daqui e mudar talvez lá pro fundo. Então o Ministério das Cidades propôs a comprar parte dessa área do fazendeiro, do Rubens. Tirar os Guarani daqui e colocar lá pra eles poderem construir pra cá. Só que daí a gente não aceitou o acordo né. Porque querendo ou não a mata já é reserva, e gente já tá morando aqui já. Então nem eles não podem desmatar. E do lado da lavoura tinha casa de reza e bem o cemitério. Então a gente não pode construir em cima de um cemitério. Você não pode planta em cima de um cemitério. Então a gente não aceitou esse acordo. Por isso tem o cemitério e tem a casa de reza e tem a tradição Guarani, que a nossa crença é que a gente tem os nossos parentes perto. Eles já morreram, mas não vão poder tirar eles dali e mudar pra outro lugar. Ai não houve acordo nenhuma; ai eles também não encheram mais o saco.

Além destas tentativas de retirada dos Avá-Guarani, o sujeito que se reivindica como proprietário das terras também entrou com pedidos de reintegração de posse na justiça. No entanto, as lideranças da aldeia conseguiram, através do MPF, a revogação das ações judiciais, negando os seus pedidos reintegração de posse.

2. As Distintas formas de violência: preconceito racial, assassinato, ameaças com porte de arma, sequestro e abuso sexual.

Neste item pretendo abordar os relatos sobre situações de violência que os Avá-Guarani vivenciam em seus cotidianos, como, por exemplo, ameaça de morte, tentativa de atropelamento, preconceito racial etc. Muitas das situações que vou mostrar serão baseadas em relatos que escutei durante o trabalho de campo realizado na aldeia Tekoha Yhovy, em 2017. Além disso, irei descrever brevemente dois casos graves de violência que ocorreram em 2013; trato de abordá-los com base nas informações contidas no Relatório da CGY (2018). Como veremos mais abaixo, trata-se do assassinato de Bernadino Coládio Ortega, morador da aldeia Tekoha Porã, e do sequestro e abuso sexual de uma jovem indígena moradora da aldeia Tekoha Marangatu, que trabalhava como secretária estagiária da CLT de Guaíra. Além disso, pretendo mostrar que a violência também aparece de certa forma nos relatos dos funcionários da CTL da FUNAI em Guaíra, que foram alvos de diversas ameaças de morte por serem servidores do órgão indigenista do Estado e estarem trabalhando para o cumprimento dos direitos básicos garantidos aos povos indígenas.

2.1. Convivendo com a morte: as ameaças diretas e indiretas aos Avá-Guarani

Durante o trabalho de campo na aldeia Tekoha Yhovy, ouvi muitas histórias dos indígenas, sobretudo da liderança, que falaram sobre como foram ameaçados por pessoas desconhecidas em diversos momentos. As ameaças às lideranças chegam através de diferentes meios, direto e indiretamente, desde pessoas que abordam outros moradores da aldeia nas ruas e mandam dar o recado informando que irão “tirar a liderança do caminho”, até ameaças diretas às próprias lideranças. Muitas vezes durante o momento da ameaça, mostram-lhes arma de fogo de modo a afirmar a intenção de intimidação.

Lembro-me de uma manhã de sábado, quando eu estava ajudando Vicenta a limpar o quintal de sua casa. Ela rastelava as folhas secas caídas ao chão enquanto eu cuidava do Genilson (que tinha 10 ou 11 meses de idade). Durante a limpeza, Vicenta comentava sobre as dificuldades e o quanto sofria enquanto irmã da Paulina e esposa do Ison, as principais lideranças da aldeia, pois disse que sentia muito medo de acontecer algo de ruim com os dois. Neste dia ela comentou,

em tom de tristeza, que “*a cabeça da Paulina e do Ilson esta valendo um bom dinheiro*”.

Vicenta explicou que ambos, Paulina e Ilson, ficaram muito conhecidos em Guaíra, pois durante muito tempo eram ela e ele que tomavam a frente durante as manifestações indígenas pelas ruas de Guaíra. Por volta dos anos 2013 e 2014, notícias que correram de boca chegaram até a aldeia informando que em qualquer momento as lideranças poderiam ser assassinadas. Com isso, Vicenta disse que muitas vezes perdia o sono. De fato pude perceber que, quando Ilson saía para resolver alguma tarefa fora da aldeia e tardava em regressar, Vicenta ficava totalmente apreensiva, além de comentar que ele estava demorando muito e que já estava ficando preocupada e com medo de ter-lhe ocorrido algo de ruim. Suas preocupações não eram sem fundamento.

Durante uma longa conversa que tive com Ilson em uma manhã chuvosa de domingo, ele me contava sobre os momentos nos quais sentiu que estava sendo ameaçado de morte, por tentativas de atropelamento, ou por abordagem por pessoas que portavam arma de fogo.

Ai depois já no final de 2012, eu acredito, já estava nas vésperas do natal já, então era normal você ouvir fogos pra lá e pra cá. Ai eu tava indo pra cidade de bicicleta, ai veio um Fiat Uno branco. Eu tava indo e ele tava vindo. Ai ele apontou uma arma pra fora da janela e deu um tiro. Talvez ele tivesse comemorando, mas talvez ele tivesse tentando me intimidar.

A outra ameaça aconteceu em 2013, quando dois rapazes o interceptaram na Estrada Roland, que dá acesso da aldeia ao centro de Guaíra. Ao cruzarem com Ilson na rua, os rapazes lhe mostraram um revólver e proferiram a ameaça.

Uma vez eu encontrei dois adolescentes nessa mesma rua da aldeia, e eu tava vindo e eles estavam indo em direção à cidade, ai eu tava vindo de bicicleta e vindo devagar, ai eles estavam subindo e um deles ergueu a camisa, tava com um revólver na cintura, ai ele falou “*aqui pro cê índio*”, ai tipo, eu não liguei, passei direto, olhei pra trás e vi eles entrando pra vila.

Em um momento como este, em que se está de frente com a morte, “nem ligar”, ou, fingir que não viu e “passar direto” torna-se a

única opção de escapatória. Conforme fui escutando os relatos do Ilson consegui compreender melhor uma frase aleatória que ele me disse quando estávamos caminhando em direção à casa de seu Damásio e dona Crescência para visitá-los durante uma manhã de sábado. Neste dia, ele disse de forma séria e em tom de tristeza que “*quando você convive muito tempo com a morte você se acostuma com ela*”. Ficou evidente que ele poderia ter falado esta frase devido às várias vezes que ficou de frente para a morte durante tensas situações que viveu em seu cotidiano enquanto realizava suas tarefas fora da aldeia. Tática de sobrevivência diante os momentos de violências, das quais os indígenas a qualquer momento podem ser vítimas, acostumar-se com a morte se torna uma estratégia, talvez involuntária, de resistência.

Não foram poucas vezes que Ilson foi ameaçado ou seguido quando voltava da direção do centro de Guaira para a aldeia. Em 2011 ele foi seguido por uma caminhonete S10 de cor preta que, em um dado momento, interceptou-lhe no caminho.

Eu tava vindo de bicicleta e quando eu cheguei na rotatória uma caminhonete preta, com o vidro tudo escuro. Eu não sabia o que tinha dentro, uma caminhonete preta, uma S10. Quando eu tava vindo veio atrás de mim e quando ele me alcançou ele diminuiu a velocidade, e tipo, acompanhando a velocidade da bicicleta. Ai depois que eu passei a rotatória, ai eu diminui da velocidade, ai ele passou um pouco na minha frente e diminuiu [a velocidade], ai ele meio que parou a caminhonete na minha frente, e eu parei também e voltei pra trás, ai tinha um senhor que tava indo pra lá, ai eu parei pra mim conversar um pouco com ele ai depois eu vi que a caminhonete seguiu, seguiu em frente bem devagar. Tipo, a gente não sabe quantas pessoas que tem dentro, quem era aquelas pessoas, o que elas queriam fazer, se é... Imaginei eu que seria um sequestro, mas por fim seguiram em frente.

Ai por dias eu vi que essa caminhonete sempre passava na frente da aldeia, normalmente a tardezinha, por mais ou menos uns três meses eu sempre via ela passar, sempre passava devagar, as vezes com o vidro um pouquinho aberto e tirando foto, pela janela, ai pelo jeito cansaram.

Ilson não foi somente interceptado como também percebeu que a mesma caminhonete ficou durante certo tempo rondando a entrada da aldeia e tirando fotos. Depois deste episódio da caminhonete preta, logo no ano seguinte, em 2012, Ilson sofreu uma séria tentativa de atropelamento. De acordo com seu relato, um carro com os faróis apagados por pouco não lhe atingiu bruscamente, quando estava quase chegando à aldeia. Segundo Ilson:

Outra vez foi quando eu tava vindo da cidade. Eu tava entrando pra aldeia, veio um carro com a luz apagada e jogou o carro pra cima de mim. Más só que bem na hora que ele jogou o carro em mim eu já tava entrando na porteira. Então quando eu virei, quando virei pra dentro da porteira ele parou, ele parou e... mas, se eu tivesse demorado um segundo, o carro tinha pegado minha bicicleta. Ele tava com a luz toda apagada, da mesma forma que ele entrou atrás de mim na porteira. Ai ele pegou e deu marcha ré, ai seguiu até a rotatória, fez a volta e voltou em direção à cidade e continuou com a luz apagada.

Além destas ameaças de pessoas que portavam arma de fogo e das tentativas de atropelamento, Ilson contou sobre dois casos de ameaças que chegaram através de outros indígenas. Ele disse que primeiramente foi através dos Avá-Guarani da aldeia Tekoha Guarani, que estavam indo até a aldeia Tekoha Yhovy visitar seus parentes. No trajeto o grupo de indígenas foi parado por um carro, e um dos sujeitos que estava no interior do veículo mostrou fotografias do Ilson e da Paulina para os outros indígenas e perguntou se eles conheciam as pessoas das imagens, e se acaso conhecessem era para informa-los que iriam ser “tirados do caminho”. Outra vez, o aviso de morte chegou através de recados enviados através das próprias crianças moradoras da aldeia.

Depois já em 2013 foi através de recado, o primeiro recado que veio foi por meio dos Guarani, que estavam vindo da [aldeia]Tekoha Guarani, eles estavam vindo pra cá. Ai segundo eles relataram, os caras pararam o carro e perguntaram para eles se eles conheciam as pessoas da foto, que ele tinha no celular. E uma foto era minha e outra foto da Paulina, ai eles falaram que não conheciam. Ai eles [os brancos]

falaram que se no caso [se] eles conhecessem era pra dar o recado pra nós, que eles iam tirar a gente do caminho deles.

E logo depois, passado alguns dias, aí o recado veio através de criança de escola. As crianças vieram e falaram pra Paulina né, que dois senhores já de cabeça branca, veio falar pra elas dizer pra mim e pra Paulina que é pra nós tomar cuidado, porque eles iam matar a gente. Aí a gente tentou registrar um boletim de ocorrência, mas a polícia se negou a fazer o boletim. Eles falaram que eles não podiam fazer um boletim baseado em conversa de criança de escola, e que pra eles fazerem um boletim teriam que ter nome, endereço e um monte de coisa. Aí ficou assim né.

Além dos relatos do Ilson, também ouvi uma fala de João Moreira, que tem 34 anos, outro morador da aldeia Tekoha Yhovy. João me contou sobre um caso que ocorreu, segundo ele, por volta do final de fevereiro ou início de março de 2017. Durante uma manhã, João estava indo caminhando, junto com outros indígenas da aldeia, para o trabalho, e em um dado momento perceberam um carro se aproximando, até que parou bem perto dos indígenas. O indivíduo que dirigia o automóvel perguntou onde moravam. João, indicando com um gesto, mostrou que viviam na aldeia. A pessoa que perguntou onde moravam disse que a bala já estava pronta para ser usada se os indígenas conseguissem a demarcação das terras. Cito o trecho da narrativa de João onde ele rememora a tensa situação.

Nós estava-mos trabalhando ali em baixo, carpindo pra o rapaz ali. Estava-mos ali vindo nessa estrada, e percebemos um carro que ficou perto de nós. Aí ele [o condutor do veículo] falou “você moram na onde”? Eu falei, “eu moro ali” [indicou com um gesto a direção da aldeia]. “Nós temos uma bala pra vocês se ganhar a terra”. Ele [o condutor do veículo] falou pra nós. Aí eu falei “mas nós não estamos atentando vocês, estamos trabalhando ali”. Aí ele passou dando risada né. É perigoso pra nós andar ali na cidade, a gente tem medo né. Já aconteceu muita coisa, deu muito acidente com meus parentes por aqui.

Enquanto estávamos tomando tereré próximos de sua casa, João contava que fazia quatro meses que tinha se mudado para aldeia Tekoha Yhovy. Antes estava vivendo na aldeia Tekoha Jevy, porém, após a morte de seu pai, Jevasio Moreira⁹⁰, decidiu-se mudar para outra aldeia, com a finalidade de esquecer o falecimento do pai. Como era morador novo, sua casa estava mais para o fundo da aldeia, bem próxima à plantação de soja. Em sua casa ainda não tinha energia elétrica e água encanada. Moravam em uma pequena casa improvisada com paredes de madeiras e telhado baixo feito com capim e lona plástica. Na pequena casa de um cômodo, João vive com seu filho, Juvenal Moreira, que tem dez anos de idade, e sua esposa, Ângela Diego, que tem 40 anos. De acordo com João, estavam tomando banho e bebendo a água do rio Água do Bugre, que passa bem próximo de sua casa.



Figura 8 - Casa onde João vive com sua esposa e o filho

Perguntei ao João se a água do rio era boa para beber, ele disse que não, pois tinha observado que às vezes quando chovia muito apareciam peixes mortos na beira do barranco, e pensava que poderia ser

⁹⁰ Segundo João, seu pai nasceu na Tekoha Karumbey e morreu aos 89 anos de idade.

devido ao veneno da plantação de soja que ficava na terra e descia para o rio com as águas da chuva. Quando isso ocorria ficavam durante um tempo sem beber daquela água do rio, e tinham que se deslocar até a casa de seu sobrinho, cerca de mil metros de distância, para buscar água potável. Depois de passado alguns dias voltavam a utilizar da água do rio Água do Bugre.



Figura 9 – Rio Água do Bugre

Neste dia fui com João até a beira do rio Água do Bugre, João disse que naquele dia a água estava boa para beber, pois estava “mais cristalina”. Na volta para o quintal de sua casa sentamos novamente e perguntei para ele quais eram a maior dificuldade de viver em uma terra que ainda não está demarcada, e depois perguntei o que ele gostaria de fazer se em algum momento a terra viesse a ser demarcada e regularizada para os Avá-Guarani. Primeiro João disse “maior dificuldade é para plantar e criar os animais”, e depois para a outra pergunta sobre o que faria depois da demarcação da terra respondeu, “plantar né, tem que plantar”. Devido as atuais condições materiais nas quais os Avá-Guarani estão vivendo em pequenas parcelas de terras e resistindo enquanto aguardam o término da demarcação e regularização das terras, pouco são os espaços que restam para a produção das roças. Mesmo o espaço sendo reduzido, João criava cerca de uma dúzia de

galinhas, e já tinha feito uma roça ao redor de sua casa onde tinha plantado milho crioulo, mandioca e feijão de corda.

2.2. “*Até que tem que fingir que é ‘paraguaio’ pra trabalha pra ele*”: As dificuldades de encontrar e permanecer no emprego

Durante a pesquisa no campo em diversas ocasiões escutei os adultos (mulheres e homens) reclamarem que os *brancos* não estão mais querendo dar emprego para os indígenas. Teodoro Galeano, que tem 54 anos de idade, me contou que já teve que dizer que era “paraguaio” para poder trabalhar em uma plantação de mandioca, porém o “patrão”, quando percebeu que Teodoro era indígena, disse que não tinha mais trabalho e dispensou seus serviços⁹¹. Cito, para ilustrar, um fragmento da narrativa de Teodoro sobre este caso.

Uma vez nós fomos trabalhar lá perto de Terra Roxa, e o empreiteiro, ele falou pra nós assim “*não fala que vocês são índios*”. Ele falou pra nós: “*vocês falam que é paraguaio, se não meu patrão vai mandar vocês tudo embora pra sua aldeia*”. E daí chegou o patrão ali com o carro, e ele falo pra mim em castelhano. Ele pensa que nós somos paraguaios. Aquele que contratou, ele falou que somos paraguaios, e só assim que vai pega pra trabalha ali. Acho que o patrão ficou desconfiado de nós, que nós somos índio e falou pra mim “*agora esse serviço tá parado*”. E vim embora. Até que tem que fingir que é “paraguaio” pra trabalha pra ele.

⁹¹ Vale colocar que escutei através de outros indígenas, além de Teodoro, que os produtores rurais estavam contratando trabalhadores que estavam vindo do Paraguai para servir como mão-de-obra nas plantações de milho e, sobretudo, mandioca, que requer um trabalho mais braçal durante a colheita. Com depois da forte campanha contra os Avá-Guarani, que teve seu ápice nos anos de 2012 e 2013 e 2014, os produtores rurais, bem como outras empresas, por exemplo, os grandes frigoríficos que contratava uma considerável quantidade de trabalhadores(as) indígenas.

Em conversa com Joacir Alvares, que tem 41 anos, outro morador da Tekoha Yhovy, fiquei sabendo que um grande frigorífico de corte de frangos, que empregava um alto contingente de indígenas demitiu repentinamente todos “sem justa causa”. Perguntei o por quê desta demissão, e a resposta foi curta e sucinta, “porque somos índios”. Joacir é tecladista, cantor e compositor da banda de forró Guarani chamada *Dimas e Seus Teclados*. A revolta com a empresa que o demitiu lhe inspirou a compor e gravar uma música chamada *Patrão No Pau*. Sentados próximos de sua casa tomando tereré durante uma tarde de calor, Joacir pegou uma pequena caixa de som para que eu escutasse sua música.

*Eu vou meter o meu patrão no pau
 Eu vou meter o meu patrão no pau
 O meu tempo de serviço a justiça vai cobrar
 Eu vou meter ele no pau, ele tem que me pagar
 O que é de Cesar é de Cesar, a justiça seja feita
 Eu fiz a minha proposta, mas o patrão não aceita
 Ele está fora da lei, eu to cheio de razão
 Ele me mandou embora sem direito a nada
 Eu quero a indenização
 Minhas férias estão vencidas,
 Ele nunca se lembrou
 E meu décimo terceiro, ele nunca me pagou
 Ele está fora lei, eu to cheio de razão
 Ele me mandou embora sem direito a nada
 Eu quero a indenização*

As mulheres também passam por dificuldades para conseguir e permanecer no emprego. Lolita, uma das filhas de Teodoro, contou-me que já passou por uma situação delicada que muito pode ser caracterizada como resultado de um sério preconceito racial. Ela trabalhava em uma academia de ginástica como faxineira, e em um dia normal de serviço estava limpando um espelho quando chegou uma mulher para fazer exercícios. Ao ver Lolita trabalhando começou imediatamente a gritar desesperada dizendo que tinha uma “índia” dentro da academia. Segundo Lolita:

Eu tava trabalhando naquela academia que está perto da rodoviária lá, é ali que eu trabalhava. Dai eu trabalhei uma semana por ali. Ela [a mulher] tava fazendo aquela coisa [exercício] e dai eu

entrei com o balde e o rodo na minha mão. Eu entrei naquele quartinho assim, na sala. [Ela] só me olhou no espelho pra mim e daí ela levanta e gritou “ai meu Deus esta índia tá querendo me atacar”. Daí todo mundo veio. Eu não fiz nada, eu só entrei pra limpar lá, e daí não sei se ela se assustou, ou o que. Na mesma hora a mulher que trabalhava na recepção falou pra mim que ia me pagar e se precisasse ela ia chamar de novo. Daí ela pagou e fui embora. Só que acho que é preconceito mesmo, que em Guafra todo mundo já viu índia e índio né.

O Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná, publicado pela Comissão Guarani Yvyrupa⁹² em 2017, também retrata, com vários exemplos de relatos dos Avá-Guarani, as dificuldades do acesso ao trabalho. Nos casos relatados pelos indígenas à Comissão Guarani Yvyrupa, aparecem muitos exemplos de pessoas que também tiveram que declarar ser “paraguaio” para permanecer no emprego, e outros que disseram que foram demitidos depois que o patrão descobriu que estava empregando indígenas.

No Relatório, também é mostrado um caso bastante comentado entre os Avá-Guarani, que ocorreu em torno de 2015, quando vários indígenas que trabalhavam em dois grandes frigoríficos de aves no oeste paranaense demitiram, sem justa causa, dezenas de trabalhadores indígenas.

Todavia, nas situações em que os indígenas informaram que conseguiram trabalho e permanecer nele, elas e eles disseram que

⁹² Segundo as informações do site a Comissão Guarani Yvyrupa, esta é uma organização indígena que emergiu através de uma grande reunião de lideranças políticas e espirituais Guarani. O evento ocorreu em novembro de 2006 na Terra Indígena Peguaoty, no município de Sete Barras-SP. O nome dado no início era *Comissão Nacional de Terras Guarani Yvyrupa*, depois o nome foi alterado ficando apenas *Comissão Guarani Yvyrupa*. As ações da CGY fundamenta-se no artigo 232 da Constituição Nacional de 1988, e tem como objetivo atuar como movimento político visando assegurar, sobretudo, o direito às demarcação das terras dos Guarani no Brasil. Para maiores informações sobre a CGY, acesse: <http://www.yvyrupa.org.br> Último acesso: 03/12/2018.

sofriam inúmeras ameaças e preconceito dos colegas. Foi o caso de uma jovem de 19 anos, moradora da aldeia Tekoha Porã que trabalhava na cozinha de um restaurante, ela relatou que: “ *O patrão não queria me pagar bem e queria que eu ficasse até às oito horas da noite. Os empregados não me chamavam pelo nome, só me chamavam de ‘bugra’ ou ‘bugrinha’*” (CGY, 2017 p.146-147).

Boa parte das mulheres que consegue trabalho na cidade é como empregada doméstica ou diarista, No momento atual, com a escassez de trabalho, muitas famílias vivem do pouco alimento que conseguem plantar nas pequenas roças e de cesta básica fornecida pela assistência social do município ou com a FUNAI, e outras rendas como o Bolsa Família.

Com a precária situação material dentro das aldeias, espaço reduzido, fica insustentável viver apenas do alimento produzido nos diminutos pedaços de terra que ocupam. Muitos indígenas buscam trabalhos nas fazendas e também na zona urbana do município de Guaíra como, por exemplo, servente de pedreiro, cavando fossa ou juntando material reciclável no aterro sanitário ou pelas ruas do município. Enquanto acompanhava Teresa em sua pesquisa de campo chegamos a ir até o aterro sanitário de Guaíra, que se localiza próximo das aldeias Tekoha Mirim e Tekoha Tarury. Durante o tempo que permanecemos no aterro sanitário encontramos muitos indígenas. Lá eu pude reencontrar seu Pedro, de 56 anos de idade, que estava coletando latinha de alumínio. Conheci seu Pedro em 2011, na primeira vez que coloquei os pés em uma aldeia Guarani. Tratava-se da aldeia Tekoha Vy’arenda, que localiza-se próxima ao município de Santa Helena(PR). Naquele dia, fui com mais três colegas da graduação apenas realizar uma visita para conhecer os Avá-Guarani e presenciar uma reunião de moradores que iria acontecer na aldeia. Seu Pedro na época era liderança da aldeia, eu me lembro que da primeira vez que o vi foi marcante, era um homem bem trajado e que carregava consigo a Constituição Federal de baixo do braço direito.

2.3. Sequestro e assassinato

Em 2013 ocorreram dois atos de violência extremamente graves contra os Avá-Guarani. Um deles, no dia dois de agosto de 2013, trata-se do sequestro e abuso sexual com uma jovem moradora da aldeia Tekoha Marangatu, que na época tinha 17 anos e trabalhava com secretária estagiária na CTL da FUNAI em Guaíra e também é irmã de

uma liderança da aldeia. A outra situação foi o assassinato de Bernardino Ortega, morador da aldeia Tekoha Porã. O *Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná*, da CGY (2018) ilustra estes dois casos com base em depoimentos de amigos e parentes das vítimas. E, no caso do sequestro e abuso sexual, revelam a ocorrência com as palavras da própria vítima que foi entrevistada pelos pesquisadores da CGY. Primeiro trato de expor o caso da secretária estagiária da CTL.

2.3.1. “Judiam bastante de mim”: O sequestro seguido de abuso sexual da secretária estagiária da CTL

Em uma manhã do dia 2 de agosto de 2013 a jovem⁹³ Avá-Guarani, que fazia estágio na CTL da FUNAI em Guaíra, realizava o caminho cotidiano até o seu trabalho quando no caminho foi raptada por três homens desconhecidos e atirada brutalmente para dentro de um carro que saiu em movimento pelas ruas do município. A secretária estagiária da CTL “foi sequestrada, ameaçada e abusada sexualmente por três homens enquanto saía de casa rumo ao trabalho por volta das sete horas da manhã. Ao libertá-la, deram um recado para a Funai” (CGY, 2017 p. 182). O recado para os técnicos da FUNAI era que “*iriam acabar com eles*”.

Em seu depoimento para a Comissão Guarani Yvy Rupa, ela disse que saiu para ir trabalhar às sete horas da manhã, no trajeto que realizava caminhando, percebeu que estava sendo seguida por um carro, de acordo com suas palavras:

Acho que eles já estavam me seguindo antes. Eu nem desconfiava. O carro não estava fazendo barulho. Foi quando eu senti um vulto, assim, e já tinha uns caras. Eram três. Um deles gritou comigo, falando assim: ‘Entra no carro!’ Uma voz alta. Eu falei não, não vou subir, não conheço vocês. Não vou subir. Daí ele falou que ia me fazer subir à força dentro do carro. Eu tentei correr, estava de salto, ele pegou no meu cabelo,

⁹³ Para não expor as vítimas, os organizadores do Relatório da CGY (2018) optaram em não revalar os seus nomes.

tapou minha boca e me colocou dentro do carro. Aí começaram a perguntar coisas. Eles sabiam que eu era irmã do cacique. Não reconheci nenhum deles. Estavam com óculos escuros. Consegui olhar para a cara deles, mas não reconheci. Não tinha visto em nenhum lugar. Eu tentei quebrar o vidro com minha sandália, chutando, e um deles pegou minha perna e sentou em cima. O outro que estava me segurando tapava minha boca para eu não gritar. O outro que estava dirigindo tinha um revólver. Daí começaram a andar pela cidade, não sabia que caminho que era. Daí eu falei para ele me soltar. Ele não queria. Pegou minha bolsa e jogou dentro do carro. Ele só mandou um recado para a Funai, que ia acabar com eles. ‘Deixa esse recado para a Funai’, falou. E judiaram bastante de mim. Me soltaram perto de um mato que não sabia onde era. Quando ele me jogou na rua, tirei a sandália, peguei na mão e fui andando. Eles me judiaram bastante. Depois, meu irmão tinha me levado todos os dias na Funai. (CGY, 2018 p. 182).

A indígena que sofreu a violência realizou a denúncia na polícia militar, porém, os agressores nunca foram localizados. Em seu relato para os pesquisadores da Comissão Guarani Yvyrupa ela não descreveu com detalhes as cenas de abuso sexual, provavelmente por ser um assunto um tanto delicado para ser lembrado. No entanto, o pouco que ela conseguiu contar é mais que o necessário para ter-se noção da gravidade do ato cometido contra esta jovem e a situação de violência na qual foi submetida.

2.3.2 . O assassinato de Bernardino

No mesmo ano de 2013, no dia 24 de novembro, um grupo de indígenas moradores da aldeia Tekoha Porã, que se localiza na zona urbana do município de Guaíra, no bairro Vila Alta, voltavam de um jogo de futebol que tinha acontecido na aldeia Tekoha Mirim. Na volta para a aldeia, resolveram parar em um bar, localizado no bairro Vila Alta, para tomar uma cerveja. Havia homens adultos e adolescentes da aldeia no local. Em um dado momento, um carro parou próximo do estabelecimento onde estavam os indígenas e homens armados desceram do veículo e dispararam tiros em direção aos indígenas. Bernardino Colégio Ortega foi atingido com um tiro na barriga e veio a falecer no

local do crime. Uma criança, que na época tinha 11 anos, foi alvejada por três balas, uma no braço, outra na perna e mais uma que passou de raspão ao lado da cabeça, apensar de ter sido gravemente atingido por três disparos a criança veio a sobreviver. De acordo as informações levantadas pela CGY com os indígenas, os assassinos que mataram Bernadino não foram presos e ainda continuaram a ameaçar outros moradores da Tekoha Porã. O irmão da criança que foi alvejada (e que também estava junto com o grupo de indígenas), que na época tinha 15 anos, relatou para a CGY como aconteceu a tensa situação.

Um sábado. Fomos lá pra jogar futebol. Depois que acabou o futebol, às seis da tarde, ficamos no bar”, “A gente estava lá e de repente veio um carro verde, Escort. Depois foi de novo. Nem saíram do carro. Atiraram no meio da gente e foram embora. Eu já tinha visto esses caras por aí, mas nunca tinha conversado com eles. Acertaram meu irmão e o Bernardino. Bernardino levou um tiro e meu irmão, levou três. Os tiros no meu irmão pegaram no braço, na cabeça e na perna. Bernardino levou tiro na barriga (CGY, 2017 p.189).

E segundo os relatos do avô daquela criança, que atualmente é um adolescente que deve ter cerca de 16 anos. Até hoje o jovem está com a bala alojada no braço porque “o médico não quis tirar”, além de ter permanecido com graves sequelas físicas da situação de violência, seu comportamento ficou totalmente alterado .

Ele ficou com uma bala alojada no braço. O movimento ficou normal, porque não pegou nenhum nervo. Ficou na carne, o médico não quis tirar. Mas a cabeça não ficou muito boa. Tem dia que ele fica meio doido, meio louco, e quer brigar com qualquer um. A gente conhece quando ele fica louco. Não quer saber de ninguém, nem do pai, nem da mãe (CGY, 2017 p.189).

2.4. As ameaças contra os servidores da FUNAI

No dia 11 de abril de 2018, durante meu trabalho de campo, realizei uma entrevista com o então chefe⁹⁴ da Coordenadoria Técnica Local da FUNAI em Guará, meu objetivo era saber se ele já tinha sofrido ameaças ou outras formas de hostilidades. O chefe da CTL disse as ameaças chegavam de diversas formas. Em uma delas, ele estava em um restaurante fazendo uma refeição e um homem desconhecido se aproximou e disse que “a Funai vai morrer”, e que “não tenho medo de vocês e nem dos índios”. Contou-me também que esta forma de ameaça era tão corriqueira que chegava a parecer até mesmo que era ensaiada entre as pessoas em Guará. Ele escutava diversas vezes nas ruas as pessoas gritarem “vai morrer Funai”, ou “Funai filha da puta”. Esses xingamentos, o chefe da CTL ironiza, ainda é menos tenso, pois “juiz de futebol também escuta”. Ele falou também que era acusado de ser “puxa saco de índio”.

Em relação às ameaças indiretas, o chefe da CTL disse-me também que foi informado por um policial federal que, em um Clube Social da cidade, “o assunto é só índio”. Em outro momento foi a diretora de uma escola indígena em Guará que o avisou que “a coisa não está muito boa pra vocês na Funai não”. E disse que já escutou na rua um desconhecido falar algo parecido, que “a coisa não tá boa pra vocês”.

Ameaça por telefone nunca recebeu, pois disse que tá fácil pra rastrear uma ligação hoje em dia, mas pela rede social *FaceBook* já recebeu vários recados com ameaças. Quando ficou difícil conviver com tantas ameaças, passaram a registrar todo o tipo de discurso contra a Funai e ameaças diretas aos técnicos, juntaram as informações e fizeram um ofício que foi encaminhado ao MPF em 2014. No total, 62 pessoas foram convocadas na Procuradoria para prestar explicações sobre as ameaças e hostilidades. Alguns foram condenados a pagar indenização com cesta básica bimestralmente, as quais foram direcionadas para aquelas famílias indígenas mais necessitadas.

⁹⁴ Não menciono seu nome porque ele pediu para que fosse identificado apenas como chefe da CTL. Ele também quis que eu gravasse a entrevista, mas me permitiu fazer anotações. Atualmente ele não encontra-se mais servindo na CTL de Guará, mas trabalhou neste local durante o período de quase sete anos, desde o final de 2011 até 2018.

Também tive a oportunidade de realizar uma entrevista com Diogo Oliveira, que exerceu seu trabalho como servidor da FUNAI em Guaíra durante o período de dois anos (novembro de 2011 até novembro de 2013), e que, durante este tempo, também conviveu com muitas ameaças. Segundo Diogo:

Guaíra é uma região violenta. Guaíra é uma cidade violenta. É uma das cidades que tem maior homicídio por armas de fogo no país, e é uma cidade de 30.000 habitantes. Então é uma cidade pequena com muita gente que morre no meio do [rio] Paraná, porque ela tem uma criminalidade de fronteira. Por ali passa droga, passa arma, contrabando. As instituições de controle, em muitos casos, estão envolvidas com isso, com o cigarro, com as armas, com o tráfico de drogas. Na fronteira tem muito acerto de contas que as pessoas da cidade estão envolvidas de alguma forma. Então ali é uma região violenta, e sempre foi violenta com os índios.

E o viés econômico que Guaíra, legal, é essa agricultura de larga escala, essa agricultura de monocultura. Guaíra é uma cidade que começa com um Porto. Como qualquer região portuária ela vai crescer com uma desigualdade urbana. E é uma região violenta, e os índios ficaram submetidos a aquilo ali. Os índios ficaram submetidos a um processo de violência estrutural de uma cidade de fronteira. E o ciclo econômico legal dali acabou virando a monocultura de soja e de milho que demanda muito espaço de terra e os índios, (pelas narrativas que eles contavam, que contaram pra mim), quando chegam [os não-índigenas] nos anos 60 para formar as fazendas, eles [índios] fizeram a mão de obra. Acabavam sendo a maioria mortos, ou eles foram assassinados ou ficaram trabalhando na mão-de-obra pra fazendas tirando madeira.

Quando chega a mecanização da agricultura ali era uma região que plantava hortelã, e depois a mandioca, que requer uma mão de obra muito braçal. Os índios eram, digamos assim, a ponta da ponta do sistema de trabalho da cidade. É o

trabalho que ninguém quer fazer, que é arrancar mandioca.

Então é uma violência estrutural que os índios estão submetidos. E quando a gente chega pra trabalhar na FUNAI, pra assegurar direitos básicos pra esses índios, que sempre foram escravizados; em termos práticos eles eram escravos. Eles passaram por um histórico de violência de submissão e eles chegaram num ponto assim que já não tem pra onde mais submeter, ou eles reagem ou eles morrem, e eles estavam morrendo já.

E isso gera essa reação de insubordinação e dentro de um espaço que é violento porque é fronteira, que a galera morre por causa do tráfico, porque a galera não tem trabalho. É uma região violenta e o mercado legal é a agricultura em larga escala, que tá tanto no Brasil quanto no Paraguai. E os índios ali submetidos a não ter nenhuma outra situação, eles reagem a uma situação de violência estrutural.

E quando a gente chega na FUNAI, a gente chega ali enquanto agente do Estado, que tem que tentar mediar o direito dessa galera toda né. E sendo FUNAI você vai ter uma especial atenção aos direitos dos índios, que é o que eles estavam reivindicando ali. Então muito rapidamente a gente acabou virando desafeto de praticamente todo o mundo, com exceção de uma ou outra rede de pessoas que por um ou outro motivo tem vínculo com os índios.

Mas em geral a FUNAI enquanto instituição do Estado, a violência contra os índios volta pra gente, em vez de voltar diretamente contra eles. Até porque é a parte do Estado que é responsável pelos direitos dos índios. É uma parte do Estado que é o anteparo da violência. Antes dos caras ir chegar lá metralhando expulsando os índios eles tentam ir pra FUNAI, pra justiça federal. A gente começa a ser anteparo da violência que sempre foi direta contra os índios [...] A gente, de um ponto de vista estrutural absorve a violência contra os índios por ser uma parte do Estado que está direcionada a atender o direito deles que são obrigações que os Estado tem em relação a esses

Índios. Então isso vem, a você não consegue alugar casa, você é xingado na rua, as pessoas vê você e acha que podem lhe xingar. Você não pode ir numa lanchonete que não se sente bem. Você se sente com medo, você nunca vai sentar numa mesa na rua, por exemplo, sentar num barzinho pra tomar uma cerveja e fazer um lanche. Você vai se sentar na mesa lá dentro do boteco e ainda com medo porque não vai ter pra onde correr dentro do boteco. Na rua você está muito pior porque vai tomar um tiro e não sabe da onde.

Diogo falou ainda de uma situação onde estava em um bar, localizado no bairro Vila Velha, em Guaíra, tomando uma bebida e jogando sinuca com um sujeito qualquer que havia conhecido no local. Este sujeito avisou para Diogo que um proprietário de imóvel rural tinha estado no porto procurando pistoleiro para matar a liderança da aldeia Tekoha Guarani, segundo Diogo o homem com quem estava jogando sinuca lhe disse que *“não matava índio, mas avisa pro índio lá que o cara está pagando dinheiro no porto aqui nos matador pra matar esse índio lá. Eu não vou fazer porque não quero mexer com índio. E sabe quem você é também, você é um o cara da Funai, mas pra nós você aqui é federal”*. Diogo explicou que os “matadores” não fazem o serviço se a pessoa for funcionário público federal.

Segundo Diogo, a vida em Guaíra como servidor da FUNAI foi bastante complicada. Além de escutar que pessoas estavam tentando contratar pistoleiro para lhe matar, tinha outras questões que também lhe implicavam impasses no seu dia-a-dia. Segundo ele, “era assim, sempre teve um cotidiano difícil de achar casa, difícil de alugar, e difícil de conversar com as pessoas, difícil sair pra jantar, pra comer em paz, pra ir no mercado, pra ir numa loja”. Um caso específico e marcante em sua experiência em Guaíra ocorreu quando estava o chefe da CTL e ele realizando uma refeição em um restaurante no município e foram ameaçados por um jovem que portava uma arma de fogo.

Teve uma vez que eu fiquei um pouco... foi emblemático. A gente tava saindo do restaurante que era a Toca do Peixe e parou um carrão. Era um Audi com um moleque dentro, parecia ser um garoto de uns 18 anos com um carrão importado assim, e ele falou “ah isso vai acabar”. E ele tava com uma arma na mão e gritando e parou do

nosso lado, e era complicado, você via que é um moleque pirracento, mas com uma arma na mão com um carro importado, deve ser de uma família [mais rica].

De acordo com a narrativa de Diogo, estas experiências, por mais marcantes que fossem, não lhe desmotivava a deixar de trabalhar como servidor da FUNAI em Guaíra, até que, em novembro de 2013, recebeu um aviso que lhe deixou um tanto preocupado. Foi quando um servidor público, disse-lhe que havia presenciado uma reunião de agricultores na qual, depois de uma votação, haviam decidido contratar um pistoleiro para assassiná-lo. Com esta informação, Diogo tomou a decisão, de forma imediata, de se mudar de Guaíra. Segundo ele:

Na reunião ele mencionou que estava uma situação super complicada com uma tendência muito grande de ter alguma coisa violenta. E eu falei que sim, que era uma situação delicada e que a violência não iria resolver, e que a gente tinha que dar encaminhamento no processo fundiário e encaminhar os órgãos públicos pra cumprir suas atribuições e resolver a situação. E ai ele falou que presenciou uma reunião que os agricultores de Terra Roxa estavam votando a decisão de pagar alguém pra matar. Porque como lá em Guaíra é muito comum, tem muito matador, porque é fronteira, porque a galera faz muito acerto de conta mesmo, é tipo a maior chacina do Brasil, fora a lá de Carandiru foi em Guaíra. Guaíra é uma cidade que você contrata um pistoleiro por 50 conto. ..

Então o cara meio que falou que ele presenciou essa reunião. Ai eu chamei ele de canto e dei uma dura e falei “cara , você presenciou a galera fazendo uma reunião e decidindo pagar alguém pra matar alguém e não vai fazer nada”? E ele falou “*os caras querem você, todo mundo lá sabe quem você é e eles falaram o tempo todo de você na reunião*”. E ai quando ele falou isso eu tomei realmente a sério, eu juntei minhas coisas e fui pra rodoviária e peguei um ônibus pra Cascavel e de Cascavel eu voltei pra cá. E falei, cara, não sou bucha de canhão. Não vou ficar lá, e se for o caso to pedindo exoneração da Funai. Não vou ficar lá.

3. As tentativas de apagamento da presença indígena e a produção do “índio invasor”.

No contexto das disputas entre produtores rurais e indígenas pela posse e demarcação da terra na região extremo oeste do Paraná, os primeiros utilizam de uma importante estratégia, baseada na propagação de informação sobre “o índio invasor”, que é muito difundida em diversos meios de comunicação e outras manifestações públicas, desenvolvidas para deslegitimar as reivindicações dos Avá-Guarani pela demarcação de suas terras. Não é difícil perceber que um dos elementos centrais desta estratégia é a produção de um discurso hegemônico contra a presença histórica dos indígenas naquele território.

Na produção desse discurso são utilizados elementos de caráter fortemente nacionalista, que visam colocar os indígenas como estrangeiros de outro país e que vieram “invadir” terras no Brasil. As estratégias para propagar este discurso são várias, e são principalmente implementadas pela Organização de produtores rurais chamada Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (ONGDIP) que foi criada em 2013. A Organização promoveu uma forte campanha para divulgar a imagem do “índio invasor” e tem utilizado diversos meios de comunicações para isto, como por exemplo, uso de *website*, redes sociais, televisão, livros, adesivos, panfletos, rádios etc., além de promover passeatas e outras manifestações contra a demarcação das terras pelas ruas de Guaíra. Vou abordar algumas destas manifestações e estratégias.

3.1. A frente agropecuária contra os Avá-Guarani

Para a escrita deste item me baseei em fontes produzidas e divulgadas publicamente pela própria ONGDIP, para mostrar os objetivos e estratégias desta Organização e seu papel diante da disputa pela posse das terras. Optei por não buscar entrevistas diretamente com os representantes e membros ONGDIP para a realização de entrevistas, devido ao receio de poder sofrer algum tipo de hostilidade por estar realizando pesquisa com os indígenas.

Ao navegar pelo perfil de *FaceBook* da ONGDIP podemos encontrar diversas entrevistas do presidente desta organização, Roberto Weber, concedidas para canais televisivos, canais do *You Tube* e rádios. Uma destas entrevistas foi realizada pela a rádio *A Voz do Campo*, em março de 2018⁹⁵. Nela, Roberto Weber expõe de forma clara as motivações para a criação da ONGDIP, e mostra como ocorrem suas ações. Segundo o seu presidente, a ONGDIP⁹⁶:

É uma Associação. Nós formamos uma Associação em 2013 pra fazer frente às invasões de campesinos paraguaios que tão vindo pra cá. Vieram um pouco do Mato Grosso do Sul, se dizem indígenas, e o grosso veio do Paraguai, o país vizinho. Nós estamos na divisa, na beira do rio Paraná no oeste do Paraná. E eles pegaram e invadiram propriedades com o apoio da FUNAI, com a cobertura do Ministério Público Federal. E daí nós fizemos essa Associação entre pessoas de bem, agricultores e profissionais liberais, e hoje ela conta com mais de 500 membros já. E eles não conseguiram invadir mais nada a partir de 2013, eles invadem a propriedade a gente vai lá, sem arma e só com a pressão, só com a presença, e expulsa eles do local. Eles retornam para os pontos de invasão já consolidados que eles têm, e não conseguiram invadir mais nada. Conseguimos reter sete invasões de lá pra cá. Más eles estão invadindo 18 propriedades aqui no oeste, que foram feitas antes da gente montar essa associação⁹⁷.

⁹⁵ Link de acesso à entrevista:
<https://www.facebook.com/159878444173147/videos/836066433221008/>
Ultimo acesso: 16/05/2018

⁹⁶ A entrevista realizada pela rádio foi gravada e o áudio divulgado na internet. Eu transcrevi o áudio da entrevista e cito literalmente de acordo como foi falado.

⁹⁷ Transcrevi as falas das entrevistas que estavam em vídeo postados na rede social da ONGDIP (*FaceBook*) e no *YouTube*.

Roberto Weber inicia sua fala colocando que fundaram a ONGDIP em 2013 para impedir as “invasões” de “campeiros paraguaios”, que “se dizem indígenas”. Ele é enfático ao utilizar o termo “invasão” para se referir às áreas ocupadas pelos Avá-Guarani. O presidente da ONGDIP também direciona seus ataques à FUNAI e ao MPF, que, segundo ele, “acobertam” as “invasões”. Como foi colocado de forma mais discreta por Roberto Weber, esta organização também atua fortemente na mobilização de pessoas, supostamente desarmadas, para realizar remoções forçadas dos indígenas das áreas ocupadas.

Cabe notar que existem outras organizações como a ONGDIP no sul do país que articularam-se para acabar com as demarcações de terras indígenas. Ioris e Darella (2015) citam algumas existentes no estado de Santa Catarina. Segundo as autoras:

São notáveis não só as associações de grupos de proprietários rurais, como representações de classe, mas as associações criadas com o objetivo precípuo de impedir as demarcações de terras indígenas, como é o caso do Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social de Cunha Porã e Saudades (DPD), Associação Contrária à Demarcação de Morro dos Cavalos, ou da Associação dos Proprietários, Possuidores e Interessados em Imóveis nos Municípios de Araquari e da Região Norte/Nordeste do estado de Santa Catarina (Aspi). Elas têm sido ativas em mover ações judiciais solicitando a anulação de todos os procedimentos referentes aos processos demarcatórios (IORIS & DARELLA, 2015 p.209).

Seja no litoral de Santa Catarina, distante das fronteiras com os países vizinhos como a Argentina e o Paraguai, ou no oeste do Paraná, nas proximidades com as fronteiras, o discurso e as estratégias dos proprietários rurais contrários à regularização de terra indígena são semelhantes, e tem se intensificado nos últimos anos. São regados por um discurso nacionalista que concebe os indígenas como estrangeiros vindos dos países vizinhos. Os proprietários passaram a se organizar em associações cujo próprio nome revela de forma gritante que são contrárias ao processo de regularização das terras indígenas. Eles também estão atrelados ao poder político municipal e estadual e são

amplamente representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no Congresso Nacional (Guanaes, 2015).

3.2. A produção do “índio invasor”.

Em torno de 2012 e 2013 intensificou-se em Guaíra-PR um acirrado movimento impulsionado pelos produtores rurais que buscava propagar intensamente o discurso da “invasão indígena”. Portanto, era possível observar pelas ruas da cidade faixas, panfletos, cartazes e adesivos em automóveis que difundiam informações contra os indígenas, a demarcação da terra, e a FUNAI. Uma série de entrevistas e reportagens foram realizadas com os produtores rurais dos municípios de Guaíra-PR e seus representantes, onde estes tratavam de argumentar sobre a inexistência de indígenas na região, fundamentando a tese de que são estrangeiros vindos do Paraguai.



Figura 10 - Adesivo contra a demarcação 1 –
Fotografia de Ilson Soares tirada no município de



Figura 11 - Adesivo contra a demarcação - 2



Figura 12 - Cartaz sobre “invasão indígena” divulgado em 2013 e 2014 no centro de Guairá, próximo à rodoviária da cidade. Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/07/guaranis-do-parana-resistem-a-preconceito-enquanto-exigem-demarcacoes-na-fronteira-com-paraguai-6739.html>. Acesso: 28/11/2018



Figura 13 . Manifestação contra a demarcação de terra indígena ocorrida no final do ano de 2017 no município de Guairá. Fonte: <https://ongdip.wordpress.com>. Acesso: 28/08/2018

Uma reportagem realizada pela TV Tarobá (afiliada da TV Band no Paraná), em 2014, realizou entrevistas com certos produtores rurais de Guairá, entre os quais estava Roberto Weber. Esta reportagem, que também encontra-se no perfil da ONGDIP no *FaceBook*⁹⁸, inicia-se com a jornalista dizendo que havia: “*Um acampamento no meio do pasto, barracos construídos de maneira improvisada, assim estão 18 propriedades invadidas por índios no oeste do Paraná*”.

Enquanto a jornalista fazia sua fala inicial aparecia na reportagem imagens de algumas casas de madeira, que segundo ela, eram dos indígenas. Estas cenas foram gravadas com a câmera dentro de um carro em movimento, depois que foram exibidos os “barracos” apareceu na reportagem cenas gravadas no interior do veículo que estava

⁹⁸ Link de acesso ao vídeo da entrevista:

<https://www.facebook.com/159878444173147/videos/836066433221008/>

Último acesso: 16/05/2018

sendo dirigido pelo presidente da ONGDIP, no banco de trás do carro estava a jornalista junto com a pessoa utilizava a câmera filmadora. Neste momento a repórter fala:

Por medidas de segurança estamos apenas passando às margens de uma invasão junto com Roberto Weber. É na propriedade dele esta invasão, é entre Terra Roxa e a cidade de Guaíra. A gente não pode parar porque, segundo os proprietários das terras daqui desta região, os índios são agressivos. Eles não gostam que a imprensa venha pra cá para mostrar o que esta acontecendo, e também não querem conversar com a gente. Então a gente só pode passar assim, no veículo, por medida de segurança da nossa equipe de reportagem. Cerca de 10 hectares da fazenda estão tomados pelos indígenas desde 2012, a tensão só aumenta.

É importante notar o quanto a fala da repórter procura enfatizar que os indígenas são “agressivos”. Na cena seguinte, inicia-se a entrevista com o presidente da ONGDIP, Roberto Weber, que começa afirmando ser nascido em Guaíra, e que não havia indígenas naquela região. Em suas falas ele afirma que os indígenas que lá estão vivendo atualmente vieram do Mato Grosso do Sul e, sobretudo, do Paraguai. Segundo ele:

Eu nasci aqui [Guaíra], tenho 48 anos, [e] não havia índios aqui em Guaíra e Terra Roxa nessa região. Eles começaram a chegar do Mato Grosso do Sul primeiramente, e foram engrossando com uma grande parte do Paraguai.

É de se observar que passado anos a fio o presidente da ONGDIP seguiu repetindo e intensificando o mesmo discurso sobre o “índio invasor”. Em 2017 ele concedeu outra entrevista, desta vez para um

programa sobre música sertaneja (e entre outras temáticas) chamado *No Rancho da Prosa*⁹⁹.

O que a gente conclui hoje é que essa demarcação, essa questão de demarcação, essa tentativa de invasão por parte de paraguaios e tal, e de indígenas, com essa cultura, com o apoio de órgãos federais e convivência do Ministério Público Federal também, hoje faz parte de uma grande orquestração, uma grande orquestra montada pela esquerda, é a nossa opinião. Quando eles começaram a invadir aqui em 2006 e 2007, começaram e chegar, e anda pela rua e tal e acabaram se assentando numa área devoluta do município, nós não fizemos nada a prefeitura é responsável ela que se vire. Depois eles invadiram uma área da Itaipu, em 2010 e começaram a invadir áreas privadas, então o governo que havia no Brasil, que mudou, é de esquerda dum cultura de destruir a propriedade privada, esse é o entendimento que a gente tem hoje, e a Funai está a serviço disso, a esquerda esta a serviço disso, então a gente acha que isso daí é mais uma peça na orquestração, essa questão da invasão indígena, esse é o pensamento que a gente tem.

O presidente da ONGDIP coloca as reivindicações dos Avá-Guarani por demarcação de terra como sinônimo de “invasão” de propriedade privada realizada por estrangeiros vindos do Paraguai, que ele denomina de “paraguaios”. Argumentando ainda que os indígenas estariam sendo manipulados, “orquestrados” por uma “cultura de esquerda”. Ele utiliza o conceito de cultura, uma noção tão cara à antropologia, para formular o argumento de que existe uma “cultura de esquerda” elaborada para “destruir a propriedade privada”. O mais gritante é que Roberto Weber coloca que a FUNAI e o MPF estaria “a

⁹⁹ Segundo a descrição do canal de seu *Youtube*, *No Rancho da Prosa* é um “programa sertanejo” apresentado por Marcos Superti, um empresário da cidade de Umuarama-PR. De acordo com as informações contidas no canal do *Youtube*, este programa trata de abordar as seguintes temáticas “turismo, cultura e muita música”.

serviço dessa orquestração”. Sua narrativa, de fato, procura esconder duas verdades, uma delas, que os únicos não estrangeiros daquelas terras são justamente os Avá-Guarani. A outra verdade que ele tenta acobertar é o fato de serem os indígenas os primeiros habitantes daquelas terras, fazendo apagar da história os processos de espoliação vivenciados pelos indígenas durante todo processo de colonização do interior do oeste do Paraná, região que até 1860 pertencia ao Paraguai.

Outro argumento para fundamentar a produção da imagem do “índio invasor” é a exacerbação de um suposto “terror” que estariam vivendo aqueles produtores rurais, por conta dos estudos de delimitação e demarcação da terra indígena para os Avá-Guarani, que estava em curso. O presidente do Sindicato Rural de Guaíra, Silvanir Rosset, por exemplo, concedeu uma entrevista em 2017 para o jornal *Notícias Agrícolas*¹⁰⁰, um jornal *online* que divulga informações a respeito do agronegócio brasileiro. Na entrevista falaram sobre uma das etapas dos estudos de identificação e delimitação de terra indígena em Guaíra e Terra Roxa. Tratava-se de um GT que iria estar em campo em 2017 para realizar o levantamento fundiário nas propriedades que estão localizadas dentro da área que foi delimitada para os indígenas. Segundo a fala do presidente do Sindicato Rural:

Novamente a tortura psicológica está em andamento, simplesmente agora foi enviado grupo técnico pra fazer a delimitação dessas terras indígenas. Novamente Guaíra e Terra Roxa. Fazer os estudos e levantamentos e ver a área que seria que vai ser visitada, que está sendo visitada pra poder ver o tamanho e a proporção e o número de indígenas que tem na região, de invasores, porque até agora nem indígenas são.

¹⁰⁰ Link para acesso à entrevista:

<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/questoes-indigenas/200895-funai-envia-grupo-de-tecnicos-a-guaira-pr-para-delimitar-areas-de-uma-reserva-que-pode-ocupar-35-do.html#.WwHiZu4vw2x> (acesso 20/05/2018).

E também:

https://www.youtube.com/watch?time_continue=6&v=jzebDnrHZos (acesso 20/05/2018).

Na sequência da entrevista, o apresentador do jornal *Notícias Agrícolas* perguntou a Silvanir Rosset como estava a situação entre os indígenas e os produtores rurais, ao que o presidente do Sindicato Rural respondeu:

Tá uma tensão total [...]. Ninguém consegue dormir de noite, é a maior preocupação porque o município praticamente vai quase que sumir. Porque isso não traz renda pro município, isso aí é só um problema que se cria. Então a tensão do povo é grande e é uma tortura psicológica muito grande eu acho que não tem prisão maior que você ser preso com essa pressão aí que fazem sobre o povo, de todo um trabalho que um dia uma pessoa acredito em Guaíra, acredito em Terra Roxa, veio pra cá, desbravou isso daqui, abriram, já vem duas, três gerações e hoje dizer que isso daqui não é deles. Tudo que você trabalhou vai ser engolido por um assistencialismo safado. Uma questão que até o IBGE mostrava, em 2010 1,5 mil e agora já passava de 9.000 índio. Praticamente uma fábrica de identidades falsas, tão se cirando um comércio, é um interesse grande desse país é uma máfia mesmo.

Novamente, Silvanir utiliza a expressão de “tortura psicológica” para exacerbar o drama que afirmava vivenciar. Trata-se de uma estratégia para fomentar, por um lado, a empatia, e por outro lado, o ódio, da população não indígena do município de Guaíra contra os Avá-Guarani. Ele propaga que o município praticamente inteiro deixaria de existir se a terra indígena for demarcada. É um modo de gerar um estado de terror e de desespero na população. Vale lembrar o estudo de Taussig (1993) que destaca muito bem como foi necessário criar a imagem do índio “selvagem” e “canibal” para o desenvolvimento da economia da borracha, no final do século XIX e inícios do século XX na Amazônia colombiana, cuja extração do látex era realizada com base na exploração da mão-de-obra indígena, através do sistema de endividamento. A criação do indígena “selvagem” servia para legitimar a violência promovida contra eles pelos donos das empresas de exploração da borracha. Ao “índio selvagem” podia-se violentar para submetê-lo ao sistema de trabalho, ao mesmo tempo que se apropriavam dos recursos de seus território. Por isso Taussig (1993 p. 95) destaca que: “A

selvageria do índios era importante para a propaganda da companhia que comerciava com a borracha”.

A produção do “índio selvagem” na Amazônia colombiana, na virada para o século XX, assim como o “índio invasor”, um século depois no oeste do Paraná, constituem parte das estratégias coloniais de dominação dos povos nativos das Américas, e a apropriação de suas bases territoriais e de seus recursos naturais. A propaganda sobre a “ferocidade” e o “canibalismo” dos Huitoto era importante de ser constantemente alimentada, pois, como destaca Taussig (1993 p. 97), *“tais notícias acabavam caindo em ouvidos finamente sintonizados”*. Cabe colocar que, com o atual governo, existe a preocupante possibilidade da propaganda sobre o “índio invasor” em Guaíra (PR) encontrar os seus “ouvidos finamente sintonizados”, pode vir causar consequências muito negativas para os Avá-Guarani e suas demandas pela regularização da terra indígena.

É importante ressaltar que na produção do discurso das “invasões indígenas” em terras no município de Guaíra(PR) e Terra Roxa (PR) não é realizada somente pelas falas dos produtores rurais e seus representantes, mas também por profissionais vindos da antropologia, como é o caso de um professor da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) da cidade de Toledo (PR). Além de assessorar e prestar consultoria aos produtores rurais dos municípios através de sua empresa de consultoria, ele tem se manifestado publicamente para defender o discurso de que os indígenas estão “invadindo” as terras, sem problematizar a história da colonização daquela região. Em entrevista concedida ao já citado programa de *Youtube* “No Rancho da Prosa”, ele esclareceu como seu escritório de “consultoria e pesquisa” envolveu-se com os produtores rurais da região de Guaíra e Terra Roxa. Segundo ele:

O meu escritório de consultoria e pesquisa foi convidado em 2014 a vir aqui pelos produtores rurais aqui de Guaíra e Terra Roxa para ajudá-los a entender a situação com toda uma população indígena que está invadindo falando “isso aqui é terra indígena”, “isso aqui é área indígena”. Do lado dos índios já existem os estudos da FUNAI. A FUNAI fornece o estudo para eles. Do lado do quilombola o INCRA fornece estudo para eles, como aquele que eu fiz também. Mas do lado dos produtores é muito difícil, é muito raro quem faça. E aí o meu escritório vem daí[para] fazer os estudos aqui.

3.4. As publicações sobre “as invasões indígenas”.

A produção do “índio invasor” também é fundamentada em livros publicados com reportagens dos produtores rurais argumentando sobre as “invasões”. O primeiro deles é intitulado “*Invasões Indígenas. Problema causa insegurança, gera instabilidade social, inibe investimentos e põe em alerta parte da população de Guaíra e região*”. Esta publicação não explicita autoria, editora responsável e tampouco a data de publicação, no entanto, encontra-se disponível para download¹⁰¹. Neste material, além de uma série de entrevistas com produtores rurais, também contém um texto intitulado “*De Guahyrá a Guaíra, Multiculturalidade Marca Cidade*”, neste texto há uma breve versão da história da atual do município de Guaíra que trata de apagar a presença indígena da história contemporânea de Guaíra e região através do argumento de que os indígenas foram exterminados no século XVII, com a invasão dos bandeirantes nas reduções jesuíticas instaladas próximas à foz do rio Piquiri.

Segundo informações do texto, a região onde atualmente se encontram os municípios de Guaíra e Terra Roxa voltou a ser habitada somente no início do século XXI, quando a Cia Matte Larangeira construiu na beira do rio Paraná o Porto Guaíra, e que “poucas famílias indígenas” teriam prestado serviços para esta Companhia. Depois disso, aquelas terras teriam sido colonizadas durante a Marcha para o Oeste, no governo de Getúlio Vargas. Colonização esta que teria se iniciado com a “*chegada dos desbravadores e pioneiros que vieram construir a vida na cidade e a emancipação política do município*” (n.p). Os quais seriam “*descendentes de italianos, portugueses, alemães, japoneses, árabes. Um punhado de etnias que compõem o rico mosaico de culturas*” (n.p.). Foi considerado como etnias os descendentes de imigrantes de diferentes países, mas não incluíram os indígenas no “rico mosaico de culturas” que, segundo o texto, compõe o município de Guaíra. Os Avá-Guarani contemporâneos que estão reivindicando pela demarcação regularização de suas terras, são colocados como os “invasores” que estão causando a “violência no campo”, pois, conforme o texto “*o fator*

¹⁰¹ Link para o acesso: <https://pt.scribd.com/document/182995475/2013-01-23-Invasoes-Indigenas-Em-Guaira-Br-52p>

que gera a intranquilidade e a violência no campo é justamente as invasões destas dezenas de áreas particulares” (n.p.).

No início de 2018, foi publicado outro livro de oitenta páginas, intitulado *Paraná na “Agenda” Indígena. Vítimas: Guaíra e Terra Roxa*, escrito pelo jornalista Nelson Ramos Barreto e Paulo Henrique Chaves, e publicado pela Artpress Editora. Os autores deste livro, do mesmo modo, tentam provar, que em Guaíra e Terra Roxa não havia indígenas, e que aqueles que lá estão seriam “invasores” vindos, sobretudo, do Paraguai.

Na capa do livro aparecem duas imagens dos indígenas e uma pequena frase. Uma das imagens é um rapaz que segurava nas mãos um arco e flecha e com o rosto coberto com uma camisa. Na outra, aparece um homem e uma mulher em cima de uma motocicletita com placa do Paraguai. Em cima desta fotografia segue o escrito: *Por que “índios brasileiros” circulam com moto emplacada no Paraguai???*

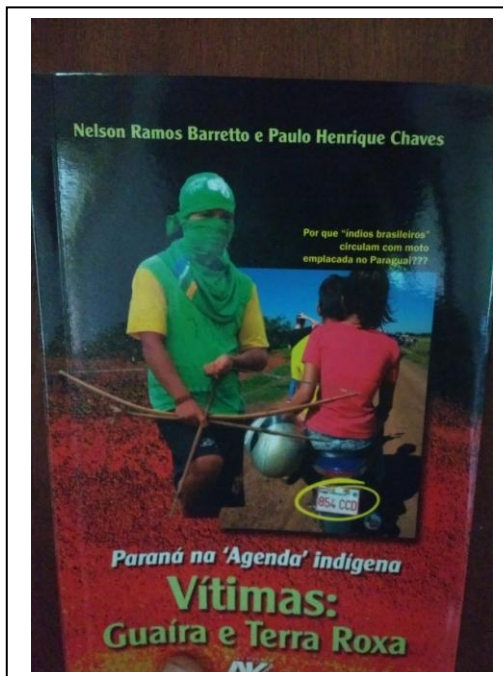


Figura 14 – Capa do livro de Barreto e Chaves.

Barretto e Chaves (2018) procuram ainda colocar as reivindicações dos Avá-Guarani pelo reconhecimento e demarcação de suas terras como parte de um movimento maior, que estaria vinculado a uma “agenda internacional” que estaria buscando tornar o “país comunista”, e acabar com a “família” e a “propriedade privada”. Para os autores, o objetivo maior seria a “fragmentação do Brasil, seu despojamento das atuais dimensões continentais e sua transformação num país comunista” (Barretto e Chaves, 2018 p. 7). Também comparam as reivindicações indígenas pelo reconhecimento e a demarcação da terra como algo similar ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que para eles, estariam todos ligados a uma “agenda internacional”.

Utilizando a mesma tática empregada pelo MST para exigir uma Reforma Agrária análoga àquela que levaram nações outrora prósperas à miséria, índios verdadeiros e falsos vêm invadindo sistematicamente terras, construindo barracos, formando aldeia, infernizando a vida da vizinhança, onerando municípios e desencorajando empreendedores, desvalorizando imóveis, tudo em cumprimento de tal agenda internacional escusa. (Barretto e Chaves, 2018 p. 8. grifo meu)

No livro de Barretto e Chaves (2018), encontra-se também uma série de entrevistas com moradores, empresários, políticos, proprietários rurais e seus representantes, tanto de Guaíra quanto de Terra Roxa. No primeiro capítulo deste livro tem uma entrevista realizada com Omar Fedato, morador de Guaíra e autor do livro “*Esta terra tem dono – 100 anos de Guaíra*”. Para Fedato “a história registra a não existência de índios na região desde 1.650”¹⁰², referindo como marco do suposto desaparecimento dos indígenas no século XVII, quando os bandeirantes chegam até as Reduções Jesuíticas do Guaíra.

Outra das entrevistas foi realizada com o atual prefeito de Terra Roxa, Altair de Pádua, que, igualmente afirmou “nunca ter ouvido falar de índios na região” (Barretto e Chaves, 2018 p.44). E procura lançar

¹⁰² Citado em Barretto e Chaves (2018 p. 16)

duvidas sobre as mobilizações indígenas, insinuando que os indígenas estariam sendo manipulados. Segundo suas palavras “nossa percepção é de que existe ‘alguém’ por trás trabalhando esses índios para fazer invasões” (p. 45). Adiante torna a repetir o mesmo argumento: “ Nós que estamos aqui há tanto tempo e chegam esses índios intermediados, (manipulados) por gente de fora, que alguma vantagem está levando nisso aí” (p. 48).

No mês de janeiro de 2018 o livro *Paraná na “Agenda” Indígena. Vitimas: Guaíra e Terra Roxa* foi amplamente distribuído pelas ruas de Guaíra, Terra Roxa, bem como por outros municípios da região. A divulgação do livro se deu através de uma ação chamada *Caravana Terra Santa*, realizada pelo Instituto Plínio Correio de Oliveira (IPCO)¹⁰³. Segundo as informações do site do IPCO¹⁰⁴, 52 voluntários do Instituto participaram da ação, na qual distribuíram o livro para a população dos municípios difundindo informações sobre as supostas “invasões indígenas”.

3.5. Odiados, temidos e desprezados.

A difusão de informação sobre o “índio invasor”, que se dá por diversos meios de comunicações, procuram fundamentar e justificar as violências que são desferidas contra os indígenas. O objetivo deste capítulo foi abordar as distintas formas de violências, que os Avá-Guarani, sofrem em seus cotidianos. Além disto, tratei de mostrar como

¹⁰³ O ICPO foi criado em homenagem à Plínio Correia de Oliveira, fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP. Segundo informações da *web site* do ICPO, o Instituto tem como objetivo, entre outras coisas, “*recuperar, estudar e divulgar seus escritos* [de Plínio Correia de Oliveira] e *conferências, tanto os publicados quanto os inéditos; Analisar a realidade brasileira e internacional à luz de seus ensinamentos e tomar posição pública ante os principais problemas religiosos, políticos, culturais, sociais e econômicos*[...]”. No site encontra-se maiores informações sobre a figura de Plínio Correia e sobre as ações do ICPO. Link de acesso ao site: <https://ipco.org.br/quem-somos/#.XAWSqXtKg2w> Último acesso: 03/12/2018.

¹⁰⁴ Informações e imagens da *Caravana Terra Santa* pode ser acessadas em: <https://ipco.org.br/alerta-no-parana-demarcacoes-injustas-em-guaira-e-terra-roxa/#.W4V5qM5Kg2x> Acesso: 28/08/2018

a imagem do “índio invasor” é produzida nos discursos daqueles são contrários às demarcações das terras. Meu objetivo foi expor, por quem, e como, o discurso sobre as “invasões indígenas” são produzidos e propagados.

Apoio-me em Taussig (1993) para mostrar que a criação do “índio invasor” é necessária para fazer instituir uma “cultura do medo”, uma “cultura do terror” para produzir uma imagem dos Avá-Guarani como um grande perigo para o município e para a população e através dela, tentar impedir o reconhecimento do direito territorial dos indígenas. No contexto da região do oeste do Paraná, os Avá-Guarani encontram-se, assim como os Huitoto no passado:

Odiados e temidos, objetos a serem desprezados, embora sejam preocupante, devido à maligna compreensão quanto à essência física de seus corpos, eles são claramente objetos de criação cultural, a quilha plúmbea do mal e do mistério, a estabilizar o navio e a rota que é a história ocidental. À guerra fria adicionamos o comunista. Com a bomba do tempo latejando dentro da família nuclear, adicionamos as feministas e os gays. Os militares e a nova direita, como os conquistadores do passado, descobrem o mal que haviam imputado a esses alienígenas e mimam a selvageria que imputaram. (Taussig 1993 p.30-31. Grifo meu)

3.6. Porém, resistir sorrindo

No segundo dia de trabalho em campo na aldeia Tekoha Yhovy, numa noite de terça-feira, na *opã guasu* (casa de reza), após o *jeroky* (dança) e as rezas (*ñembo'e*), Paulina pediu-me para explicar sobre o trabalho que eu iria realizar aos moradores da aldeia que estavam presentes naquele momento. Comecei expondo sobre minha trajetória de estudante de antropologia e o trabalho que já tinha realizado sobre o papel das lideranças durante a graduação. Na sequência comentei que muito me chamou atenção, ainda nas minhas primeiras visitas à aldeia, os relatos de ameaças de morte às lideranças e entre outras ações violentas. E que foram aquelas histórias que me motivaram a elaborar outra pesquisa focada na tensão vivida no dia-a-dia enquanto aguardam o processo de demarcação da terra indígena e na produção dessa violência.

Talvez com outras palavras e de modo mais simples, foi a explicação que pronunciei naquela noite. Antes de passar a palavra novamente para a Paulina, disse que aquilo mais me chamava atenção era que, mesmo com todas as dificuldades decorrentes da longa espera pela conclusão dos trâmites de regularização da terra indígena, passando por momentos de tensão, medo e violência, sempre que pensava na minha experiência com eles e elas (os Avá-Guarani) vinha-me em mente pessoas alegres e sorridentes, e me perguntava como se mantinham sorridentes apesar de sofrerem tanta violência? Após minha fala, Paulina disse que se elas e eles só resistem à pressão e a violência dos *karai* sorrindo é graças às práticas realizadas na *casa de reza*, que era neste espaço sagrado que elas e eles tomam força para sobreviver a cada dia mesmo com todas as dificuldades de viver em uma terra ainda não regularizada.

É na casa de reza (*opã guasu*) que os Avá-Guarani encontram forças para resistir à pressão advinda da produção da violência empreendida pelos produtores rurais. E neste espaço ligado ao sagrado que se comunicam com Ñanderu e Tupã'i, as duas divindades para quem Paulina dirige suas rezas e pede proteção durante os momentos difíceis de tensão e conflito com os *karai*. A *opã guasu* é também um espaço de comunicação das lideranças com a comunidade, onde as lideranças informam os moradores sobre a situação em que se encontram os estudos de demarcação de terra, sobre as ações anti-indígenas cometidas pelos *karai*, sobre as atividades que necessitam serem realizadas para o bom andamento na aldeia, sobre como se comportar devidamente etc.. É também na casa de reza que os moradores proclamam suas demandas do cotidiano bem como suas reclamações e descontentamentos para as lideranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou de mostrar as diversas formas de violências que são desferidas aos Avá-Guarani quando iniciam o movimento de reivindicações pela delimitação de demarcação de suas terras ancestrais na bacia do rio Piquiri. Quando os indígenas começaram a *entrar novamente* nos espaços onde haviam aldeias no passado, mas que, devido às frentes de colonização do oeste do Paraná, foram sendo espoliadas, surge também um movimento de produtores rurais contrários à demarcação das terras. Com isso, ganha intensidade uma pulsante produção da imagem do “índio invasor”, que estaria vindo

do Paraguai e Mato Grosso do Sul. Este discurso foi amplamente propagado pelos meios de comunicações, como internet, rádio, televisão, publicações em livros, além disso, faixas e adesivos fixados em automóveis foram espalhados pelo município de Guaíra e passeatas e protestos foram realizados contra a demarcação das terras.

As leituras de Taussig (1993) e de Rojas (2000) indicaram que a violência contra os povos indígenas da América é um fenômeno que é mais bem compreendido através da história. E com a noção de “situação histórica” de Pacheco de Oliveira (1988) pude mostrar que a violência contra os Avá-Guarani não é um fenômeno atual, ela perpassa por diversas outras situações de contato deste povo indígena com outras frentes de expansão que buscavam colonizar seus territórios e apropriar-se dos recursos naturais e, muitas vezes, utilizando da própria mão-de-obra indígena, que foi também foi um recurso em muitos contextos históricos, como por exemplo, durante as Reduções Jesuíticas, no século XVII, e depois durante o período da Cia Matte Larangeira no século XX.

De acordo com o argumento de Rojas (2000), a violência foi de fundamental importância para a imposição dos pilares da civilização como uma cultura hegemônica nos países do “Terceiro Mundo”. No desenvolver da escrita desta dissertação, pude perceber, com base nesta autora, que a violência é um importante instrumento não só para impor, mas também para manter de pé os cânones do projeto civilizacional implantado durante a construção das nações latino americanas. Foi possível perceber nas falas dos produtores rurais citadas neste capítulo, bem como através do livro de Barretto e Chaves (2018) uma exacerbação no discurso em defesa da propriedade privada e, ao mesmo tempo, um ataque direcionado aos indígenas que estão reivindicando pela demarcação e regularização de suas terras perante o Estado brasileiro. Temos aí um embate entre a posse privada da terra e da posse coletiva da terra, e aqui a violência se sobressai na defesa na primeira em detrimento da segunda.

Referencias bibliográficas

ALBERNAZ, Adriana C. R. *Antropologia, História e Temporalidades entre os Avá-Guarani de Oco'y* (PR). Tese de doutorado – UFSC: Florianópolis, 2009. 391 p

AGAMBEN, Giorgio. *Sobre os limites da violência*. Sopro N°79. outubro/2012.

BARRETTO, Nelson Ramos; CHAVES, Paulo Henrique. *Paraná na “Agenda” Indígena*. Vítimas: Guaíra e Terra Roxa Artpress Editora e Comércio de Livros Ltda, São Paulo, 2018.

BARROS, Felipe L. *O Agronegócio e a Atuação da burguesia Agrária: considerações da luta de classes no campo*. Serv. Soc., São Paulo. N.131 p175-195, jan./abr. 2018.

BENITES, Tonico. *Rojeroky Hina há Roike Jevy Tekohape (Rezando e Lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Avá Kaiowá e dos Avá Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Tese de doutorado - Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

BRAND Antônio. *O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os difíceis caminhos da palavra*. Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação em História PUC/RS. 1997.

_____. O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi-Kaiowá. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 1993.

_____. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. Campo Grande – MS, 2004.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade*. – Brasília: CNV, 2014. 416 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)

CARVALHO, Maria Lucia B. *Das Terras dos Índios a Índios sem Terras*. O Estado e os Guarani de Oco'y: Violência, Silêncio e Luta. Tese de doutorado – USP-FFLCH. São Paulo, 2013. 834 p.

CEV/PR. *Relatório Estadual da Comissão da Verdade “Tereza Urban”*. 2014.

CIMI (org.) *Relatório Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2011*. Conselho Indigenista Missionário.

- CIMI (org.) *Relatório Contra os Povos Indígenas no Brasil* – Dados de 2015. Conselho Indigenista Missionário.
- CIMI (org.) *Relatório Contra os Povos Indígenas no Brasil* – Dados de 2016. Conselho Indigenista Missionário.
- CLASTRES, Pierre. Do Etnocídio. IN: *Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo. Cosac & Naify, 2004[1980]. 223p.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. *O Movimento os Guarani de Reocupação e Recuperação de seus Territórios no Oeste do Paraná*. IV Congresso Internacional de História – Maringá, 2009.
- _____. *As Ações do Estado Nacional e a Trajetória Política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)*. Dissertação em História- Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.
- CGY (org.) *Relatório Sobre Violações de Direitos Humanos Contra os Avá-Guarani do Oeste do Paraná*. Comissão Guarani Yvy Rupa (CGY), 2017.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas de um milagre*. O desenvolvimento e os índios do Brasil. Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.
- ESPINOZA, Monica. Esse Indiscreto Asunto de la Violencia. Modernidad, Colonialidad y Genocídio en Colombia. IN: *El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. Ed.
- FAUSTO, Carlos. *Historia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 2º Ed. 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro*. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003.
- FERREIRA, Maria Luiz. *A Prticipação dos Índios Kaiowá e Guarani como Trabalhadores nos Ervais da Matte Larangeira (1902-1952)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Grande Dourados. Mestrado em História. 2007.
- FREIRE; Carlos Augusto da Rocha & OLIVEIRA, João Pacheco de. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 268p.

GUANAES, Senilde Alcântara. *O Estado Nacional e as políticas desenvolvimentistas: o “cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul*. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 307-336, jan./jun. 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. 3. ed. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL OESTE PARANAENSE: o 3. espaço relevante : especificidades e diversidades / Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2008.

IORIS, Edviges; DARELLA, Maria Dorothea. Da Foto o reverso: o campo das disputas sobre as terras indígenas no sul do país. IN: BARBOZA DA SILVA, Alexandra (Org) *et ali. Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília –DF: ABA,2015.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELIÀ Bartolomeu. *Conquistado y Reducido*. Ensayos de Etno História. Biblioteca paraguaya de Antropología.Vol.V. CEADUC-CEPAG. Assunción del Paraguay, 1997.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *Relatório Figueiredo*. Síntese Encaminhada ao Ministério do Interior. 1967. <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&PagFis=103>.

MYSKIW, Antônio M. *A Fronteira Militar como Destino de Viagem: A Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*. Tese de doutorado. UFF, Niterói, 2009. 238 p.

MOTA, Carlos Guilherme. *História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois*. Estudos Avançados 9 (24) 1995.

MORAIS, Bruno Martins. *Do Corpo ao Pó: Crônicas da territorialidade kaowá e guarani nas adjacências da morte*. São Paulo: Elefante, 2017.

MURA, Fábio. *À Procura do “Bom Viver”*. Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; BRINGMANN, Sandor Fernando. *O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre*

os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 5 Nº 10, Dezembro de 2013.

OLIVEIRA, Diogo. *Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: História e Resistência de um Povo Indígena*. IN:___ NOGUEIRA, Caroline B. C. (org.), et al. *Direito Sócio Ambiental: uma questão para a América Latina*. Letra da Lei, 2014. 224 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *“O Nosso Governo”*: Os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo: Marco Zero. 1988

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. IN: *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. (org.) João Pacheco de Oliveira. Contra Capa Livraria, 1999.

_____. *Regime tutelar e faccionalismo*. Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.

_____. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA* 4(1):47-77, 1998.

_____. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaios*. “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016

PACKER, Ian. *Violações dos Direitos Humanos e Territoriais do Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988)*: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista – CTI. 2013. 103p. Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/>

PINTO, Gonçalves Genivaldo; PADOIN, Maria Medianeira. *Processo de Construção da Guerra do Paraguai*. *Revista del CESLA*, núm. 8, 2006, pp. 45-56.

PIMENTEL, Spensy Kmita. *Elementos para Uma Teoria Política Kaiowá e Guarani*. Tese de doutorado. São Paulo, 2012.

_____. *Sansões e Guaxos Suicídio Guarani e Kaiowá*. Uma Proposta de Síntese. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Antropologia Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2006.

POMA DE AYALA, F. G. *El primer nueva corónica y buen gobierno*. 2004. Versão Digital:

[157TTP://www.kb.dk/permalink/2006/poma/1/es/text/?open=idp39424](http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/1/es/text/?open=idp39424)

RESTREPO Eduardo *Etnografia. Alcances, técnicas y éticas*. 1.a ed. Lima: Fondo Editorial de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018.

RIFIOTIS, Théophilus. Violência e poder - Aveso do Aveso? IN: *O Poder no Pensamento*. Dissonâncias. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2008. *Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais*. **Revista de Ciências Sociais**. 2006. 37(2).

As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a "judicialização" dos conflitos conjugais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

_____. *Nos Campos da Violência: diferença e positividade*. Antropologia de Primeira Mão. Ilha de Santa Catarina: USFC-PPGAS, 1997.

_____. *Violência Policial e Imprensa o Caso da Favela Naval*. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999.

ROJAS, Blanca G. *Informação Técnica sobre os Índios Guarani-Ñandéva do Município de Guaíra*. Instrução Executiva No. 406/PRES/2005, FUNAI/DAF, Brasília, 2005

ROJAS, Cristina. *Desire, Representation and Violence*. Miami: LASA, March 16-18, 2000.

SHADEN Egon. *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

SANTOS, Thiago A. R. *Antes que era bom, quando a água era boa e não precisava cultivar: uma etnografia sobre os Avá-Guarani da Reserva Indígena Tekohá Anhetete e o programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional*. Dissertação de Mestrado. PPGAS-U FSC. Florianópolis, 2016.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng*. Edeme, Florianópolis, 1973

SALUN JR, Basilio ; GOULART Jefferson O. *O Estado Brasileiro Contemporâneo: liberalização da economia, política e sociedade nos governos FHC e Lula*. Revista de Sociologia Política. V.24, n.60, p.115-135, dez, 2016.

SILVA, Evaldo Mendes da. *Folhas ao vento. A micromobilidade de grupos Mbyá e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira*. Tese de doutorado em Antropologia Social.

Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

STEINEN, Karl von den. *O Rio Xingu*. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Tomo IV, 3º Boletim. 1988.

THOMAZ DE ALMEIDA, R. F. & MURA, Fabio. Historia y território entre los Guarani de Mato Grosso do Sul, Brasil. In: *Revista de Índias*, Volume LXIV, Nº 230, pp. 55-67, ISSN:0034-834, Instituto de Historia CSIC, Madrid, 2004.

THOMAZ DE ALMEIDA, R. F. & MURA, Fabio. Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey). Portaria Nº 724/PRES, 2002.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. *Relato sobre uma brevíssima visita aos Guarani-Ñandeva de Guáira*. FUNAI/ Brasília, IB/Foz do Iguaçu, 2004.

_____ *Estudo Antropológico sobre a situação dos Avá-guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Ocoy e dos Ñandeva de Guáira: extremo oeste do Paraná*. Rio de Janeiro, 2006.

_____ A “Entrada” no tekoha. IN: *Povos Indígenas no Brasil: 196-2000*, Editor C.A. Ricardo, ISA, São Paulo, 745-748, 2000.

_____ Histórico In: *O Projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Volume I, Capítulo 1º. pp. 1-29, 1991.

TAUSSIG, Michael. *Xamanismo Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terrore a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.